



CAMILA STROBL SAKAMOTO

**Mudanças na composição das famílias e impactos na
distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas
rurais e urbanas no Brasil**

**Campinas
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

CAMILA STROBL SAKAMOTO

**Mudanças na composição das famílias e impactos na
distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas
rurais e urbanas no Brasil**

Prof. Dr. Alexandre Gori Maia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA CAMILA STROBL
SAKAMOTO E ORIENTADA PELO PROF. DR.
ALEXANDRE GORI MAIA.

Alexandre Gori Maia

Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

Sakamoto, Camila Strobl, 1989-
Sa29m Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos : um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil / Camila Strobl Sakamoto. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Alexandre Gori Maia.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Demografia. 2. Família. 3. Desigualdade de renda. 4. Mercado de trabalho. 5. Políticas Públicas. I. Maia, Alexandre Gori, 1972-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Changing in family composition and impacts on income distribution : a comparison between rural and urban areas in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Demography

Family

Income inequality

Labor market

Public Policy

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Alexandre Gori Maia [Orientador]

Eugenia Troncoso Leone

Lilia Terezinha Montali

Data de defesa: 26-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

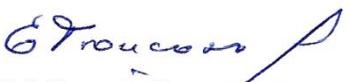
CAMILA STROBL SAKAMOTO

Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil

Defendida em 26/02/2014

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. Alexandre Gori Maia
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof.^a. Dr.^a. Eugenia Troncoso Leone
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof.^a. Dr.^a. Lilia Terezinha Montali
NEPP/UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Alexandre Gori,

Pela excelente orientação e dedicação ao trabalho. Também agradeço as oportunidades de trabalho em publicações e a humildade que possibilitou tal aproveitamento.

À Professora Eugenia Leone,

Por aceitar participar da banca examinadora e pelas sugestões pertinentes que ajudaram a elaboração do trabalho.

À Professora Lilia Montali,

Por aceitar participar da banca examinadora e pelas recomendações pontuais e gerais ao trabalho que foram essenciais.

À Professora Nelly Figueiredo,

Por todo o ensinamento e apoio que foram determinantes para o meu ingresso no mestrado.

Aos demais professores(as) da UNICAMP que tive a oportunidade de conhecer em sala de aula e também aos professores(as) do curso de graduação da PUC-Campinas.

RESUMO

SAKAMOTO, C. S. Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, 2014 (Dissertação de Mestrado).

Estudos têm destacado as mudanças demográficas, principalmente a queda da fecundidade e envelhecimento populacional, e seus efeitos sobre a condição de vida das pessoas em diferentes países. Para compreender e analisar essas recentes mudanças demográficas é essencial considerar a família como objeto de estudo. No Brasil, embora estudos destaquem o crescimento da renda e melhorias nos indicadores socioeconômicos das famílias (principalmente nas áreas rurais que apresentaram queda elevada da pobreza), são poucos aqueles que analisam a contribuição das mudanças demográficas para essa dinâmica. Neste contexto, este trabalho analisa os impactos das mudanças recentes observadas na estrutura das famílias brasileiras sobre a distribuição da renda familiar *per capita*. Especificamente, verifica-se de que maneira a mudança na composição dos tipos familiares contribuiu para o crescimento da renda e redução das diferenças entre os grupos familiares mais pobres e mais ricos. O trabalho apresenta ainda um comparativo entre as áreas urbanas e rurais, para avaliar os efeitos dessa dinâmica demográfica nas áreas mais desenvolvidas (urbanas) e menos desenvolvidas (rurais) do território. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 a 2011, os resultados destacam que as mudanças observadas na composição das famílias (particularmente, queda das famílias casais com filhos e aumento dos casais sem filho) tiveram impactos significativamente positivos sobre a renda. No entanto, os efeitos foram desiguais entre os mais ricos e mais pobres, e entre as áreas rurais e urbanas, contribuindo para (i) aumentar a renda das famílias relativamente mais ricas e (ii) aumentar a desigualdade entre as áreas urbanas e rurais. Apesar deste efeito regressivo sobre a distribuição de renda, constatou-se uma significativa redução da desigualdade urbano-rural, que se deveu às mudanças internas na composição da renda das famílias rurais, como o aumento mais intenso dos rendimentos do trabalho, das aposentadorias e de outras fontes de renda. Também observaram-se dinâmicas distintas dentro das áreas rurais e urbanas, que se traduziram em uma (i) redução da desigualdade interna das áreas urbanas e (ii) aumento da desigualdade interna das áreas rurais.

Palavras-chave: Demografia; Família; Desigualdade de renda; Mercado de trabalho; Políticas Públicas.

ABSTRACT

SAKAMOTO, C. S. Changing in family composition and impacts on income distribution: a comparison between rural and urban areas in Brazil. Campinas: IE/UNICAMP, 2014.

Studies have highlighted the demographic changes (mainly the fertility decline and population ageing) and their effects on the living conditions among different countries. For understanding and analyzing of these recent demographic changes is essential to consider the family as an object of analysis. In Brazil, although several studies have highlighted the growth of income and improvements in socioeconomic indicators among families (especially in rural areas that presented high poverty reduction), just few studies have analyzed the contribution of demographic changes on income dynamics. Under this background, we analyze the impacts of recent changes in the structure of Brazilian families on the distribution of per capita household income. Specifically, this study analyzes how changes in the composition of family types has contributed to income growth and reducing the gap between poorest and richest family groups. In order to evaluate the effects of demographic dynamics on more developed areas (urban) and less developed areas (rural), this work also presents a comparison between urban and rural areas. Based on data from a sample household survey (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD*), 1981 to 2011, the results highlight that changes in composition of families (particularly falling couples with children and increasing childless couples) had a significantly positive impacts on income. However, the effects were quite different between the richest and poorest, as well as between rural and urban areas, contributing to (i) increase the income of the richest families and (ii) increase inequality between urban and rural areas. Despite this regressive effect on income distribution, we observed a significant reduction on the urban-rural inequality, which is due to internal changes in the income composition of rural families, as most intense increase in labor income, retirement and other sources of income. We also observed different dynamics within rural and urban areas, which showed (i) reduction of internal inequality in urban areas and (ii) increased internal inequality in rural areas.

Key-words: Demography; Family; Income inequality; Labor market; Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo simplificado da Transição Demográfica (taxa bruta de natalidade e mortalidade)	9
Figura 2. Representação da família domiciliar, grupo familiar e grupo domiciliar.	20
Figura 3. Modelo simplificado dos fatores que interferem na transição da fecundidade	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População por grupo de idade segundo gênero. Brasil, 1981 e 2011 - população urbana (em mil pessoas)	58
Gráfico 2. População por grupo de idade segundo gênero. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em mil pessoas)	58
Gráfico 3. Participação dos tipos de arranjo. Brasil – população urbana (em%)	60
Gráfico 4. Participação dos tipos de arranjo. Brasil – população rural (em%)	60
Gráfico 5. Participação dos tipos de arranjo segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em %)	62
Gráfico 6. Participação dos tipos de arranjo segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em %)..	63
Gráfico 7. Composição da renda domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana e rural (em %)..	101
Gráfico 8. Composição da renda domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana (em %)..	105
Gráfico 9. Composição da renda domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população rural (em %)	106

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Participação de tipos de arranjo das famílias estendidas, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural66
- Tabela 2. Número médio de pessoas por família (P/F), pessoas em idade ativa por família (PIA/F), pessoas ocupadas por ativas (O/PIA) e pessoas remuneradas por ativas (R/PIA), segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural.....68
- Tabela 3. Número médio de pessoas por família (P/F), pessoas em idade ativa por família (PIA/F), pessoas ocupadas por ativas (O/PIA) e pessoas remuneradas por ativas (R/PIA) por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana.....71
- Tabela 4. Número médio de pessoas por família (P/F), pessoas em idade ativa por família (PIA/F), pessoas ocupadas por ativas (O/PIA) e pessoas remuneradas por ativas (R/PIA) por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural72
- Tabela 5. Razão de Dependência (RD) Infantil, Idosa e Total por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural74
- Tabela 6. Razão de Dependência (RD) infantil, idosa e total por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana76
- Tabela 7. Razão de Dependência (RD) infantil, idosa e total por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural.....77
- Tabela 8. Renda domiciliar per capita (RDPC) e variação (em %) por tipo de arranjo e participação dos tipos de arranjo no total da população. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em R\$)86
- Tabela 9. Renda domiciliar per capita (RDPC) e variação (em %) por tipo de arranjo e participação dos tipos de arranjo no total da população, segundo estrato da renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em R\$).89
- Tabela 10. Renda domiciliar per capita (RDPC) e variação (em %) por tipo de arranjo e participação dos tipos de arranjo no total da população, segundo estrato da renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em R\$).....90
- Tabela 11. Efeito Composição (EC), Efeito Renda (ER) e Efeito Total (ET) da variação da renda domiciliar per capita por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em R\$ e em %).....93

Tabela 12. Efeito Composição (EC), Efeito Renda (ER) e Efeito Total (ET) da variação da renda domiciliar per capita por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em R\$ e em %)	95
Tabela 13. Efeito Composição (EC), Efeito Renda (ER) e Efeito Total (ET) da variação da renda domiciliar per capita por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em R\$ e em %)	96
Tabela 14. População por grupo de idade. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em %)	127
Tabela 15. População por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas)	128
Tabela 16. População por tipo de arranjo segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas)	129
Tabela 17. Número de famílias, membros em idade ativa, membros ocupados e membros remunerados por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas)	130
Tabela 18. Número de famílias, membros em idade ativa, membros ocupados e membros remunerados por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em mil pessoas)	131
Tabela 19. Número de famílias, membros ocupados e membros remunerados por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em mil pessoas)	132
Tabela 20. Número de crianças, adultos e idosos por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas)	133
Tabela 21. Número de crianças, adultos e idosos por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em mil pessoas)	134
Tabela 22. Número de crianças, adultos e idosos por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em mil pessoas)	135
Tabela 23. Composição da renda domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana e rural (em R\$ <i>per capita</i>)	136
Tabela 24. Composição da renda domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana (em R\$ <i>per capita</i>)	137
Tabela 25. Composição da renda domiciliar <i>per capita</i> (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população rural (em R\$ <i>per capita</i>)	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. As recentes mudanças demográficas: um roteiro para o estudo dos efeitos	
Introdução	5
1. Interpretações teóricas da dinâmica populacional: uma breve revisão	6
1.1. Teoria da Transição Demográfica e o enfoque da transição da fecundidade	7
1.2. Teoria da Segunda Transição Demográfica	12
2. Demografia da Família.....	18
2.1. A família como unidade de análise	18
2.2. A família na segunda transição demográfica	24
3. Efeitos da recente dinâmica demográfica.....	28
3.1. Condicionantes e propagação das recentes mudanças demográficas.....	29
3.2. Desigualdade dos efeitos das mudanças demográficas	34
Conclusão do capítulo	41
CAPÍTULO 2. Mudanças no quadro socioeconômico e demográfico brasileiro nas últimas décadas	
Introdução	43
1. Dinâmica socioeconômica no Brasil	45
1.1. Especificidades da dinâmica socioeconômica do meio rural	49
1.1.1. Mudanças produtivas e mercado de trabalho	50
1.1.2. Políticas Sociais.....	54
2. Mudanças demográficas no Brasil sob uma perspectiva familiar: um comparação entre as áreas rurais e urbanas	55
2.1. Estrutura etária	56
2.2. Composição familiar	59
2.3. Famílias estendidas	64
2.4. Tamanho e características ocupacionais das famílias	66
2.5. Razão de dependência das famílias	73
Conclusão do capítulo	78

CAPÍTULO 3. Impactos das mudanças demográficas na distribuição de renda e uma investigação da dinâmica do crescimento da renda nas áreas urbanas e rurais

Introdução	81
1. Impactos das mudanças demográficas sobre a população brasileira.....	82
1.1. Variação da renda domiciliar per capita das famílias	84
1.2. Mudanças na composição das famílias e variação da renda: efeito composição e efeito renda ...	91
2. O crescimento da renda das famílias e a contribuição das diferentes fontes de renda.....	99
Conclusão do Capítulo	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
Apêndice A – Metodologia utilizada	123
Apêndice B – Dados	127

Introdução

A observação da dicotomia rural-urbana é relevante para a compreensão e análise das disparidades dentro a população brasileira. Embora o intenso processo de urbanização tenha instalado rapidamente uma massa de pessoas vivendo em situação de pobreza nas cidades (Rocha, 2013), os residentes do meio rural brasileiro são historicamente relacionados às condições de vida e de trabalho mais precárias. De acordo com Kageyama (2008, p.206), é fato “demais conhecido” que a população rural é proporcionalmente mais pobre que a urbana. E, se a pobreza ainda hoje atinge proporções consideráveis no Brasil, ela afeta mais intensamente as áreas rurais, que abrigam parcela significativa dos pobres.

Enquanto a pobreza urbana surgiu em razão do caráter excludente do processo de industrialização (devido a baixa incorporação de ocupados nos setores industriais mais modernos e estruturados, elevada heterogeneidade do setor e hierarquização ocupacional dentro das empresas, gerando elevadas desigualdades nas remunerações) e do próprio processo de criação dos grandes centros urbanos, as condições socioeconômicas da população rural brasileira foram determinadas, muito antes, por fatores estruturais. São inúmeros os eixos explicativos que conformam, de maneira complementar, os determinantes da pobreza rural brasileira, englobando as especificidades históricas do mercado de trabalho rural e a questão agrária brasileira. A herança do escravismo colonial, a falta de políticas sociais, a inexistência de sindicatos no campo e a estruturação de uma produção agrícola pouco democrática (baseada na grande propriedade), aliada à recente e localizada modernização agrícola (que, apesar de elevar a produtividade do trabalho, reduz a capacidade de absorção de mão-de-obra, excluindo uma expressiva massa de trabalhadores rurais), são fatores importantes que conformam o cenário rural brasileiro. Esses fatores históricos, traduzidos na superexploração do trabalhador do campo, além de conduzir ao êxodo rural, condicionaram a formação de uma população com precárias condições de vida (Oliveira e Henrique, 1990).

Estes fatores são de extrema importância para a compreensão da pobreza e desigualdade de renda da população, mesmo que a análise seja do período atual. Ademais, a menção dos determinantes históricos e estruturais constitui uma importante base interpretativa de qualquer estudo que observe a questão socioeconômica brasileira. Entretanto, o propósito deste estudo não está propriamente na discussão dos fatores que determinaram as condições de vida da

população no passado. Este estudo tratará especificamente da discussão da recente dinâmica socioeconômica brasileira.

O Brasil tem passado por diversas mudanças positivas nas últimas décadas, destacando o aumento da renda da população, a recente queda da proporção de pobres e da desigualdade de renda. Esta constatação servirá como ponto de partida para tratarmos, mais atentamente, dos fatores que condicionaram tal melhoria dos indicadores socioeconômicos, especialmente no meio rural brasileiro onde as melhorias foram proporcionalmente mais intensas (Rocha, 2013).

Para explicar tal desempenho positivo do quadro socioeconômico brasileiro, a literatura tem salientado o contexto macroeconômico favorável e a implementação de políticas públicas nos últimos anos (Rocha, 2013). Ademais, o esforço na regulação e fiscalização trabalhista (que promoveram melhorias nas relações de trabalho e nas condições de ocupação) e as novas políticas públicas sociais (políticas assistencialistas e de transferência de renda) têm sido destacados com bastante proeminência entre os fatores determinantes ou condicionantes do aumento da renda. Nas áreas rurais, as mudanças produtivas e institucionais merecem uma observação mais detalhada, principalmente pelo fato de que houve significativa redução da desigualdade de renda entre as áreas rurais e urbanas. Diversos estudos têm destacado crescentes melhorias das condições oferecidas no mercado de trabalho rural e da renda total da população rural nas últimas décadas (Miranda e Tiburcio, 2012). A contribuição das mudanças produtivas, embora localizadas, foram expressivas e as políticas sociais que focaram na população mais pobre tiveram impactos extremamente elevados no meio rural brasileiro (Miranda e Tiburcio, 2012; Rocha, 2013).

No entanto, muitos estudos não atribuem a devida importância para um fator que pode ter contribuído, em grande medida, para o aumento da renda da população brasileira. Trata-se das mudanças demográficas que apresentam efeito potencial elevado, mas que ainda não é muito explorado no caso brasileiro (pelo menos não de forma detalhada). O Brasil experimentou mudanças demográficas intensas e progressivas nas últimas décadas. Destaque tem sido dado para a queda da fecundidade. O país também tem apresentado um envelhecimento elevado da população, não só pelo considerável período de queda da fecundidade, mas também pelo aumento da expectativa de vida (Ipea, 2012).

Frente aos dois fenômenos que ocorrem no Brasil nas últimas décadas, (i) mudanças demográficas e (ii) mudanças no quadro socioeconômico, especialmente nas áreas rurais, conformou-se uma rica base de informações para avaliar os possíveis impactos do primeiro fenômeno sobre o último. Logo, este trabalho tem como objetivo central avaliar os impactos das mudanças demográficas sobre a distribuição de renda. Especificamente, verifica-se de que maneira as mudanças na composição dos tipos familiares contribuíram para o crescimento da renda e redução das diferenças entre os grupos familiares mais pobres e mais ricos, assim como entre as áreas rurais e urbanas.

Para apresentar esses resultados é importante compreender com maior detalhe a dinâmica demográfica e seus diferenciais (entre os diferentes estágios de uma transição demográfica e entre as diferentes áreas e estratos de renda de uma população). Em outras palavras, é preciso saber como captar e analisar as mudanças demográficas observadas em uma população para posterior análise dos efeitos. Para isso, o primeiro capítulo realizará uma revisão teórica das recentes mudanças demográficas, destacando a questão da queda da fecundidade, os condicionantes das características demográficas e como se dá a sua propagação na população. De modo geral, busca-se resgatar a contribuição dos estudos que atuam no campo da demografia na discussão das recentes mudanças demográficas (e seus efeitos sobre as condições socioeconômicas).

O segundo capítulo analisará os dois fenômenos observados conjuntamente no Brasil: mudanças socioeconômicas e demográficas. Primeiro, será realizada uma breve revisão da dinâmica socioeconômica nas últimas décadas. Posteriormente, a partir das constatações adquiridas no capítulo 1, serão apresentados, de forma detalhada, dados sobre as mudanças demográficas e suas particularidades entre a população do país (por estrato de renda e por área de residência).

Por fim, no terceiro capítulo, serão observados os impactos das mudanças demográficas (detalhadas no capítulo 2) e a sua particular contribuição para o a dinâmica socioeconômica do país. Especificamente, deseja-se compreender como as mudanças demográficas contribuíram para o crescimento da renda entre os estratos mais pobres e mais ricos da população. Sempre comparando os resultados das áreas rurais e das áreas urbanas, para avaliar seus reflexos no padrão histórico de desigualdade existente entre essas áreas no Brasil.

Capítulo 1. As recentes mudanças demográficas: um roteiro para o estudo dos efeitos

Introdução

Durante décadas a literatura tem chamado atenção para a relação entre as variáveis demográficas e a dinâmica econômica. Antes do século XIX, as preocupações estavam direcionadas às elevadas taxas de mortalidade observadas em todas as faixas etárias da população (devido aos problemas de falta de saneamento, epidemias, crises alimentícias, fome generalizada, etc.). Posteriormente, com os avanços da sociedade moderna e melhoria das condições de vida, as atenções voltaram-se para o crescimento “descontrolado” da população global (que gerou problemas de abastecimento e infra-estrutura, excesso de demanda por produtos e, principalmente, por terras). Já nas três ou quatro últimas décadas, a elevada queda da fecundidade¹ tem sido o grande destaque entre os estudos que focam os efeitos socioeconômicos das variações demográficas – tema de interesse do presente estudo.

Para tanto, antes de avaliar os impactos das mudanças observadas em quaisquer variáveis demográficas, é essencial compreendê-las. Na definição resumida por Carvalho *et al.* (1998), a demografia é o estudo das populações e as variáveis demográficas definem conjuntos de características dessas populações em um determinado local. Para a análise destas variáveis é necessária uma observação detalhada dos fatores que envolvem as populações e especial atenção deve ser dada ao caráter temporal que (na apresentação de regularidades específicas) definem uma determinada dinâmica populacional.

Logo, se o objetivo deste estudo consiste em avaliar os efeitos das recentes mudanças demográficas, primeiramente, é preciso compreender como a literatura tem tratado a dinâmica populacional (especificamente relacionada ao comportamento da fecundidade). Para isso, em primeiro lugar, será realizada uma breve revisão da literatura da demografia e de algumas interpretações teóricas (levando em consideração a multidisciplinaridade deste campo e, logo, as contribuições das áreas da ciências sociais, historiografia e economia).

¹ O conceito de fecundidade refere-se à relação entre nascimentos (vivos) e mulheres em idade reprodutiva (ou período considerado usualmente fértil da mulher – de 15 a 49 anos de idade), enquanto a natalidade refere-se à relação entre nascimentos vivos e população total. Ressaltando que não se deve confundir fecundidade com fertilidade. Esta última diz respeito ao potencial reprodutivo das mulheres, enquanto a fecundidade é o resultado concreto e a quantidade de filhos obtidos por mulher (Carvalho *et al.*, 1998).

Cabe frisar que apesar de fazer menção aos determinantes das mudanças demográficas, não é o objetivo aprofundar-se nesta discussão. Frente ao propósito deste estudo, busca-se apenas identificar as recentes mudanças demográficas e apenas compreender como que elas se propagam entre a população. Em segundo lugar, considerando que as mudanças demográficas são essenciais para a compreensão das mudanças socioeconômicas (ponto de partida importante deste trabalho), este capítulo também tem como objetivo atualizar o leitor na discussão dos efeitos das mudanças demográficas, identificando a diversidade destes impactos entre a população.

É importante ressaltar que este capítulo busca, na realidade, elaborar um aporte teórico para justificar as análises elaboradas nos próximos capítulos. Em outras palavras, a revisão da literatura da demografia permitirá definir como podemos observar as recentes mudanças demográficas (principalmente em relação às escolhas das variáveis que podem ser adotadas nas análises futuras). Deste modo, as conclusões daqui tiradas servirão de guia (i) para a elaboração das hipóteses deste trabalho e (ii) para as escolhas metodológicas que serão consideradas nas análises exploratórias desta dissertação, auxiliando também nas interpretações dos resultados obtidos.

1. Interpretações teóricas da dinâmica populacional: uma breve revisão

Para mostrar como que a recente dinâmica populacional é tratada pela demografia é fundamental reproduzir as conclusões, mesmo que brevemente, da teoria da Transição Demográfica e algumas poucas interpretações subseqüentes. Dentre estas últimas, foco será dado basicamente para a teoria da Segunda Transição Demográfica. A revisão realizada nesta seção se baseará nas mudanças demográficas ocorridas nos países avançados, uma vez que dificilmente pode-se focar em teorias demográficas sem fazer referência aos países mais desenvolvidos. Como é de conhecimento comum, a queda da fecundidade foi observada primeiramente nestes países, mais especificamente na Europa Ocidental. E, assim como Van de Kaa (2002) ressaltava, a observação empírica sempre veio antes de qualquer teoria demográfica.

1.1. Teoria da Transição Demográfica e o enfoque da transição da fecundidade

A partir do final do século XIX, estudos de diversas escolas francesas começaram a atribuir centralidade para o comportamento declinante da fecundidade dentro do matrimônio nos países europeus (principalmente na França que foi um dos primeiros países a apresentar tal redução). A queda da fecundidade passou a ser tratada, então, como uma *revolução demográfica* – termo originalmente utilizado para descrever este fenômeno – e as explicações eram embasadas pelo o que os sociólogos denotavam como puro fenômeno social. Avançando no tempo, os norte-americanos passaram a liderar os estudos sobre as mudanças demográficas, especificamente nos anos entorno da Segunda Guerra Mundial. O fenômeno passou a ser observado mais intensamente pelo campo da economia e o termo revolução foi substituído pelo termo transição. A partir deste momento, a dinâmica populacional foi compreendida através do comportamento dos indivíduos frente ao processo de modernização da sociedade².

Na raiz desta nova concepção, são amplamente reconhecidas as contribuições iniciais de Warren Thompson no final da década de 1920 (mesmo que o autor ainda não se utilizasse do termo transição e não tivesse elaborado nenhum tipo de ensaio teórico). Suas observações empíricas sobre o comportamento demográfico de diversos países tiveram papel fundamental para a posterior formulação de uma teoria demográfica. Investigando padrões de crescimento populacional em diversos países no mundo, o autor identificou três grupos: A) países com taxas de mortalidade e taxas de natalidade muito baixas, traduzindo-se em taxas de crescimento também baixas e conduzindo uma população com característica estacionária (como países da Europa Ocidental e outros países com a presença de imigrantes europeus); B) países com taxas de natalidade e principalmente de mortalidade em declínio, mas que ainda não apresentavam queda elevada da primeira, resultando em um crescimento populacional elevado (Sul e Leste da Europa); C) países onde as taxas de natalidade e mortalidade dependiam do regime de controle “natural” (baseado em ocorrências como, por exemplo, doenças, desnutrição/fome e guerras), o que gerava um contexto de altas taxas de natalidade e de mortalidade e um crescimento populacional não tão elevado (respondendo por cerca de 70 a 75% do mundo como Japão, Rússia e Índia). Analisando esse diferencial categórico, Thompson apontou que a situação demográfica do segundo grupo é comparável com a situação em que o primeiro grupo se encontrava a 35/40

² Com base em van de Kaa (2002), Kirk (1996) e Alves (1994) que oferecem uma breve revisão do avanço histórico da literatura da transição demográfica.

anos atrás e, em previsão, apontou que o grupo B se encontraria na situação do grupo A. Ou seja, as taxas de natalidade iriam seguir a redução das taxas de mortalidade e, a partir deste momento, a população deste grupo iria parar de crescer, pelo menos de maneira acelerada (Thompson, 1929 *apud* Krik, 1996).

A partir de então, uma relação fica clara: em países pobres as taxas de mortalidade e de natalidade eram elevadas, já os países mais ricos as taxas de natalidade e de mortalidade eram baixas. De forma mais detalhada, em países mais pobres tem-se muitos filhos porque morrem muitos filhos, padrão que é observado especialmente em países que contam com altas taxas de mortalidade infantil e precárias condições de saneamento e saúde. Já em países mais ricos o quadro é o inverso, taxas de fecundidade menores suprem as taxas de mortalidade infantil e garantem a reposição da população, em vista das melhorias obtidas nas condições de vida e reduzidos níveis de mortalidade. Neste sentido, a queda da mortalidade desempenha papel central na queda da natalidade (Alves, 1994; Kirk, 1996).

Prosseguindo com a compreensão da concepção do termo transição, Frank Notestein, considerado o pai desta corrente, teve papel central na formulação da Teoria da Transição Demográfica. Para ele as quedas das taxas vitais (mortalidade e natalidade) ocorreram devido a ascensão de uma sociedade urbana-industrial (Kirk, 1996). O autor passou a enfatizar que todos os países passariam por tal processo após alcançado certo nível de desenvolvimento econômico, proporcionado pelo processo de industrialização acompanhado pelo processo de urbanização (Notestein, 1945 *apud* Van de Kaa, 2002). A partir desta atribuição dinâmica, tanto mundial como temporal, as observações empíricas se transformaram em uma teoria, na qual tratava as mudanças demográficas como variável dependente das mudanças econômicas da sociedade (Alves, 1994). Identificando os fatores econômicos como determinantes das mudanças demográficas.

Acrescenta-se assim que, em países com altas taxas de natalidade, o enorme número de filhos tidos por mulher era também explicado pela necessidade de ter uma quantidade maior de mão-de-obra para o serviço agrícola (além de ser explicado pela elevada mortalidade infantil). Já países que passaram a se urbanizar e a depender menos do setor agrícola acabam criando um contexto desfavorável à obtenção de grandes quantidades de filhos (Alvez, 1994; van de Kaa, 2002; Kirk, 1996).

Nesta concepção teórica, a transição demográfica observada em um determinado país ou região é nada mais que a passagem de um padrão de elevadas taxas vitais (mortalidade e natalidade) para outro de baixas taxas vitais. Para uma melhor compreensão dessa passagem, um modelo teórico, que engloba os períodos pré-transicional, transicional e pós-transicional, pode ser exposto graficamente. Uma ilustração simples e sem maiores detalhes deste modelo encontra-se abaixo (figura 1). Para a sua análise, cabe ressaltar que a taxa de crescimento populacional de um determinado país ou região resulta da diferença entre a taxa bruta de natalidade e a taxa bruta de mortalidade (desconsiderando os efeitos dos fluxos migratórios).

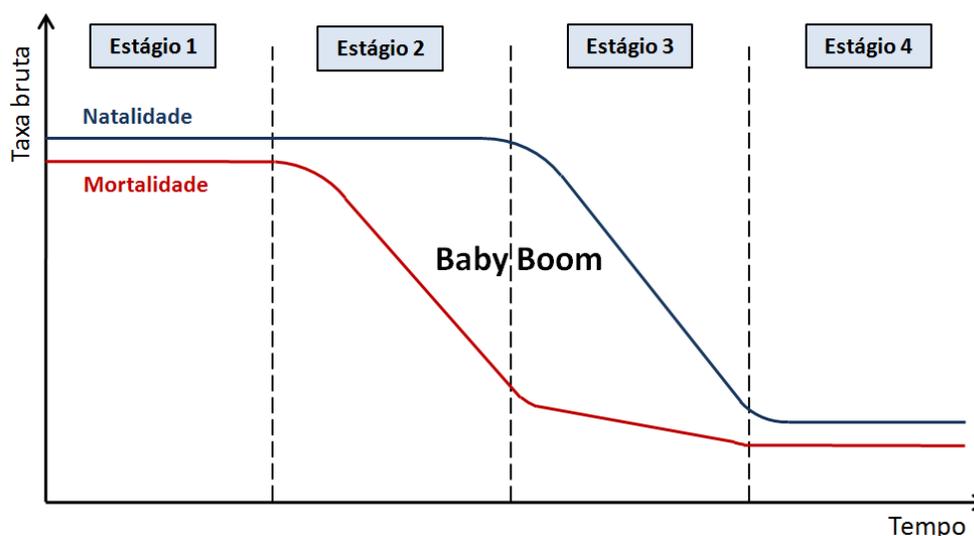


Figura 1. Modelo simplificado da Transição Demográfica (taxa bruta de natalidade e mortalidade).

Fonte: Elaboração da autora. Para a análise de um modelo teórico mais detalhado ver van de Kaa (2002) e Alves (1994).

De acordo com a teoria, no estágio pré-transicional (estágio 1), a população de determinado país se encontraria com crescimento populacional positivo (porém não elevado) e baseado em um regime de altas taxas vitais, tanto de mortalidade como de natalidade. Já no período transacional, haveria primeiramente uma queda da mortalidade (estágio 2), seguida posteriormente por uma rápida queda da taxa de natalidade (estágio 3). É importante salientar que há um hiato temporal entre a queda destas duas taxas e, como consequência deste diferencial, ocorreria uma explosão populacional (*baby boom*). Após esse período transacional, haveria a retomada do equilíbrio entre a taxa de mortalidade e natalidade (devido a redução do diferencial

entre estas), proporcionando assim um crescimento populacional estável, porém não muito elevado (estágio 4).

Deste modo, a transição demográfica entremeia um determinado estado de equilíbrio populacional e outro, também de equilíbrio. No entanto, o equilíbrio do período pós-transacional se dá através de taxas vitais bastante baixas, enquanto que no período pré-transacional o equilíbrio se dá sob um regime de elevadas taxas vitais.

Resumindo os pressupostos desta teoria baseada na estabilização do crescimento populacional³, van de Kaa expõe que (2002: 01):

It was understood by all knowledgeable people that the decline in fertility was an adjustment made necessary by the decline in mortality. The latter had resulted in unsustainably high levels of natural population growth. The long-term demographic balance had been upset; consequently a new balance had to be established at low levels of both mortality and fertility. The very appealing assumption was that we would move from one long-term *quasi equilibrium* to another.

Ressaltando que todo esse processo transacional é determinado, primeiramente, pelos impactos da modernização sobre a mortalidade (uma vez que a modernização, atingida pelos processos de industrialização e urbanização, promovem melhorias nas condições de vida e avanços na área da medicina que geram rápidos efeitos sobre a mortalidade). Com a intensificação deste processo de modernização, após atingido certo grau de desenvolvimento econômico, a taxa de natalidade também se encontraria em rápido declínio. Assim como resumido por Alves (1994: 14), “após um determinado lapso de tempo, a pressão do crescimento populacional e das mesmas forças que atuaram sobre a mortalidade atuariam no sentido de reduzir a fecundidade”.

Em última instância, tanto a queda da mortalidade como a queda da fecundidade são explicadas por fatores econômicos, uma vez que, os estágios transacionais e pós-transacional seriam atingidos conforme a sociedade passaria de uma economia rural agrícola para uma economia urbana industrial.

De modo geral, a abordagem da transição demográfica passou a ser amplamente aceita pelos demógrafos, pelo menos como modelo para generalização das mudanças

³ Uma vez que a teoria da transição demográfica reconhece que há uma estabilidade do crescimento da população após o período transacional, pode-se dizer que a base do pensamento que originou esse modelo de transição reside em outra importante teoria da demografia: a Teoria das Populações Estáveis. Essa teoria da demografia matemática ficou conhecida através de Alfred Lotka, amplamente reconhecida entre os demógrafos, teve grande importância para a compreensão da dinâmica populacional (Coale, 1972 *apud* Wilson, 1996).

demográficas observadas em um determinado país que passa pelo processo de modernização. Entre os estudos que sucederam à abordagem original, a transição demográfica acabou sendo tratada muito mais como uma teoria transacional da fecundidade, do que uma teoria da transição de diferentes componentes demográficos, incluindo a mortalidade. Conforme a queda da fecundidade foi se intensificando entre os países avançados, as discussões sobre a queda da taxa de mortalidade foram deixadas de lado e o enfoque da transição da fecundidade prevaleceu. Isso também se explica pelo fato de que, ao contrário da queda da fecundidade, a transição da mortalidade é muito mais fácil de ser compreendida e seus fatores determinantes não são muito contestados (Kirk, 1996).

Evoluindo nas interpretações, para muitos estudiosos a teoria da transição demográfica foi falha na definição dos fatores causadores do declínio da fecundidade, considerando que os mesmos fatores explicativos da queda da mortalidade foram utilizados para explicar a queda da fecundidade. Nesta visão crítica, a teoria não teria poder de explicar suficientemente toda a queda da fecundidade nos países desenvolvidos e errou ao atribuir importância central e praticamente única aos fatores econômicos. Logo, os estudos que sucederam à teoria da transição demográfica buscaram refinar a abordagem original especificamente em relação aos determinantes da queda da fecundidade (van de Kaa, 2002; Kirk, 1996; Alves, 1994).

Na visão mais recente dos demógrafos, outros fatores deveriam ser incorporados e, dependendo do caso analisado, considerados em magnitude igual e até mesmo superior aos fatores econômicos. Nesta direção, Kirk (1996: 365) revela que mesmo em regiões da Europa, as reduções mais recentes da fecundidade estão mais ligadas à difusão de padrões culturais do que à modernização econômica.

Essas discussões do reduzido poder explicativo da teoria foram reforçadas pelo fato de que a redução da fecundidade foi subestimada por ela. É de conhecimento comum que a fase transacional e o *baby boom* realmente ocorreram na grande maioria dos países do mundo, principalmente entre aqueles que passaram pelo processo de industrialização e urbanização. Por outro lado, a fase pós-transacional (desenhada no modelo original da transição demográfica) não se confirmou de forma generalizada (Kirk, 1996).

Na concepção inicial da teoria, esperava-se que em certo momento a taxa de fecundidade pararia de cair e se estabilizaria acima do nível de reposição populacional, sendo

assim, a população permaneceria com uma taxa de crescimento positivo. Porém, na prática, essa redução continuou em processo de declínio constante, chegando a atingir níveis inferiores à da taxa de reposição populacional, como foi observado em grande parcela dos países avançados (van de Kaa, 2002; Kirk, 1996; Alves, 1994). Deste modo, o comportamento da taxa de natalidade estaria indo muito além do simples ajuste às alterações da taxa de mortalidade.

Mesmo frente à essas considerações, é importante destacar o reconhecimento da teoria da transição demográfica. As interpretações posteriores apenas complementaram, e não invalidaram, a teoria original cujas reflexões tornaram possível a compreensão de grande parte da dinâmica populacional mundial. Frisando que a redução do número de filhos por mulher, observada a partir dos anos 1960 especificamente nos países industrializados do mundo ocidental, foi extremamente rápida e totalmente inesperada. Como nas palavras de van de Kaa (2002: 06): “no one had predicted that sudden shift”.

1.2. Teoria da Segunda Transição Demográfica

Dentre as correntes que focam na transição da fecundidade, uma interpretação em especial tem chamado atenção dos demógrafos nas últimas décadas, que se contrapõe aos principais pressupostos da abordagem econômica (que havia prevalecido até o momento sob liderança principal dos estudos norte-americanos). Essa visão, liderada inicialmente pelos estudiosos europeus, é apontada como representante principal de uma corrente de estudos que enfatiza as transformações de valores culturais e de ordem social como determinantes das recentes alterações demográficas. A teoria explicita que a fecundidade declina por razão da modernização econômica da sociedade (que também estaria relacionada com a queda da mortalidade) até determinado ponto e, por outro lado, a partir de certo ponto a queda da fecundidade passa a ser determinada pelas mudanças de ordem social. A permanente queda da fecundidade à níveis extremamente baixos seria, então, característica intrínseca de um novo regime demográfico e deveria ser tratada como um novo período transacional, daí o nome: teoria da Segunda Transição Demográfica (Kirk, 1996).

Com base em estudos empíricos de países desenvolvidos, inicialmente da Europa Ocidental em torno dos anos 1960, Ron Lesthaeghe e Dirk van de Kaa⁴ definiram que a teoria da segunda transição parte do pressuposto de que os fatores que anteriormente explicaram a transição da mortalidade e a inicial queda da fecundidade, não têm capacidade de explicar as mudanças demográficas mais recentes (grosso modo a partir do período pós segunda guerra). Após um determinado país atingir certo nível de modernização econômica, outros fatores viriam à campo e promoveriam uma continuidade da queda da fecundidade – constatação que representou contribuição importante desta teoria. Desta forma, a nova teoria passou a dar tratamento diferenciado às mudanças demográficas observadas na Europa (van de Kaa, 2002; Lesthaeghe, 1991).

Em decorrência disso, a teoria antecessora passou a ser denominada, pelos adeptos desta nova abordagem, como a primeira transição demográfica. Simplificando ao extremo as teorias da primeira transição e da segunda transição, van de Kaa (2002: 02), reflete que:

If now asked to define the essential difference between the first and second demographic transitions, I would simply say that while the first, the traditional demographic transition, was a long term consequence of the decline in mortality, the second transition should be interpreted as a consequence of fertility declining way below the levels long thought plausible.

Em termos gráficos, a segunda transição demográfica poderia ser desenhada, basicamente, da seguinte forma⁵: a taxa de natalidade continuaria a declinar, atingindo níveis muitos baixos, enquanto a taxa de mortalidade permanece praticamente constante (o que invalidaria o estágio 4 do modelo da transição demográfica apresentado anteriormente); após um certo período a taxa de mortalidade tenderia a subir ligeiramente como consequência da própria dinâmica populacional (com menos crianças e jovens entre a população o envelhecimento faria a taxa bruta total de mortalidade crescer naturalmente); rapidamente a taxa de mortalidade iria exceder a taxa de natalidade. A partir deste momento, se iniciaria a queda do tamanho da população total, pois, a este ponto, a fecundidade já se encontraria bem abaixo da taxa de reposição populacional. Essa crescente diferença acaba gerando a chamada implosão populacional (*baby bust*), que teve início na Europa dos anos 1970, como apontado por Lesthaeghe (2010). Posteriormente, com a intensificação do processo de envelhecimento

⁴ Os autores publicaram o primeiro artigo sobre o que seria a segunda transição demográfica na Holanda em 1986, intitulado *Twee demografische transitities?*.

⁵ Para a observação a exposição gráfica do modelo da segunda transição demográfica, ver van de Kaa (2002).

populacional, a permanência da taxa de natalidade a níveis baixos seria favorecida, mais ainda, pelo fato de que o número de mulheres em idade reprodutiva seria comparativamente menor, tornando o processo de redução populacional praticamente irreversível (van de Kaa, 2002).

No entanto, os autores não estavam preocupados com o desenho de um novo modelo gráfico que analise taxas vitais e crescimento populacional. Exposto isso, discuti-se os fatores que envolvem esta nova fase transacional e que explicariam a implosão populacional.

Os questionamentos da teoria da segunda transição se direcionam para as razões pelas quais casais unidos em matrimônio passaram a ter pouquíssimos filhos, assim como para os motivos que causaram mudanças nos padrões familiares – foco central da teoria. Sendo assim, a nova transição da sociedade pós-moderna estaria baseada em um novo modelo de formação e reprodução da família.

Para responder a estas questões, van de Kaa (2002) e Lesthaeghe (1991) destacam a grande contribuição da discussão feita por Philippe Ariès⁶ que ofereceu o eixo de sustentação da teoria. Para Ariès a queda da fecundidade europeia durante os anos 1960 e 1970 foi muito diferente da observada no período anterior. Tratava-se de uma mudança muito mais caracterizada pela centralidade da preocupação dos adultos com a auto-realização. Uma vez que, a partir deste momento, ter filhos não era mais uma necessidade para a auto-satisfação das pessoas.

Lesthaeghe (1991) também atribui importância para as contribuições anteriores de Edward Shorter⁷ sobre a revolução sexual, ligada a dissociação do casamento com a sexualidade, e principalmente a discussão feita por Norman Ryder e Charles Westoff⁸ sobre a revolução contraceptiva (a partir da introdução de métodos eficientes de controle da fecundidade) que originou a chamada *the perfectly contracepting society*. Esta última, surgida com inovações no campo da medicina na Europa Ocidental, grosso modo a partir dos anos 1960, foi de extrema importância ao permitir o controle absoluto da fecundidade e oferecer maior poder à mulher sobre a escolha de ter filhos (ou não) na quantidade e no tempo desejado⁹.

⁶ De acordo com Lesthaeghe (1991), ver: Ariès, P. (1980). Two successive motivations for declining birth rates in the West. *Populations and Development Review*. (6) 4.

⁷ De acordo com Lesthaeghe (1991), ver: Shorter, E. (1984). *The making of the modern family*. Fontana, London.

⁸ De acordo com Lesthaeghe (1991), ver: Ryder, N.; Westoff, C. (1977). *The contraceptive revolution*. Princeton University Press, Princeton.

⁹ Ressalta-se que essas duas revoluções estão intimamente ligadas, uma vez que a regulação voluntária de fecundidade via métodos modernos de contracepção, permitiu maior autonomia à sexualidade, principalmente entre as mulheres, além de permitir maior controle das mulheres sobre a fecundidade (Berquó, 2001).

As contribuições da teoria microeconômica aplicada por Gary Becker¹⁰, principalmente no campo da nupcialidade, também tiveram relevância. A partir dos anos 1960 e mais intensamente nas décadas posteriores, o crescimento da *female economic autonomy* (basicamente o aumento do emprego e do salário feminino) causaram uma redução nos ganhos obtidos pelas mulheres através do casamento. Isso seria explicado pelo aumento dos custos de oportunidade das mulheres, em outras palavras, o que se traduz em um aumento das desvantagens do casamento na concepção feminina¹¹. Neste contexto, estaria ocorrendo uma verdadeira revolução de gênero, assim denominada por Lesthaeghe (2010), que teria o poder de alterar os tradicionais papéis femininos dentro da sociedade e dentro das famílias.

Em resumo da teoria, estas três revoluções (sexual, contraceptiva e de gênero), marcadas também pelo fim do controle autoritário da igreja e da imposição institucional religiosa¹², estariam contribuindo para a manifestação de valores individualistas. Como consequência, os processos de formação de casais e de reprodução das famílias estariam sofrendo com essas mudanças ligadas à nova concepção de auto-realização do indivíduo¹³. Isso porque, as pessoas estariam mais preocupadas com a auto-realização (principalmente na vida profissional) antes do casamento ou da maternidade e, somada a isso, as exigências ao casamento se tornaram maiores. Na prática, isso seria traduzido na postergação do casamento assim como da paternidade – duas características definidoras da teoria da segunda transição demográfica (Lesthaeghe, 1991; 2010).

Sendo assim, segundo Lesthaeghe (1991; 2010), a postergação do casamento e da paternidade constitui teoricamente o primeiro passo para a nova transição demográfica e, empiricamente, respondeu por considerável queda da fecundidade durante as décadas de 60 a 70 em grande parte da Europa.

¹⁰ De acordo com Lesthaeghe (1991), ver: Becker, G. (1981). *A treatise on the family*. Harvard University Press, Cambridge, Mass.

¹¹ Becker baseia suas análises na chamada racionalidade moderna que estaria tornando desvantajoso para as mulheres o casamento e a maternidade, sendo a demanda por crianças uma função da renda, preços e preferências (Kirk, 1996).

¹² Destacando, particularmente, a queda da influência da Igreja Católica no período pós-guerra. Por outro lado, o autor considera um efeito positivo sobre as mudanças demográficas da presença do protestantismo em alguns países (que teria contribuído para o desenvolvimento mais rápido da autonomia econômica feminina, pelo fato de que teria influenciado o surgimento de uma moral mais individualista na sociedade) (Lesthaeghe, 1991).

¹³ Baseado na linguagem da sociologia, de acordo com Lesthaeghe (1991), o antigo altruísmo (controlado pelo lado emocional do indivíduo e forçado pelo ambiente institucional – religioso ou governamental) observado nas sociedades baseadas em valores mais tradicionais, estaria dando lugar a um processo de manifestação do individualismo (no sentido de uma autonomia individual e não do egoísmo emocional) liderada por um sentimento de responsabilidade pessoal na busca da auto-satisfação ou auto-realização, o que levaria ao aumento do consumismo e carreirismo (maior preocupação com a vida profissional).

Neste novo estágio transacional, atingidos pelos países avançados da Europa (principalmente Ocidental), os fatores econômicos já não eram mais tão importantes na promoção das mudanças demográficas. Logicamente, assim como assumido pela teoria, o nível de desenvolvimento econômico também opera sobre as alterações demográficas via crescimento educacional médio e aumento dos níveis da remuneração e do emprego feminino. No entanto, para Lesthaeghe (1991), esses fatores operam como variáveis intermediárias e não mais (pelo menos não unicamente) como variáveis determinantes do surgimento de novos padrões demográficos, que, no caso, trata-se de um novo padrão familiar.

Para confirmar isso, Lesthaeghe, (2010) salientou que alguns países europeus, apesar de se encontrarem no mesmo patamar de desenvolvimento econômico dos países que passavam pela segunda transição demográfica, não experimentaram os eventos desta transição. O que foi visto principalmente entre os países do Sul da Europa durante os anos 1960 e 1970 que ainda não haviam presenciado a postergação do casamento e aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho.

Do que foi exposto até o momento, poderíamos deduzir que, explicada pela postergação do casamento e da maternidade, a queda da fecundidade pode parecer ter caráter temporário (como efeito do adiamento do nascimento do primeiro filho), como alguns estudos comprovaram empiricamente em alguns casos (van de Kaa, 2002). Todavia, as taxas de fecundidade de grande parte dos países europeus se encontram permanentemente abaixo do nível de reposição populacional por muitos anos (apesar de ter ocorrido uma breve recuperação da fecundidade depois da drástica queda). Isso se explica pelo fato de que, além do processo de postergação da paternidade, os casais (e especificamente as mulheres) não estão tendo incentivos (financeiros e, principalmente, pessoais) para ter mais de um filho. A opção de não ter filhos se torna cada vez mais frequente nos países europeus (principalmente na região Ocidental e Norte) (van de Kaa, 2002). Somada a isso, a postergação do nascimento do primeiro filho também acaba gerando, naturalmente, uma redução da probabilidade de se ter uma quantidade mais elevada de filhos, em vista do período fértil das mulheres.

Obviamente, as considerações da interpretação da segunda transição demográfica foram bastante contestadas¹⁴, porém, ao mesmo tempo, reveladoras. Lesthaeghe e van de Kaa não

¹⁴ Na visão de alguns críticos, como por exemplo, Cliquet (1992) e Coleman (2003), as interpretações da primeira transição demográfica teriam aporte teórico suficiente para compreender as recentes mudanças demográficas (como a queda da fecundidade

apenas chamaram atenção para a ocorrência de mudanças demográficas drásticas e irreversíveis dentro das sociedades mais desenvolvidas (visto que são mudanças de ordem social que estão enraizando novos padrões culturais).

Essa teoria também contribuiu ao mostrar, de forma clara, que a observação das mudanças demográficas pelo nível macro não consegue explicar e nem identificar por completo tal processo de transformação. Em segundo lugar, outro ponto de reflexão que a segunda transição tornou bastante relevante é que os fatores econômicos não são os únicos a interferirem na transição da fecundidade, chamando atenção para o fato de que o processo de propagação destas mudanças dependia muito mais de mudanças culturais/sociais.

Todavia, algumas críticas à teoria da primeira transição demográfica, que antecederam as reflexões de Lesthaeghe e van de Kaa, também trouxeram estas mesmas discussões entre os demógrafos. No entanto, a teoria segunda transição demográfica foi além das críticas anteriores e também trouxe um elemento inovador para a discussão da dinâmica populacional. Ao atribuir importância para o processo de formação dos casais, revelou-se a necessidade de observar as questões que ocorriam no âmbito da família – tema da próxima seção. Além disso, ao diferenciarem a segunda transição da primeira transição, os autores conseguiram atribuir foco central para outros fatores além dos econômicos, oferecendo assim um aporte teórico para outros vários estudos. Pelo contrário do que se poderia pensar à primeira vista, a negação da centralidade dos fatores econômicos não enfraqueceram os estudos da economia que atuavam no campo da demografia. Tais pressupostos ofereceram um aporte teórico mais consistente para os estudos que analisavam os efeitos econômicos das mudanças demográficas, uma vez que estas últimas podem ocorrer de forma independente. Neste sentido, diversos estudos surgiram para tentar identificar quais eram as conseqüências socioeconômicas destas mudanças mais recentes – tema da última seção do capítulo.

abaixo da reposição) e, além disso, essas mudanças (analisadas pela teoria da segunda transição) não representariam uma nova transição, mas representariam basicamente uma continuação da anterior. Já McDonald (2006) não discorda totalmente da teoria da segunda transição demográfica. Mas o autor afirma que, apesar da teoria conseguir explicar a queda da fecundidade dos anos 1960 até mais ou menos finais dos 1970, ou inícios dos 1980, de grande parte da Europa, os pressupostos da segunda transição estariam subestimando os fatores econômicos. Ainda segundo o mesmo autor é necessário considerar as mudanças no sistema produtivo da sociedade nas décadas mais recentes (como a intensificação da internacionalização e racionalização da produção, ligadas ao processo de desregulamentação do mercado) e, neste sentido, torna-se necessário a incorporação de outras novas considerações para compreensão das mais novas mudanças demográficas observadas a partir de meados dos anos 1980.

2. Demografia da Família

Por décadas a família tem sido um importante objeto entre os estudos populacionais¹⁵. Para tanto, foi após a transição da fecundidade observada empiricamente nos países avançados que houve um enorme avanço, tanto quantitativo como qualitativo, dos estudos sobre esta temática. As interpretações que surgiram com a teoria da segunda transição demográfica tiveram especial contribuição. Assim como afirma Wajnman (2012: 43):

(...) esse quadro de mudanças demográficas que se desenrola desde meados do século passado tem recebido tratamento teórico específico, através do desenvolvimento do conceito de *segunda transição demográfica* (STD). Motivada pela necessidade de entender o processo de implosão populacional que resulta da acentuada queda da fecundidade para níveis muito abaixo da reposição populacional em vários países de economia avançada, é na formulação da STD que os estudos de família deixam de ser residuais para ocupar o centro do debate demográfico.

Deste modo, foi através da discussão da segunda transição demográfica que surge uma ampla percepção da necessidade de observar muito mais do que a simples queda da taxa de fecundidade e de passar a focar nas mudanças que ocorriam no processo de formação das famílias e de reprodução das mesmas.

Neste contexto, um sub-campo específico da demografia que se convencionou pelo nome demografia da família ganhou destaque entre os estudos populacionais. Tais estudos tiveram papel central na compreensão da transição da fecundidade e de outras mudanças recentes, servindo de guia para a formulação e interpretação das análises demográficas (qualitativas e quantitativas).

De maneira simplificada, defini-se a demografia da família como “o estudo do número, tamanho e composição das famílias e a identificação dos processos populacionais que geram esses resultados e suas mudanças ao longo do tempo” (Ryder, 1975 *apud* Wajnman, 2012: 11).

2.1. A família como unidade de análise

Antes de prosseguir com a observação das mudanças demográficas sob o âmbito familiar, cabe compilar algumas considerações em relação aos conceitos básicos associados à

¹⁵ Wajnman (2012) e Burch (1995) oferecem uma revisão da evolução da literatura internacional da demografia da família.

demografia da família. Vale ressaltar que não se busca aqui detalhar o conceito de família (que exigiria uma discussão sociológica longa e bastante abrangente)¹⁶, mas apenas relevar a importância desta unidade de análise, assim como mostrar algumas considerações analíticas desta unidade.

Primeiramente, é importante ressaltar que a família é considerada como uma relevante unidade de análise para grande parte dos processos demográficos. De acordo com Wajzman (2012), isso se justifica pela razão deste grupo representar uma ótima unidade de análise. Essa captação permite ir além de uma observação simples que considere apenas o indivíduo, de forma isolada e descolado do contexto que o cerca. Logo, ainda segunda a autora, ao agrupar os indivíduos em grupos que detêm características sociais e econômicas bastantes similares acredita-se que há uma maior aproximação da unidade de análise de maior relevância.

Ainda justificando tal escolha, na visão de Barros e Mendonça (1995:03), pode-se considerá-la um grupo unitário pelo fato de que “a família tem forte influência sobre a decisão de quais membros devem participar no mercado de trabalho, quais devem participar de tarefas domésticas e quais devem estudar ou participar de programas de treinamento”. Deste modo, “a família tem grande influência sobre as decisões com respeito à alocação do tempo de seus membros, desempenhando, portanto, um papel central na definição da estratégia de geração de renda e de investimento em capital humano de seus membros” (Barros e Mendonça, 1995: 03). Em suma, segundo os mesmos autores, a família funcionaria como uma *unidade de decisão*.

Nesta mesma linha, considerando a “concepção da família como unidade de tomada de decisão”, Oliveira (1982: 619) ressalta que um indivíduo tem seu comportamento altamente determinado entre os limites da família em que pertence.

Se, por um lado, há um consenso entre os estudos de considerar a importância desta unidade de análise, por outro, a definição dos membros que constituem uma família é muito controversa. A ambiguidade do termo família gera diversas possibilidades de captação desta unidade (Wajzman, 2012). Nesta direção, Bilac (2003: 16) destaca dizendo que:

(...) a referência ‘família’ permite uma grande ambigüidade na definição dos seus limites. Se, de um lado esta referência pode assumir um sentido muito

¹⁶ De forma resumida e trazendo contribuições de Göran Therborn, Bilac (2006: 58) defini que as famílias “são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem simétricos e na mesma quantidade”. Uma conceituação que se contrapõe à concepção tradicional simplista e funcionalista que, como nas palavras de Alvez *et al.* (2010) é “até um pouco romântica” ao tratar a família como uma instituição harmônica e sem conflitos internos.

estrito designando as pessoas, consangüíneos e afins, que partilham de uma mesma residência, isto é, de uma mesma base territorial, de outro, pode se estender para além dos limites deste ‘lugar’ e envolver outras residências de parentes.

Para compreender as diversas possibilidades de captação dos componentes de uma família, o esquema abaixo expõe algumas maneiras de definirmos os membros que conformam uma determinada família. É importante destacar que, primeiro, existe a possibilidade de se considerar como membro da família um indivíduo que reside fora do domicílio e, segundo, existe a possibilidade de se considerar como membro da família um indivíduo que não tem relação de consanguinidade ou de parentesco (com relação ao núcleo familiar – chefe ou pessoa de referência, cônjuge e filhos) (Wajnman, 2012).

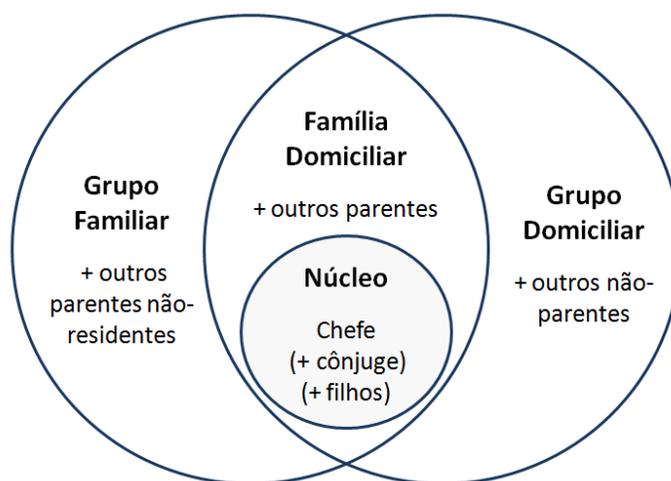


FIGURA 2. Representação da família domiciliar, grupo familiar e grupo domiciliar.

Fonte: Wajnman (2012: 19).

Para Wajnman (2012) a escolha da unidade familiar a ser analisada (grupo familiar, família domiciliar, grupo domiciliar ou núcleo familiar) deve seguir o propósito do estudo, na busca de ser o mais apropriado possível. Contudo, mesmo com essa pluralidade, a família domiciliar tende a ser a unidade considerada na maior parte dos estudos, apesar de não levar em consideração as redes de apoio externas. Destacando que a família domiciliar é a intersecção do grupo familiar total – todos os parentes relacionados a um determinado núcleo familiar – e do grupo domiciliar – moradores de um mesmo domicílio (parentes ou não parentes). Isso se deve ao fato de que “grande parte das trocas e das decisões dão-se no ambiente domiciliar, e também pela

razão prática de que as informações nesse nível são usualmente acessíveis nas pesquisas domiciliares” (Wajnman, 2012: 12).

A metodologia deste presente estudo tratará a família constituída pelo grupo domiciliar. Neste sentido, considera-se que a família é formada por moradores de um domicílio (representado pelo grupo domiciliar na figura2). Logo, é evidente que não será considerada as relações de parentesco que estão além dos limites domiciliares, assim como existe a possibilidade de estarmos considerando como membros de uma mesma família pessoas que, na realidade, não estão ligadas por laços de parentesco (ou seja, pessoas de diferentes famílias que são coresidentes e não estão sendo captadas de forma separada). Entretanto, essa possibilidade é mínimo, considerando que (i) serão excluídas as pessoas sem relação de parentesco ou afinidade com a pessoa de referência (ou seja, pensionistas, empregados domésticos e parentes destes empregados), e (ii) também serão excluídos os domicílios coletivos. Logo, acredita-se que na prática a unidade analisada neste estudo refere-se ao grupo da família domiciliar definido no esquema da Figura 2¹⁷.

Em conclusão, seja pela falta de dados mais abrangentes sobre os membros que constituem uma família ou pela existência de uma rede de apoio próxima mais relevante, a utilização do domicílio para a captação dos membros de uma família é extremamente recomendável (Bilac, 2006).

Ao considerar a família como unidade de análise outro ponto importante deve ser destacado. Trata-se da definição e escolha da composição familiar, ou seja, considerar a existência de diferentes tipos de famílias e definir essas diferentes formas.

Ademais, a definição de tipos familiares constitui-se um passo metodológico, uma vez que são inúmeras as possibilidades de se avaliar a composição familiar. Não obstante, essa definição é de extrema importância para as análises demográficas, especialmente para este presente estudo (como se verificará nos próximos capítulos). Ponto que também foi ressaltado nas análises da abordagem da segunda transição demográfica.

¹⁷ É importante frisar que a base de dados utilizada (PNAD) oferece duas possibilidades de classificação das pessoas dentro de uma unidade familiar. Isso porque, frente a possibilidade da coresidência de mais de uma família dentro de um mesmo domicílio, o IBGE elabora um indicador próprio para a captação das unidades familiares que possibilitaria a observação separada de diferentes famílias dentro de um mesmo domicílio. No entanto, essa classificação de famílias segundo a metodologia aplicada pelo instituto acaba sendo baseada na concepção de família como representação da unidade de reprodução, ou seja, essa classificação considera a unidade familiar representada apenas pelo núcleo das famílias (subestimando as relações mais estendidas que ocorrem dentro da família). Desta forma, assim como recomendado por Bilac (2006), a captação das famílias será baseada na classificação domiciliar das pessoas e não utilizará as informações elaboradas pelo IBGE para a classificação de famílias. Para maiores esclarecimentos ver apêndice A.

As decisões dos indivíduos realizadas dentro dos limites das famílias determinam o seu tamanho e composição (através do controle de fecundidade, casamento e divórcio), sendo que estas decisões fazem parte de uma determinada estratégia do grupo (Barros e Mendonça, 1995:03).

De acordo com Bilac (2003), três características básicas de composição familiar descrevem a grande maioria dos tipos de famílias residentes de um domicílio: i) a ocorrência de biparentalidade (conjugalidade) ou monoparentalidade; ii) isolamento do núcleo ou ampliação em relação ao núcleo; e iii) presença ou ausência de prole residente.

Em relação à primeira característica, os termos referem-se, respectivamente, a existência de um núcleo formado por casal (grupos que contam com uma pessoa de referência e cônjuge) ou a existência de um único membro como representante da unidade mínima de reprodução (pai sozinho ou mãe sozinho). Na segunda diferenciação, o isolamento refere-se às famílias “reduzidas” que não contam com a presença de parentes distantes do núcleo, ou seja, famílias que não contam com a presença de parentes que não sejam filhos ou enteados (por exemplo, grupos formados simplesmente por casal e filhos ou pai/mãe e filhos e sem a presença de outros parentes). Já famílias ampliadas contam com a presença de tais parentes distantes do núcleo (por exemplo, grupos formados por um núcleo reprodutivo – casa ou pai/mãe solteiro(a) – mais outro(s) parente(s) – como avós, tios, primos, etc. – ou agregado)¹⁸. Por fim, uma importante característica para definir a composição familiar é analisar se a unidade de reprodução central conta com a presença de filhos ou não (Bilac, 2003).

Ademais, uma análise mais detalhada da composição familiar, requer o auxílio de uma temática específica da demografia. Trata-se da abordagem do ciclo de vida das famílias, que observa esta unidade familiar e suas características dentro do domicílio¹⁹. Dentro desta concepção é necessário compreender que, do mesmo modo que os indivíduos têm ciclos de vida (nascem, se tornam adultos, trabalham, procriam e morrem) as famílias também têm estágios que determinam diferentes momentos do seu ciclo de vida (considerando os diferentes estágios da

¹⁸ A autora utiliza-se do termo *família ampliada*, mas pode-se comparar com o termo *família estendida*, mais comumente utilizado pela literatura.

¹⁹ Para verificar conceitos simples da temática do ciclo de vida ver Blanco (2011).

família que ocorrem dentro dos limites domiciliares)²⁰. Deste modo, acrescenta-se um caráter dinâmico, temporal e outras peculiaridades de tipificações desta unidade de análise.

Nesta mesma direção, Lesthaeghe (2010) também ressalta a importância de observar as mudanças pela abordagem de ciclo de vida. Para o autor, devemos levar em consideração que uma determinada descrição do tipo de domicílio é apenas um *footprint* do que está ocorrendo em um determinado estágio da vida. E isso deve ser lembrado quando estamos analisando a composição familiar de uma determinada população.

O caráter cíclico pode ser compreendido pelo fato de que, assim como retratado por Bilac (2003), a família representa uma estrutura limitada pelo tempo e deve ser renovada a cada geração por novas alianças e com a formação de novos grupos de reprodução. Dentro deste ciclo, o papel dos antecedentes seria redefinido a cada novo ciclo, renovando assim a rede de parentesco, em outras palavras, “os pais serão avós, os filhos serão pais, as mulheres serão sogras e noras, os homens, sogros e genros” (Bilac, 2003: 15).

Aparicio (2012: 24) resume bem as diferentes fases do ciclo de vida familiar originalmente utilizadas por tal abordagem, que seriam: “formação inicial pelo casamento, expansão (com o nascimento dos filhos), consolidação (período em que a família ainda conta com filhos, mas sem o nascimento de novos filhos) e dispersão (a fase do ‘ninho vazio’, quando os filhos saem de casa)”. Logo, uma família sem prole pode ser muito jovem para ter filhos ou pode estar em sua última fase. De forma complementar, Arriagada (2002) ressalta que, na prática, a diferenciação destas fases básicas do ciclo de vida familiar exige a incorporação da idade dos filhos entre os diferentes ciclos de vida das famílias para poder identificar melhor em que fase uma determinada família se encontra.

Em síntese, essa abordagem tenta mostrar que: justamente por participarem de estágios diversos, não podemos observá-las todas de forma igualitária, pois as famílias se alteram durante o tempo e grande parte destas alterações são naturalmente geradas pelo próprio ciclo de vida familiar.

Obviamente existem exceções e nem todas as famílias seguem este mesmo ciclo de vida exposto acima, que é mais conhecido como o modelo da família nuclear. Tal modelo não engloba todas as opções possíveis de arranjo, que são inúmeras. Logo, incorporações são

²⁰ Assim como Wajnman (2013: 16) afirma: “a demografia vê a família e os domicílios como o resultado das transições que os indivíduos experimentam entre estágios da vida e entre formas de coabitação”.

recomendadas para a elaboração de diferentes tipos de família que captem a situação de toda uma população (Arriagada, 2002; Bilac, 2003; Aparicio, 2012). Isso ficará mais claro na incorporação da abordagem da família na discussão das recentes mudanças demográficas, especificamente, na discussão da teoria da segunda transição demográfica.

2.2. A família na segunda transição demográfica

Diversos estudos chamam atenção para a notória perda do poder representativo do modelo de ciclo de vida da família nuclear ao deixar de ser seguido por parcela relevante da população (Lesthaeghe, 1991; van de Kaa, 2002; Arriagada, 2002; Bilac, 2003; Vaz, 2008; Wajnamn, 2012). Não obstante, a teoria da segunda transição demográfica mostra que as famílias e o seu ciclo de vida se tornaram extremamente complexas e cada vez menos padronizadas²¹.

Neste contexto de alterações drásticas da família, estudos passaram a revelar a importância de se investigar as transformações das composições familiares de uma determinada população. Salientando que essas mudanças são compreendidas através da observação das mudanças que ocorrem nas diferentes trajetórias do ciclo de vida das famílias.

Um ponto central destas mudanças consiste na alteração da temporalidade da formação do ciclo das famílias, ou seja, a postergação do casamento ou da formação de uma nova família. Além disso, o crescimento do anti-autoritarismo (com a queda de algumas instituições seculares na sociedade pós-moderna, como a Igreja Católica) também foi responsável, em contrapartida, pelo aumento das uniões consensuais (não oficializadas legalmente/religiosamente, ou seja, uniões sem matrimônio). Mas, de qualquer forma, a formação de casais passaram a ocorrer em idades mais avançadas, seja pelo casamento ou pela união consensual (Lesthaeghe, 1991; 2010).

Acompanhando estas mudanças, ocorreu um enorme aumento dos divórcios²². A partir de meados do século XX, com o crescimento da importância dos objetivos pessoais, o divórcio passou a ser dado por atritos nas relações de casais que antes eram mais aceitos dentro

²¹ Lesthaeghe (1991: 02) afirma que “the life cycle transitions have become more frequent, less strictly patterned and more complex” e, em relação às drásticas alterações da família, o autor ainda ressalta que “none of these change since the 1960s had been predicted. They were discovered as the statistics became available”.

²² A conquista do divórcio abriu novas possibilidades no plano da conjugalidade, e antigas formas de união dos sexos ganharam novos significados e as mulheres não sofriam tanta pressão da família para entrar em matrimônio (Berquó, 2001).

do matrimônio, sendo favorecido pelas mudanças do aparato legal, na maioria dos países desenvolvidos (Lesthaeghe, 1991). Não obstante, em suas análises, Lesthaeghe (1991) chama atenção para o aumento dos divórcios entre casais com filhos pequenos.

Em decorrência destas mudanças, houve um aumento das chamadas famílias reconstituídas (oriundas de recasamentos ou uniões consensuais entre divorciados), que está diretamente associada ao fenômeno da pluriparentalidade (Alves *et al.*, 2010). Ou seja, relações que conformam novas configurações familiares com a incorporação da figura do enteado, meio-irmão e pai ou mãe postiço(a), que geram novas relações de troca e apoio entre domicílios (Bilac, 2003).

Para Vaz (2008: 11) o que realmente ocorreu foi o surgimento de um modelo “baseado na instabilidade dos vínculos conjugais”. Se antes o altruísmo da sociedade gerava a formação das famílias²³, agora o individualismo gera a perda da centralidade do casamento e, como consequência, a postergação de formação de novas famílias e a interrupção de algumas.

Avançando nas análises, é importante assinalar que a investigação da queda da fecundidade estaria representada por mudanças participativas de diferentes formas familiares. Neste sentido, tanto a postergação da maternidade como a diminuição do tempo de maternidade na vida das mulheres, na prática, geram alterações na composição familiar de uma população. Famílias sem a presença de filhos passam a ter maior representatividade entre a população dos países que passavam pela transição da fecundidade.

Em parte, isso é resultado do acréscimo de uma nova fase que precede a maternidade no ciclo de vida familiar: a de amadurecimento (principalmente da vida profissional e financeira). Ademais, isso contribui para reduzir a fase expansionista das famílias (com menos filhos a presença de menores no domicílio se torna cada vez menos prolongada, sendo que não são substituídos por irmãos mais novos).

Contribuindo também para o aumento da participação de arranjos familiares sem crianças, casais que optam pela não maternidade se tornaram cada vez mais frequentes entre a população que se encontra em estágios avançados da transição da fecundidade. Surge assim, o chamado de casal DINK (sigla do termo *double income, no kids*) ou, no português, DINC (duplo ingresso, nenhuma criança) onde ambos – pessoa de referência e cônjuge – estão inseridos no

²³ Assim como mencionado por Barros e Mendonça (1995: 02), “a razão primordial para o aparecimento da família são os fortes laços de altruísmo que ligam seus membros”. Soma-se a isso, logicamente, outras exigências dos indivíduos que levam a existência de economias de escala na produção doméstica e de bens domésticos que servem de importante incentivo à coabitação.

mercado de trabalho remunerado e voluntariamente decidem por não ter filho (Alves *et al.*, 2010).

Por outro lado, Lesthaeghe (2010) também chamou atenção para um fator gerador de prolongamento da presença de adultos jovens no domicílio de seus pais, trata-se da adição de outra fase na vida dos indivíduos: aprendizado ou estudo. Isso também incorpora mudanças no comportamento da temporalidade dos estágios das famílias. Famílias passam a contar com a presença de filhos em idade ativa (ao invés de crianças) por períodos mais longos.

Acrescenta-se que todas essas mudanças geradas, não apenas alteram temporalidades dos estágios familiares, mas também fazem surgir novas formas familiares que ganham participação relevante entre a população. Um exemplo disso é a expansão dos arranjos monoparentais (mãe ou pai com filho sem a presença do cônjuge), que foi favorecida pela queda da centralidade do casamento. Além disso, com a ascensão do individualismo e da independência, parcela crescente de pessoas passam a morar sozinhas por opção. Neste sentido, cada vez mais pessoas (principalmente mulheres) estão saindo do domicílio de seus pais sem a necessidade da ocorrência de uma união oficial (ou seja, o casamento não era mais o único motivo para tal saída) (Lesthaeghe, 1991).

Em um estágio mais avançados destas mudanças familiares, Lesthaeghe (1991) chama atenção para o surgimento de famílias constituídas por mais de um domicílio através das chamadas relações LAT (*living apart together* ou, como ficou conhecido no português, vivendo juntos-separados). Trata-se de casais que estão em união estável, porém, não compartilham a residência por opção. Sendo assim, a separação domiciliar da unidade reprodutiva passou a ser conhecida uma nova configuração familiar que, em grande parte, é formada por indivíduos em idades mais avançadas e/ou divorciados de uniões passadas.

De forma complementar, não podemos deixar de citar os efeitos do envelhecimento populacional sobre os tipos familiares, gerado tanto pelo regime demográfico de baixa fecundidade como pela elevação da expectativa de vida atingida pelos países desenvolvidos. Este último fator apresentou impactos consideráveis no aumento da convivência multigeracional (aumento das relações de pessoas que pertencem à diferentes gerações) que se traduz no fenômeno da verticalização das famílias²⁴. Além disso, a crescente expectativa de vida da

²⁴ Lembrando que a verticalidade da família se dá pela relação de um indivíduo com seu pai/mãe, avós, bisavós ou na relação de um indivíduo com seus filhos, netos, bisnetos, enquanto a horizontalidade da família se dá através das alianças (uniões) com outro

população gerou o prolongamento da fase “vazia” das famílias domiciliares, estágio em que o casal não conta com a presença dos filhos na residência (caso tenham tido na vida). Os chamados ninhos vazios, constituídos por casais idosos ou por um único idoso (principalmente por mulheres que apresentam maior expectativa de vida) passaram a responder por parcela cada vez maior do total de famílias (Arriagada, 2002; Wajnamn, 2012).

De modo geral, as famílias estão se tornando cada vez mais “compridas” (aumento do relacionamento multigeracional entre os membros) e “finas” (redução do número de parentes pertencentes a uma mesma geração). Nesta direção, a chamada *beanpole family* (família pé-de-feijão) passou a ser um termo bastante utilizado pela literatura para resumir diversas alterações familiares. Esse tipo familiar reúne, ao mesmo tempo, os efeitos da queda da fecundidade das mulheres, aumento da idade à maternidade, longevidade populacional, aumento dos divórcios, aumento da idade média ao casar e aumento de filhos frequentes em duas famílias (filhos de casamentos que passaram pelo divórcio) (Wajnamn, 2012).

Em resumo, com cada vez menos pessoas seguindo o modelo tradicional da família nuclear, o tipo familiar que incontestavelmente sempre foi majoritário nos países europeus (casal com filhos) apresentou redução drástica de representatividade (van de Kaa, 2002). Em sua conclusão, van de Kaa (2002) aponta que se torna cada vez mais evidente que o modelo de família nuclear estaria cedendo lugar para o modelo individualista de família²⁵.

indivíduo, ou seja, marido/esposa, além de irmãos e cunhados. Logo, a família é constituída de relações de parentesco verticais e horizontais.

²⁵ Para evitar conclusões enganosas, uma discussão cabe ser brevemente relatada. Por um lado, na visão de alguns, assim como de van de Kaa (2002), essas mudanças (principalmente o aumento elevado de divórcios e de uniões sem o matrimônio legal) indicariam o enfraquecimento da instituição familiar que representaria uma das características da segunda transição demográfica. Ademais, as transformações dramáticas da família, a partir da segunda metade do século XX, deram origem a uma abordagem que decretava o fim da família (não apenas o enfraquecimento) como importante instituição (Wajnamn, 2012). Assim como pontuado por Alves *et al.* (2010), essa era a visão de alguns autores que faziam parte de um setor do campo da temática da família conhecido como “conservadorismo moral” que traduzia estas mudanças como sinal de um processo de “desintegração familiar”. No entanto, por outro lado, apesar das mudanças apontarem aparentemente para a crise da família, para parte relevante dos estudiosos do tema, essas mudanças apenas representariam alterações de formas familiares e não da estrutura institucional da família, assim como destacado por Bilac (2006b). Nesta visão, o que poderia estar desaparecendo ou reduzindo seriam algumas redes de apoio domiciliares das famílias que antes eram mais sólidas ou frequentes e não as relações de parentesco propriamente ditas. Em realidade, as transferências de recursos e a interdependência entre os membros (ou seja, as redes de apoio familiares, seja intradomiciliar ou fora do domicílio) ainda prevalecem e a família ainda representa uma importante unidade de tomada de decisão (Wajnamn, 2012). Neste sentido, Alves *et al.* (2010) concluem que apenas uma visão bastante simplista da realidade decretaria o fim da família como instituição. Em resumo, o que busca-se destacar aqui é que mesmo observando a família dentro dos limites domiciliares, antes de tirar conclusões sobre esta unidade como instituição, deve-se lembrar do conceito mais amplo de família que considera as relações que se dão fora do domicílio. Ou seja, não se pode ter uma visão restrita da família, apesar de ocorrer comumente quando tratadas pelos dados empíricos de pesquisas domiciliares.

3. Efeitos da recente dinâmica demográfica

Depois de identificar todas essas profundas alterações demográficas observadas tanto no nível mais amplo dos países como principalmente no nível mais micro das famílias, torna-se relevante tratar dos efeitos destas transformações. Diversos estudos ligados ao campo da economia passaram a atribuir atenção para as alterações das condições econômicas proporcionadas pela queda da fecundidade, como por exemplo, o estudo de Becker (1990)²⁶. Novas configurações populacionais, observadas através de novas características reprodutivas da população, alteraram a relação entre a dinâmica populacional com outras esferas, como o mercado de trabalho. Se, por um lado, a transição da fecundidade trás um potencial retorno econômico com o chamado bônus demográfico (definido pelo aumento da participação da população em idade ativa no total da população), por outro, o decorrente processo de envelhecimento e os problemas gerados por tal processo (como dificuldade de sustentação dos fundos de previdência, redução da participação da população em idade ativa, problemas de infraestrutura, crescente necessidade de aumento da produtividade, serviços do setor de saúde, etc.) são grandes preocupações entre países que experimentam taxas de fecundidade reduzidas por um tempo razoável (ou seja, que se encontram no estágio mais avançado da transição da fecundidade). De modo geral, são bastante abrangentes os impactos potenciais observados sobre a economia de um determinado país ou região.

Delineando essa questão, cabe destacar que, embora exista uma literatura que destaque os impactos das alterações demográficas sobre as condições de crescimento econômico, não busca-se aqui entrar em uma discussão muito ampla da análise dos efeitos macroeconômicos. De forma específica, serão identificados os impactos sobre os indicadores socioeconômicos.

Há uma gama de estudos demográficos que se preocupam com os diferenciais socioeconômicos, ou seja, com as especificidades da dinâmica sociodemográfica (onde o enfoque é dado principalmente para os diferenciais das mudanças demográficas entre a população de diferentes camadas socioeconômicas). Visto isso, esta seção focará em estudos que analisaram as recentes mudanças no aspecto sociodemográfico, principalmente aqueles que analisam países em desenvolvimento ou que analisam sob a óptica familiar ou domiciliar.

²⁶ Becker é reconhecido pela literatura internacional como um dos economistas que mais contribuiu para as reflexões demográficas relacionadas com a queda da fecundidade e com mudanças nas questões de nupcialidade.

Além da necessidade de delineamento dos efeitos das mudanças demográficas, um segundo ponto deve ser salientado. Trata-se da existência de assimetrias no processo de mudanças demográficas, sendo que não ocorrem de forma igualitária entre os diferentes países ou entre a população de um determinado país ou região – ponto de partida importante desta seção. Assim como Lesthaeghe (2010) afirmou, as mudanças demográficas não ocorrem de maneira igualitária entre a população e tanto os diferenciais *between-countries* (entre diferentes países) como os diferenciais *within-countries* (dentro a população de um país) são relevantes²⁷. Mas, apesar de muitos estudos observarem os diferenciais das mudanças demográficas entre os países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, não são muitos os estudos que observam a distribuição dos benefícios destas mudanças dentro dos países, assim como salienta Bloom *et al.* (2012). Neste caminho, o presente este estudo pretende ir além da observação agregada dos impactos destas mudanças e salientar os efeitos desiguais destas mudanças.

Antes de prosseguir com as análises da dinâmica sociodemográfica, cabe salientar algumas constatações referentes aos condicionantes demográficos – discussão da próxima subseção. Para compreender o caráter desigual das mudanças demográficas é importante ter conhecimento básico dos fatores que condicionam a propagação dessas mudanças. Não cabe aqui aprofundar-se na definição e avaliação dos determinantes das mudanças demográficas (que necessitaria de uma longa discussão teórica), mas apenas frisar alguns pontos relevantes que permitam compreender um pouco mais os recentes eventos demográficos, frisando as peculiaridades destes eventos nos países em desenvolvimento.

3.1. Condicionantes e propagação das recentes mudanças demográficas

Até o momento as discussões das mudanças demográficas basearam-se nas análises dos países avançados. Isso porque, como é de conhecimento geral, a transição demográfica (seja a primeira ou a segunda) ocorreu primeiramente em países desenvolvidos e as teorias demográficas se basearam nestas observações empíricas para a posterior formulação teórica. Para grande parte do mundo, a queda da taxa de fecundidade só começaria em maiores escalas nas

²⁷ Apesar de Lesthaeghe ter dado foco ao nível macro em suas análises iniciais, o autor também expõe a importância de se considerar as diferenças das mudanças demográficas dentro de um país, principalmente em determinados casos. Segundo o autor, não pode ser dada a mesma proeminência ou veracidade para um estudo que analisa um país (como um todo) bastante heterogêneo, como os Estados Unidos, e um estudo que analisa um país pequeno e homogêneo, como a Islândia, por exemplo (Lesthaeghe, 1995).

décadas da segunda metade do século XX (Alves, 1994), momento em que os países europeus já experimentavam taxas abaixo da reposição populacional. Além do mais, existe um questionamento entre os demógrafos que discute até que ponto as teorias demográficas podem ser aplicadas aos países em desenvolvimento. Em suma, constata-se que os padrões observados nos países avançados não foram relatados nos países mais pobres, pelo menos não de forma abrangente (em toda a população ou em todo o território) (Alves, 1994; Faria, 1998).

Os diferenciais de propagação das mudanças demográficas passaram a ser observados mais atentamente pelos demógrafos somente após o enorme aumento de estudos demográficos que focavam nos países em desenvolvimento, que ocorreu mais intensamente a partir dos anos 1980 (Faria, 1998)²⁸. Antes do aprofundamento desses estudos, acreditava-se que, como regra teórica, quanto mais pobre ou atrasado um país era, mais tardiamente esse país experimentaria mudanças demográficas ou a transição da fecundidade. E para que indivíduos seguissem novos padrões demográficos necessariamente teriam que se enriquecer antes (exatamente como ocorrido nos países europeus). Mas, embora seja verdade até certo ponto, essa idéia não persistiu por muito tempo. Logo, notou-se que a introdução de novas características demográficas em países mais pobres dependiam de outros fatores além dos fatores econômicos internos (Alves, 1994; Faria, 1998).

Por outro lado, é de conhecimento comum que, no início da fase transicional da fecundidade, a obtenção de melhores condições econômicas pela população é essencial para a propagação destas mudanças nestes países. Sabe-se também que novos padrões demográficos foram observados primeiramente entre a população dos estratos mais ricos e se propagaram posteriormente para as camadas mais pobres da população de países em desenvolvimento, como diversos estudos mostram (Hausmann e Szekely, 2001; Cepal, 2005; Bloom *et al.* 2012).

Neste sentido, pode-se dizer que o condicionante econômico constituiria o primeiro elemento historicamente promotor das desigualdades demográficas. Todavia, em um segundo momento, esse diferencial das características demográficas sofrem redução pela própria natureza disseminadora das mudanças demográficas ou por outros fatores que interferem nesta adoção.

²⁸ Pode-se dizer que como a maioria dos estudos analisavam países desenvolvidos com uma população não muito heterogênea e sem muitas desigualdades internas, seja socioeconômica ou cultural, como os países da Europa Ocidental, os primeiros estudos que abordaram a transição da fecundidade não se preocuparam em analisar à fundo tais diferenciais das mudanças demográficas entre a população, como a desigualdade de propagação entre diferentes classes sociais, por exemplo. Além disso, muito se deve ao fato de que estes estudos pioneiros estavam preocupados com questões iniciais mais abrangentes, como delinear os determinantes principais das mudanças demográficas ou os fatores que favoreceram tais alterações. Não obstante, muitos estudos pioneiros acabavam focando apenas em áreas urbanas ou em regiões que ocorriam tais mudanças.

Destacando que tal disseminação entre a população mais pobre nem sempre exige melhorias de renda da mesma.

Na visão de diversos demógrafos, a partir do momento em que uma determinada região avança no processo de transição demográfica (seja qual for o fator determinante que iniciou esta mudança), o entorno desta região será contaminada por tais mudanças quase que de maneira totalmente exógena (independentemente do fator determinante ter se propagado ou não para estas regiões). E, uma vez essa transição iniciada ou introduzida, não há mais volta para a fase pré-transacional (Kirk, 1996; Faria, 1998; Lesthaghe, 2010).

Atualmente, é amplamente aceito que em países em desenvolvimento as mudanças demográficas foram causadas, grande parte, por fatores exógenos e por disseminação de padrões oriundos de países desenvolvidos. Na visão Alves (1994), as mudanças demográficas e a queda das taxas vitais nos países mais pobres foram atingidas de maneira exógena, basicamente, pela introdução dos avanços da medicina obtidos nos países desenvolvidos (principalmente as inovações de medicamentos antibióticos e contraceptivos). Kirk (1996) dá o exemplo emblemático de Bangladesh que sofreu alterações demográficas drásticas sem algum desenvolvimento econômico precedente ter ocorrido no país. Muitos também apontam que em alguns países não pioneiros das mudanças demográficas (especialmente países mais pobres) a intervenção do Estado favoreceu, em grande medida, a propagação destas mudanças em toda a população. Isso é verdade principalmente entre a população pobre (das camadas mais baixas), que sem este auxílio não passaria pela experiência de tais mudanças (Alves, 1994; Kirk, 1996; Faria, 1998; Ashraf *et al.*, 2011; van de Kaa, 2002; McDonald, 2006).

Nesta direção, uma corrente de explicação para a expansão da transição da fecundidade, que tem se destacado com proeminência entre os estudos internacionais, permite compreender a larga disseminação do padrão de um ou dois filhos por mulher, em parcela relevantes dos países em desenvolvimento. Trata-se do apoio de instituições ligadas ao setor da saúde na introdução das inovações da medicina que permitem maior controle de fecundidade (regulação da fecundidade, no sentido que adota-se métodos que permitem o controle preciso da decisão de maternidade). Para essa regulação a intervenção de órgão internacionais de saúde ficou conhecida pela implementação dos chamados programas de planejamento familiar. Nestes

casos as agências internacionais operaram em conjunto com as agências locais de saúde para a promoção do uso de métodos anticoncepcionais em larga escala (Kirk, 1996; Faria, 1998)²⁹.

Estas considerações apontam em linhas gerais para o fato de que países em desenvolvimento sofreram, em sua maioria, com a introdução de um padrão de vida (padrão cultural) observado nos países avançados que interferiu abruptamente no número de filhos desejados pelos indivíduos. Isso ocorreu mesmo entre os pertencentes das camadas mais baixas (historicamente ligados a níveis de fecundidade mais elevados na comparação com as camadas superiores da população). Nesta direção, diversos autores (Alves, 1994; Faria, 1998) destacam com proeminência as contribuições da Teoria da Difusão para a explicação deste fenômeno entre os países em desenvolvimento, como os da América Latina. Nesta concepção, o padrão moderno de família (constituída por reduzido número de filhos) estaria sendo disseminada nos países em desenvolvimento com a ajuda da mídia de massa que estaria sendo favorecida pela expansão do sistema de telecomunicações em todas as classes sociais³⁰.

Podemos dizer que áreas com menor comunicação e homogeneidade cultural, e até mesmo com menores similaridades linguísticas, condicionam ritmos mais lentos de propagação de mudanças demográficas. Não obstante, áreas com menor densidade populacional também podem apresentar mudanças menos intensas das características demográficas, como por exemplo, áreas rurais que são mais isoladas (Cepal, 2005; Sherbinin *et al.*, 2008). Por outro lado, as áreas urbanas apresentam maiores facilidades para a disseminação de novos padrões demográficos, seja pelo maior acesso aos serviços de saúde e redes de comunicação e de informação ou pelas melhores condições de renda e educação. Ademais, assim como apontado em estudo da CEPAL (2005), a segmentação das análises por áreas rurais e urbanas é extremamente importante e pode revelar enormes desigualdades demográficas.

²⁹ Vale frisar que não estamos tratando da discussão dos fatores determinantes da redução da fecundidade observada no Brasil. Mas apenas busca-se destacar que a queda da fecundidade em determinados países mais pobres foram derivadas fortemente da explícita intervenção governamental. Já em alguns outros casos, isso não foi verdade e do governo não ter contribuído de uma forma explícita. De forma geral, conclui-se que outros fatores além dos econômicos também interferem na queda da fecundidade em países subdesenvolvidos, que foi determinada em parte por fatores exógenos. Para uma discussão aprofundada dos fatores determinantes da queda da fecundidade brasileira e o papel implícito do governo, ver Faria (1998).

³⁰ Faria (1998) oferece uma breve revisão desta corrente que abordam a temática da queda da fecundidade em países subdesenvolvidos.

Nesta mesma direção, van de Kaa (2002) assinala que cada localidade tem historicamente definida a sua própria dotação cultural e demográfica³¹. Deste modo, a reação à difusão de formas inovadoras de comportamento vai depender, em parte, da forma como novas ideias podem ser incorporadas em padrões e tradições já existentes, ou seja, a adesão às novas ideias depende da manifestação comportamental dos indivíduos no desejo de segui-las e promover uma mudança das preferências culturais – processo que também apresenta o fator da temporalidade, ou seja, pode ser lento ou rápido (van de Kaa, 2002). Considerações que favorecem a abordagem dicotômica de urbano-moderno e rural-tradicional.

Resumindo de forma sintética as variáveis que podem interferir no calendário e na intensidade da taxa de fecundidade, estudo realizado pela CEPAL (2005) baseado nos países da América Latina desenhou um modelo básico e simplificado (conforme a figura 3). De acordo com a explicação do estudo, pode-se dizer que a intensidade da fecundidade depende de: i) variáveis subjacentes como o nível de escolaridade, nível socioeconômico e zona de residência (que pode ser rural ou urbana, por exemplo); ii) de um condicionante mais próximo definido pelo número de filhos desejados pelos indivíduos; além de iii) variáveis intermediárias baseadas nas características de relacionamento das mulheres (como a duração da união, idade da primeira relação sexual e uso de anticoncepcionais). Mas, além destas variáveis, o mesmo estudo também destacou que deve-se considerar atributos relacionados com aspectos subjetivos (como a religiosidade), biográfico (nível de fecundidade das gerações passadas) e contextuais (como a existência de políticas públicas – como programas de educação sexual, serviços de saúde sexual e reprodutiva, etc.).

³¹ Em resumo, para a observação da construção de um determinado padrão demográfico deve-se considerar as similaridades históricas desenvolvidas em uma determinada região, além das características culturais (como a linguagem) e, também, a densidade interna de comunicação entre a população (Lesthaeghe, 1991).

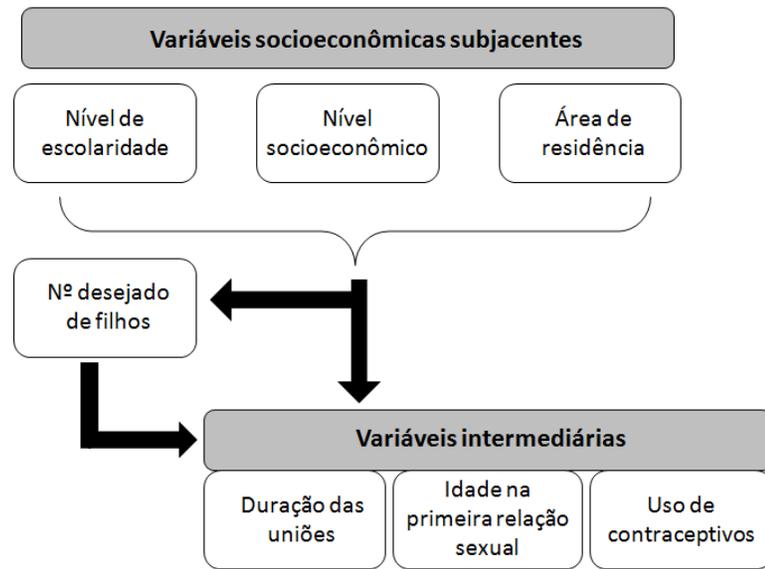


Figura 3. Modelo simplificado dos fatores que interferem na transição da fecundidade.

Fonte: Cepal (2005: 220) (tradução própria).

Da mesma forma que Lesthaeghe (1991) concluiu, podemos dizer que o ritmo de propagação e disseminação das características de uma fase transacional depende de diferentes elementos. Para tanto, também é importante destacar que os condicionantes atuam sobre as diversas mudanças demográficas com intensidades diferentes. A maior dificuldade não está em mencionar ou listar os condicionantes que determinam a disseminação das mudanças demográficas. Na realidade, dificuldade maior está em conseguir determinar quais destes fatores são mais relevantes e a intensidade em que cada um é responsável por uma determinada mudança em diferentes países ou regiões. Isso depende principalmente do estágio da transição demográfica em que a população observada se encontra. No entanto, apesar da menção feita sobre as variações destes fatores, não cabe ao propósito deste estudo aprofundar tal discussão. Do que foi exposto, coube apenas salientar as assimetrias das mudanças demográficas.

3.2. Desigualdade dos efeitos das mudanças sociodemográficas

Após compreender brevemente as assimetrias das mudanças demográficas, passamos à análise dos seus efeitos. Vale lembrar que, como mencionado no início desta seção, busca-se: i) analisar os efeitos das recentes mudanças demográficas, especificamente da transição da

fecundidade; ii) analisar os efeitos de caráter socioeconômico; iii) e analisar as desigualdades destes efeitos.

Estudos têm ressaltado que a transição da fecundidade pode ser traduzida em um expressivo aumento renda. A explicação para tal aumento pode ser dada por vários ângulos. De uma maneira mais simplificada, assim como assinalado por Ashraf *et al.* (2011), em um ambiente de alta fecundidade, uma redução do número médio de filhos por mulher gera um aumento da razão de pessoas em idade ativa sobre o número de pessoas dependentes (ou seja, sem rendimento). Na prática, isso se traduz em efeitos positivos sobre a renda agregada, denominados pelo autor como *dependency effect*³². Observando sob o nível domiciliar essa constatação se torna mais evidente. Com menos crianças no domicílio a renda domiciliar *per capita* aumenta simplesmente devido à redução no denominador utilizado para o cálculo deste indicador. Em outras palavras, trata-se de uma alteração automática e, mais importante, sem a necessidade de melhorias na remuneração do trabalho ou na renda proveniente de outras fontes.

Analisando de uma maneira mais abrangente, a redução do número de filhos gera benefícios ao oferecer redução dos gastos com o cuidado infantil e, também, é acompanhada pelo aumento de oportunidade de inserção feminina no mercado de trabalho remunerado fora do domicílio. Com menos afazeres domésticos (redução do cuidado com o filho pequeno), as mulheres podem procurar emprego e também dedicar-se em tempo integral ao trabalho remunerado, o que contribui para o aumento da renda agregada. Adicionalmente, aponta-se também para o aumento dos investimentos das famílias e aumento das poupanças das famílias (proporcionando melhores aposentadorias). Por outro lado, as crianças também estão tendo melhores oportunidades de estudo, devido ao aumento dos investimentos dos casais no capital humano de seus filhos (que estão em número mais reduzido) (Bloom *et al.*, 2012).

No entanto, aprofundando na observar desses efeitos, deve-se chamar atenção para o seu caráter assimétrico. Investigando a transição da fecundidade sob o nível domiciliar, Bloom *et al.* (2012) observaram 57 países de baixa e média renda da América Latina, do Sul e Leste asiático e da África subsariana. Com o objetivo de analisar a desigualdade de distribuição dos benefícios trazidos pela queda da fecundidade (simplificada pela análise da taxa de dependência domiciliar), o estudo constatou que as populações pertencentes aos estratos mais pobres destes

³² Neste sentido que Ashraf *et al.* (2011) encontrou resultados positivos de políticas públicas de determinados interferem na redução dos níveis de fecundidade em países mais pobres.

países apresentavam maiores taxas de dependência e, como consequência, piores condições de renda. Além disso, a dinâmica demográfica gerou certo aumento das desigualdades, justamente por ocorrerem principalmente nos grupos de renda mais elevados da população. Esse efeito regressivo foi observado principalmente em países onde a transição da fecundidade ainda se encontra em estágio inicial. Por fim, os autores concluem que com o avanço da transição demográfica os benefícios se tornam mais abrangentes, contribuindo para a redução das desigualdades dos efeitos.

Hausmann e Szekely (2001) também tiveram resultados similares ao analisarem países da América Latina. Esses autores apontam que alguns padrões demográficos, que ocorrem primeiramente e mais rapidamente entre os mais ricos, podem contribuir para manter ou acentuar o *gap* da renda entre os ricos e os pobres.

Diante do que foi exposto, conclui-se que a existência de impactos positivos sobre a população mais pobre irá depender da fase da transição demográfica em que o país observado se encontra. Em resumo, os estágios iniciais a transição da fecundidade acabam excluindo parcela relevante da população dos benefícios proporcionados por tais mudanças. Já em estágios mais avançados os benefícios também são captados pela população mais pobre. Corroborando para este último contexto, estudo da Cepal (2005) ressalta que as desigualdades demográficas estão se reduzindo em grande parte da América Latina, apesar de ainda serem acentuadas. Paralelamente, podemos dizer que comportamento análogo pode estar sendo observado com os benefícios das mudanças demográficas.

Vale a pena complementar estas conclusões com as contribuições dos estudos que se utilizam da abordagem da demografia da família. Especificamente os estudos que focam suas análises nas mudanças da composição familiar da população e seus efeitos socioeconômicos.

Antes de identificar os efeitos das recentes mudanças na estrutura das famílias, é importante destacar que a literatura já mostrava que diferentes composições domiciliares estão relacionadas com diferentes níveis de vulnerabilidade econômica. Em outros termos, uma “vulnerabilidade demográfica” pode estar associada à certas descrições domiciliares. Um exemplo dessa associação está na estrutura etária de um determinado domicílio, que podem gerar situações mais desfavoráveis em relação às oportunidades de inserção no mercado de trabalho ou elevados custos com o cuidado infantil e idoso. Bilac (2006: 55) resume isso em uma curta passagem, dizendo que:

A vulnerabilidade socioeconômica coloca também em questão a existência possível de uma vulnerabilidade demográfica que lhe seria correlata. Em outros termos, em que medida características demográficas de um domicílio (estrutura etária, sexo do chefe, razões de dependência), em determinados momentos socioeconômicos, ensejam riscos próprios ou contribuem, ou não, para sua vulnerabilidade social (...).

O mesmo sentido de análise pode ser dado para os diferentes tipos de família. A literatura ressalta que o nível de renda de uma família é determinado, em parte, pela fase do ciclo de vida em que a mesma se encontra. Teoricamente, tudo mais constante, uma família altera sua condição de renda conforme ocorrem mudanças no ciclo de vida familiar. Neste sentido, o diferencial de renda entre as famílias de uma população pode ser naturalmente explicado pelas diferenças de ciclo de vida, visto que algumas fases são economicamente mais vulneráveis que outras (Arriagada, 2002). Como exemplo, o nascimento de um filho representa o início de uma fase vulnerável das famílias, devido a elevação dos gastos ou a saída da mãe do mercado de trabalho remunerado. Outro exemplo se refere aos casais recém formados (constituídos por pessoas jovens) que podem ser sensivelmente mais vulneráveis, considerando que em muitos países os mais jovens têm menores níveis de remuneração e maior instabilidade no emprego.

Logo, acrescente-se que os fatores contextuais que tornam certas famílias mais vulneráveis devem ser ressaltados. Como por exemplo, a discriminação por gênero que enfraquece financeiramente as famílias chefiadas por mulheres. Outro exemplo destes fatores contextuais refere-se às precárias políticas previdenciárias que desfavorecem domicílios que contam com a presença de idosos (Bilac, 2006).

De modo geral, diversos estudos têm mostrado a forte ligação entre a composição por tipos de arranjo familiar de uma população com a incidência da pobreza ou com a distribuição de renda (como por exemplo: Lerman, 1996; Burtless, 1999; Martin, 2006; Garner e Terrell, 2001; Arriagada, 2002; McLanahan e Percheski, 2008; Kasy e Ramos-Chaves, 2013). Considerando que padrões familiares estão associados com diferentes padrões de rendimento, McLanahan e Percheski (2008) definem que determinadas estruturas familiares funcionam como um importante mecanismo de reprodução da pobreza e desigualdade.

Frente a estas considerações, cabe avaliar a evolução da relação de diferentes tipos familiares com níveis de renda. Dentre as análises dos efeitos socioeconômicos das mudanças familiares, uma mudança familiar tem sido especialmente destacada entre vários estudos: trata-se

do aumento participativo das famílias monoparentais, principalmente, as femininas (famílias com chefia feminina sem cônjuge).

A crescente ocorrência da monoparentalidade feminina tem revelado efeitos negativos sobre indicadores de pobreza ou distribuição de renda, isso porque estas estruturas apresentam elevada vulnerabilidade econômica em diversos países (Lerman, 1996; Burtless, 1999; Martin, 2006; Western *et al.*, 2008; McLanahan e Percheski, 2008; Kasy e Ramos-Chaves, 2013). Estas evidências empíricas se consolidaram em uma forte abordagem dos efeitos das mudanças familiares e ganharam destaque nas últimas décadas. Ademais, o estudo sobre o aumento de domicílios chefiados por mulheres e os níveis de pobreza associados à estes domicílios, cunhou o chamado processo de “feminização da pobreza” (trata-se de uma abordagem que foca nas questões de desigualdade de gênero)³³.

Apesar deste efeito negativo estar bastante relatado pela literatura, também é importante evidenciar outros efeitos. Dentre as últimas décadas, algumas mudanças na composição familiar da população podem ter gerado efeitos positivos, principalmente se lembrarmos dos estudos de Bloom *et al.* (2012) e Ashraf *et al.* (2011). Neste sentido, o aumento dos arranjos de casais sem filhos podem contribuir expressivamente para o aumento da renda domiciliar agregada dos países que passam pela transição da fecundidade.

Entretanto, a afirmação de que casais sem filhos representam melhores condições de renda domiciliar pode ser dita, com maior certeza, apenas quando tratamos daqueles casais em idade adulta. Famílias constituídas por casal de idosos (que se encontra na fase final do ciclo de vida familiar) podem ser mais vulneráveis financeiramente por estarem afastadas do mercado de trabalho remunerado e, em grande parte, dependentes do rendimento proveniente da aposentadoria. Ademais, a fase do “ninho vazio” se tornou uma grande preocupação entre os países que passam por um profundo processo de envelhecimento populacional (característico do estágio final da transição da fecundidade), uma vez que essas famílias se tornam mais incidentes na população total. Mas, indubitavelmente, essa vulnerabilidade vai depender do contexto em que

³³ Esse termo surgiu quando estudos começaram a observar o aumento de famílias monoparentais femininas entre a população mais pobre dos Estados Unidos. Posteriormente, esse fenômeno passou a ser utilizada em diversos países para explicar o aumento da pobreza entre as mulheres, assim como o aumento das famílias pobres chefiadas por mulheres. No entanto, essa abordagem tem sido bastante criticada por estudos que, em discordância, não encontraram evidências empíricas que revelem um concreto processo de feminização da pobreza (Kasy e Ramos-Chaves, 2013). Mas, apesar desta discussão bastante controversa, trabalhos recentes apontam para evidências empíricas que o aumento da desigualdade de renda nos Estados Unidos (observada nos anos 70 e posteriormente nos anos 90), assim como em outros países, é explicado em parte pelo aumento participativo dos arranjos constituídos por mães solteiras (Kasy e Ramos-Chaves, 2013; McLanahan e Percheski, 2008).

estas famílias estão inseridas. A política previdenciária do país observado determina se o processo de aposentadoria de um casal irá aumentar o grau de pobreza de uma família, manter o nível de renda anterior ou, até mesmo, aumentá-lo.

Analisando países da América Latina, Arriagada (2002) observa que famílias constituídas por casais com idade mais avançada apresentam consideráveis proporções de pobres. Porém, a autora conclui que em praticamente todos os países a maior incidência de pobreza se registra nas etapas de expansão das famílias (quando os filhos são pequenos e com idade abaixo de 12 anos). Como o esperado, em pior situação, encontra-se as famílias monoparentais femininas, ou seja, as mães solteiras latinoamericanas (CEPAL, 2005).

Ademais, o que vai determinar a existência, ou não, de alguns destes efeitos agregados trazidos pelas mudanças demográficas é o estágio transacional em que o país ou a população observada se encontra (além, é claro, dos fatores contextuais). Conforme Arriagada (2002), a adversidade das distintas etapas da transição demográfica deve ser considerada nestas análises.

Em referência à todos os efeitos potenciais é importante destacar que, apesar da diversidade, não são muitos os estudos que avaliam esses impactos de forma conjunta e muitos se focam apenas em uma alteração da composição familiar (como foi observado no enfoque dos arranjos monoparentais femininos). Dentre os poucos trabalhos que buscam essa análise conjunta dos efeitos das mudanças na composição familiar, vale destacar o estudo de Garner e Terrell (2001)³⁴. Os autores isolaram o efeito das intensas mudanças na composição dos domicílios (incluindo, no caso, a diminuição de domicílios com presença de crianças, aumento de domicílios chefiados por aposentados, aumento dos domicílios unipessoais e redução dos domicílios de tamanho elevado) sobre o forte crescimento da desigualdade de renda observado na Eslováquia. Os resultados apontam que, como as mudanças não ocorreram igualmente em todos os grupos socioeconômicos (praticamente não tendo ocorrido no decil mais pobre da população), os efeitos positivos para a renda trazidos pelas mudanças na composição domiciliar aumentam a distância entre pobres e ricos, contribuindo para o aumento da desigualdade de renda observado no país em questão.

³⁴ Dentre os estudos que analisam os diferenciais das mudanças da composição familiar, Wajnamn (2007) também atribui destaque para este estudo.

Diante do que foi exposto, cabe realizar uma última ressalta em relação às questões metodológicas. Trata-se da difícil tarefa de mensuração destes efeitos, como assinalado por Martin (2006). Não por menos, na comparação de casos que tratam do mesmo objeto e problema, por vezes, os resultados são contraditórios³⁵. Para uma metodologia apropriada, esse mesmo autor indica que a associação entre a distribuição de renda e as estruturas familiares de uma população deve ser observada como uma função que considere, de um lado, (i) as diferenças de renda entre diferentes estruturas familiares e (ii) as diferenças de renda entre famílias pertencentes à mesma estrutura familiar, de outro lado, (iii) a participação de cada renda familiar no total da renda de uma população e (iv) a distribuição da população total sobre cada tipo de estrutura familiar. Assim sendo, para que os resultados se aproximem ao máximo da realidade, as análises devem considerar todas as mudanças observadas entre as famílias, não só em relação a sua participação no total da população, mas também em relação à renda associada a este tipo familiar. Considerando as diferenciações entre tipos de família e entre os mesmo tipos de família (como por exemplo, a diferenciação das famílias entre diferentes grupos socioeconômicos). Ou seja, mudanças na composição familiar podem gerar impactos distintos entre os grupos socioeconômicos. Uma vez que, nas palavras do autor, “shifts across family structure also have implications for the entire income distribution, not just for the bottom” (Martin, 2006: 423).

Na conformação dos fatores apresentados, pode-se dizer que as mudanças na composição familiar de uma população surtem efeitos sobre a renda agregada e, como essas mudanças não ocorrem de forma simétrica, também surtem efeitos sobre a distribuição de renda. Logicamente os resultados dependeram do estágio transacional em que o país se encontrava entre o período analisado, assim como outros fatores que interferem na definição das condições de renda de determinados tipos de família. Embora existam enormes variações comparativas, pode-se esperar que entre a população brasileira (na conjunção de todas as alterações na composição familiar) os efeitos sejam positivos, porém desiguais. Trata-se apenas de uma hipótese inicial que este capítulo tentou desenhar. De fato, espera-se que as mudanças observadas entre as famílias brasileiras sejam consideráveis e, com certeza, desiguais dentro a população do país (ou seja, apresente diferenciais por estrato de renda, como por exemplo).

³⁵ Segundo McLanahan e Percheski (2008), dois fatores podem explicar a larga variedade de resultados estimados: o período de análise escolhido e a metodologia (desde os tipos de estruturas familiares escolhidos para as análises até o modelo estatístico ou indicador socioeconômico utilizado).

Conclusão do capítulo

A partir revisão da literatura, concluiu-se que é importante compreender o caráter dinâmico das variáveis demográficas e analisar (ou considerar nas análises interpretativas) os diferentes estágios de uma transição demográfica.

Em segundo, constatou-se que é de extrema importância observar as mudanças demográficas pelo âmbito da família, em vista da elevada abrangência que esta abordagem tem na capitação das recentes mudanças demográficas. Nesta direção, a observação da unidade familiar tem se mostrado essencial, não apenas para compreender a origem destas mudanças e os determinantes, mas também para compreender os seus efeitos potenciais. Essa importância é ressaltada quando se trata da análise dos efeitos socioeconômicos das mudanças demográfica, uma vez que estruturas familiares representam mecanismos de reprodução da pobreza e da desigualdade de renda.

Ademais, as recentes mudanças demográficas (como o envelhecimento e a queda da fecundidade) podem ser resumidas pelas mudanças nas formas familiares (mudanças na composição das famílias, especialmente, se quando utilizada a abordagem do ciclo de vida das famílias).

Passando a observar os estudos que focam nos efeitos destas mudanças, destacou-se que nos países em desenvolvimento é ainda mais importante a observação dos diferenciais de propagação (frente às elevadas desigualdades demográficas históricas destes países). Em um segundo momento, como nestes países mais pobres a introdução da queda da fecundidade foi em grande parte exógena (e não decorrente do desenvolvimento econômico observado no país), os seus impactos sobre a renda são ainda mais significativos (Ashraf *et al.*, 2011). Além disso, em países onde a transição da fecundidade ainda se encontra em estágios iniciais, os efeitos das mudanças demográficas são observados nos estratos mais ricos com maior intensidade (Bloom *et al.*, 2012). De modo geral, conclui-se que os efeitos das mudanças demográficas têm sido positivos, porém, desiguais.

No entanto, isso não quer dizer que a população pobre não tem sido beneficiada (mesmo que em menor grau), o que dependerá do estágio transacional em que o país se encontra. Em estágios mais avançados da transição demográfica, mesmo que ainda existam desigualdades

nas características demográficas, os benefícios são observados em todas as camadas socioeconômicas.

Sumariamente, para analisar os efeitos socioeconômicos das mudanças demográficas é essencial: i) considerar as análises das mudanças demográficas sob o contexto familiar (considerando as mudanças na composição populacional por tipos de família, especialmente utilizando a abordagem do ciclo de vida familiar e vulnerabilidade demográfica); ii) considerar as diferenças dentro a população de um país de (como por exemplo investigar os diferenciais das mudanças demográficas por níveis educacionais, grupos socioeconômicos, áreas de residência, etc.).

Capítulo 2. Mudanças no quadro socioeconômico e demográfico brasileiro nas últimas décadas

Introdução

O Brasil está passando por um período de profundas transformações demográficas, observadas desde a década de 1960 e mais intensamente nas últimas décadas. De acordo com estudo do Ipea (2012), a queda da fecundidade ocorreu de forma bastante acelerada no país, principalmente se comparada à experiência européia. Atualmente, a taxa de fecundidade total brasileira encontra-se abaixo do nível mínimo necessário para a reposição populacional. Para avançar na compreensão e investigação dos eventos demográficos, é importante partir da consideração de que as recentes mudanças observadas no Brasil englobam muito mais do que a simples queda da fecundidade. Novas interpretações destas transformações apontam para a importância da observação no nível familiar e as mudanças nos arranjos familiares da população brasileira (Bilac, 2006; Wajnman, 2012; Montali, 2004; Montali, 2008).

Em relação à abordagem da segunda transição demográfica, ainda são bastante controversas as generalizações possíveis para outros países não pertencentes à Europa (onde se originou essa nova fase transaccional), especialmente, entre os países em desenvolvimento³⁶. Por outro lado, embora ainda não seja consenso comum entre os demógrafos, alguns afirmam que esta nova transição já estaria acontecendo em certos países em desenvolvimento. Vaz (2008) e Arriagada (2002) destacam a ocorrência de estágios já avançados deste novo fenômeno transaccional (ao atingir parcela considerável da população total) em países da América Latina, como principalmente no Uruguai, seguido pela Argentina e Chile. Mesmo assim, não cabe ao presente estudo entrar na discussão de qual estágio transaccional o Brasil vive ou se a segunda transição demográfica encaixa-se às mudanças observadas no país (o que exigiria uma investigação bastante minuciosa sobre as transformações das famílias, principalmente em relação às questões de nupcialidade – casamento, divórcio, conjugalidade, coabitação, etc.)³⁷.

³⁶ Na visão de alguns críticos, a segunda transição demográfica não poderia ser descrita como uma teoria demográfica de generalização considerável e, na realidade, constituiria uma concepção descritiva do que ocorreu apenas nos países europeus.

³⁷ Como exemplo disso, Vaz (2008) faz uma minuciosa investigação empírica da ocorrência da segunda transição demográfica especialmente no Uruguai, o que necessitou de diversas análises descritivas da evolução da estrutura, no sentido mais sociológico, da família e da evolução da nupcialidade.

Modestamente, busca-se apenas captar as contribuições desta teoria para a formulação metodológica e interpretativa das análises exploratórias seguintes.

Paralelo ao que foi relatado por estudo da Cepal (2005) sobre a América Latina, acredita-se a propagação dos eventos demográficos não ocorreram de maneira simétrica entre a população brasileira, gerando relevantes diferenciais demográficos. Com o propósito de avaliar as mudanças dentro do país, este trabalho optou por observar os diferenciais das características demográficas da população entre (i) as áreas urbanas e rurais e (ii) os estratos de renda de cada área.

Sob a concepção das desigualdades demográficas, a sociedade industrial e urbanizada é o local onde as mudanças se iniciariam primeiramente. Mesmo em períodos recentes, no meio rural, muitas vezes a unidade de produção ainda se mistura com a unidade de residência ou de consumo (Sherbinin *et al.*, 2008). Acrescenta-se também que a comunicação e informação são menos intensas no rural, tornando o processo de difusão das mudanças demográficas mais lento. Logo, há de se esperar que nestas áreas rurais as mudanças demográficas recentes ainda não sejam tão fortes. De forma complementar, também são esperados elevados diferenciais demográficos entre os estratos de renda, considerando que o Brasil ainda não se encontra em estágio muito avançado da transição demográfica (na comparação com países desenvolvidos).

Claro que o rural brasileiro não está totalmente alheio às transformações que ocorrem nas áreas urbanas. Atualmente, parcela cada vez maior do meio rural conta com maiores facilidades de acesso à infra-estrutura de comunicação e serviços de saúde e educação (seja nas áreas urbanas ou nas próprias áreas rurais) e está fortemente incorporado ao setor industrial (pelo processo de industrialização da agricultura), apresentando relações capitalistas de contratação da mão-de-obra. No entanto, apesar dos avanços (concentrados em determinadas localidades), o atraso da infra-estrutura ainda é enorme e as relações familiares permanecem de forma acentuada na definição das ocupações das pessoas que vivem no campo brasileiro.

Neste caminho, vale destacar que não estamos falando de uma instituição (família) solta no vazio. Para Bilac (2006: 54) “(...) os atores sociais não agem em um vazio, no qual dependem somente de sua capacidade de gestão de ativos, mas em um contexto histórico e social formado de oportunidades e de constrangimentos, uma vez que as estruturas de oportunidades dependem de fatores macrossociais”. Ademais, as diferentes composições de estruturas familiares também dependem das estratégias dos seus membros que reagem ao contexto externo em que

estão inseridos. Isso torna necessária a observação dos fatores exógenos que causam impactos sobre as condições socioeconômicas das famílias.

Sendo assim, a primeira seção deste capítulo tratará de realizar, de forma sintética, uma contextualização das transformações (produtivas e institucionais) que contribuíram para a melhoria dos indicadores socioeconômicos da população brasileira durante as últimas três décadas. Atenção maior será dada para as mudanças observadas nas áreas rurais.

Finalmente, a segunda seção tratará das mudanças demográficas da população brasileira. Sendo o objetivo específico deste capítulo: identificar as mudanças que ocorreram na composição das famílias brasileiras, entre o período de 1981 e 2011, destacando os diferenciais por área de residência e por estrato de renda.

1. Dinâmica socioeconômica no Brasil

O Brasil tem vivenciado mudanças relevantes nas condições de vida da população. Diversos estudos mostram que houve forte melhoria da renda e dos indicadores socioeconômicos, principalmente a partir de meados dos anos 2000, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais (Miranda e Tiburcio, 2012; Barros, *et al.*, 2007; Maia, 2012; Rocha, 2013). É sabido que diversas foram as mudanças que proporcionaram esse recente contexto positivo. Em primeiro lugar, não podemos esquecer que o quadro macroeconômico é um componente essencial e o crescimento econômico oferece condições cruciais para o aumento do emprego e da renda. Dificilmente uma sociedade conseguirá promover melhores condições de vida sem antes ter uma base econômica em ascensão.

Dos anos 1980 até a atualidade o quadro macroeconômico brasileiro se alterou drasticamente. Frente à elevada preocupação com a inflação, somada ao crescimento econômico baixo com recorrentes períodos de recessão, muitos apontavam a impossibilidade de implantação de políticas durante os anos 1980 que focassem os mais pobres. Desta forma, a preocupação com a elevada desigualdade de renda foi deixada de lado, sendo até mesmo agravada pelo caráter excludente do próprio processo inflacionário.

O controle da inflação atingido em meados dos anos 1990 foi suficiente para que outras questões tomassem maiores dimensões no país (como por exemplo, a política de elevação

do poder de compra do salário mínimo)³⁸. Além disso, assim como afirma Rocha (2013), a estabilização monetária tem poder de melhorar a renda dos mais pobres (já que a renda desta parcela da população é mais vulnerável à corrosão inflacionária). Já o início dos anos 2000, marcou a retomada do crescimento da economia brasileira que apresentou elevações substanciais ao longo da década (exceto pela desaceleração em 2008 e crescimento praticamente nulo em 2009), conformando um cenário mais favorável à redução da pobreza.

Vale dizer que, assim como ressaltado por Veiga (2001), a capacidade do crescimento econômico em melhorar os indicadores socioeconômicos depende de outros fatores, dentre os quais se destaca a distribuição de renda. Assim como explicado pelo autor, uma sociedade com menor desigualdade promoverá maiores ganhos de renda entre a população pobre engendrada pelo contexto econômico. Não obstante, a desigualdade na distribuição de renda apresentou uma significativa redução no país nos últimos anos (Rocha, 2013). Diversos foram os fatores que contribuíram para a redução da desigualdade no país, mas uma corrente de estudo tem dado destaque para as recentes transformações do mercado de trabalho brasileiro.

Após um período de baixo dinamismo econômico com redução do emprego total e marcado pela deterioração das relações de trabalho (anos 1980 e 1990), o país passou a apresentar relevante queda do desemprego acompanhada por melhorias das condições de inserção trabalhista, basicamente a partir de 2004. A retomada do mercado de trabalho foi intensa, segundo Rocha (2013), só em 2004 foram criadas 2,7 milhões de postos de trabalho no país. Destaque é dado para o aumento da participação do emprego formal e das ocupações mais qualificadas (Krein e Santos, 2012).

Além disso, aspectos regulatórios promovidos pelas instituições públicas são apontados como fatores importantes para conformar uma trajetória de crescimento econômico acompanhada por resultados favoráveis para a classe trabalhadora. Papel central é atribuído à política de valorização do salário mínimo. Embora esta política tenha se iniciado nos anos 1990, foi a partir de 2005 que houve uma intensa valorização (ano em que o valor nominal do mínimo passou de R\$240 para R\$300 – aumento também relevante em termos reais) (Rosandiski e Jungbluth, 2007).

³⁸ Desde 1995, observa-se a retomada da política de salário mínimo com o objetivo de elevar seu poder de compra. Na segunda metade da década de 1990, ele foi incrementado, aproximadamente, em 3% (Rosandiski e Jungbluth, 2007).

É importante salientar que essa política de recuperação do valor do salário mínimo faz parte de uma estratégia mais ampla do governo que pretendia promover a reestruturação do mercado de trabalho na tentativa de estabelecer condições mínimas de trabalho³⁹. Na visão de Krein e Santos (2012), o aumento na formalização pode ser explicado, em grande parte, pelo papel mais ativo do Estado (na comparação com a década anterior). A partir de 2004, a atuação de três instituições públicas é apontada com proeminência, são elas: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho (Baltar *et al.*, 2006).

Além destas mudanças no quadro laboral, a previdência social também mostrou relevante destaque para a melhoria do quadro socioeconômico do país. Essas fontes de renda apresentaram mudanças importantes, especialmente nas últimas duas décadas. A implantação de medidas previstas na Constituição Federal de 1988 geraram aumentos significativos da base de beneficiados, assim como melhorias nas condições de captação do benefício⁴⁰. Vale lembrar que os impactos desses rendimentos e das pensões foram potencializados pela política de valorização do salário mínimo. Neste caminho, Saboia (2010) afirma que, como o salário mínimo afeta diretamente as aposentadorias e outros tipos de transferência de renda ele atua como um potencial elemento redistributivo dos rendimentos.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 representou um marco para o país. A implementação legal das normas nela previstas, ao decorrer das décadas seguintes, foram essenciais para melhoria de vida da população brasileira. De acordo com Beltrão *et. al* (2005), a política assistencial teve maior alcance sobre grupos mais vulneráveis somente após a regulamentação e implementação de vários dispositivos presentes na nova Constituição.

No conjunto dos elementos gerais que promoveram a melhoria dos indicadores socioeconômicos do país, resta salientar a criação de políticas de transferências de renda provenientes de programas sociais, assim como a ampliação dos valores destes benefícios nos

³⁹ Para uma parcela dos estudiosos do mercado de trabalho, o primeiro mandato do Governo Lula constituiu um importante ponto de inflexão. Marinho (2006) destacou diversas tentativas para a melhoria e regulação do mercado de trabalho desde 2003, como a construção de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda tem ocupado papel privilegiado nas resoluções do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2004, foi realizado o I Congresso Nacional do Sistema Público de Emprego. No ano seguinte. Ocorreram cinco congressos regionais e, finalmente, o II Congresso Nacional, que aprovou uma proposição para a construção do Sistema. Em dezembro de 2005, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou a Resolução 466, que definiu a estrutura institucional básica do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, bem como as primeiras medidas para a sua construção.

⁴⁰ O texto legal da Constituição de 1988 sobre a seguridade social estabeleceu, como princípios básicos, i) a universalização, ii) a equivalência de benefícios urbanos e rurais, iii) a seletividade na concessão, iv) a irredutibilidade do valor das prestações previdenciárias, v) a fixação do benefício mínimo em 1 SM, vi) a equanimidade no custeio, viii) a diversificação da base de financiamento, ix) a descentralização e a participação da comunidade, de trabalhadores, de empresários e de aposentados na gestão (Beltrão *et. al*, 2005).

anos mais recentes. Dois programas em especial tiveram alcance e impactos expressivos: o Programa Bolsa Família⁴¹ e o Benefício de Prestação Continuada⁴². Além destes programas do governo federal, também foram implementados programas sociais a nível estadual e municipal de importante abrangência em determinadas localidades do país.

Essas políticas de transferência de renda tiveram importância relevante para a população de baixa renda e se concentraram nas áreas urbanas (onde vivem a maior parcela, em termos absoluto, dos pobres), especialmente o programa BPC que favoreceu principalmente as famílias urbanas em situação de extrema pobreza que contavam com a presença de idoso ou pessoa com deficiência.

Especial atenção deve ser dada à população que vive nas grandes metrópoles, que se encontraram no cerne do processo de agravamento pobreza brasileira e foram as que mais sofreram com a desestruturação do mercado de trabalho e com o baixo dinamismo econômico observado nos anos 1990. De acordo com Rocha (1993:101), “a razão por que a pobreza metropolitana é um fenômeno particularmente importante são as suas especificidades, vinculadas ao modo de vida nos grandes aglomerados urbanos”. Contextualizadas por uma economia essencialmente monetária, as famílias em extrema pobreza metropolitana não podem recorrer à

⁴¹ Criado em outubro de 2003, proveniente da unificação de outros programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação), as famílias são classificadas como pobres e extremamente pobres e registradas pelo Cadastro Único. Em 2004, logo depois da sua criação, as famílias em extrema pobreza recebiam uma transferência básica/fixa de R\$50 (independente de terem filhos/grávidas na composição familiar pertencente). Quanto ao benefício variável, às famílias pobres, recebiam R\$15 por criança (acumulado por no máximo três crianças/gestantes). Lembrando que as famílias em extrema pobreza podem acumular a transferência fixa com o benefício variável (por criança). Já mais recentemente, no ano de 2011, a transferência básica do programa aumentou para de R\$70, e o benefício variável é de R\$32 (acumulado por no máximo cinco crianças/gestantes), passando a considerar as famílias passíveis de benefícios aquelas com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos. As condicionalidades englobam a frequência escolar, acompanhamento da saúde das crianças (como vacinação atualizada) e grávidas. Além dessas mudanças, o programa criou o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (no valor de R\$ 38, concedidos para famílias com jovens entre 16 e 17 anos e acumulável até dois jovens por família), o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (tem valor calculado para cada caso e concedido para famílias migradas de Programas Remanescentes ao PBF), e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (tem valor correspondente ao necessário para que a todas as famílias beneficiárias do PBF, com crianças entre zero e seis anos, superem os a faixa de pobreza determinada). Mais recentemente, ressalta-se que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), também foi incorporado ao sistema de Cadastro Único (não havendo sobreposição dos programas) e consistia na transferência de renda para as famílias com crianças que trabalhavam ou que corriam o risco de trabalhar, com a garantia de frequência escolar e não trabalho infantil a transferência era de R\$20 e R\$40 por criança, nas áreas rurais e urbanas respectivamente (MDS, 2013).

⁴² O BPC não apresentou alterações desde a sua criação. É o programa social que transfere o maior valor, correspondendo a um benefício individual de um salário mínimo corrente. Proveniente da Constituição de 1988 e com início da implementação em 1996, constitui em uma transferência de renda sem condicionalidades e independente de contribuição prévia, oferecido para os idosos com 65 anos ou mais que viviam em famílias cuja renda familiar *per capita* esteja abaixo de ¼ do salário mínimo vigente, também é oferecido para as pessoas com deficiência e não aptas ao trabalho e a uma vida independente. A implementação do BPC também teve como objetivo a extinção da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que cessaram concessões de benefícios em 1996 (permanecendo os benefícios apenas daqueles que já estavam inscritos no benefício previdenciário). A RMV era destinada aos idosos maiores de 70 anos que não tinham como promover o próprio sustento ou não contavam com a ajuda de próximos (MDS, 2013).

autoprodução e aos rendimentos obtidos pela produção própria e também não contam com os mecanismos de solidariedade familiar típicos das áreas rurais (Rocha, 1993; 2013). Todavia, ao longo dos últimos anos as melhorias foram substanciais e “a pobreza absoluta já deixou de significar ameaça à sobrevivência física” há um bom tempo, paralelamente, a parcela do gasto das famílias com alimentação deixou de ser preponderante (Rocha, 2013:02). Por outro lado, ainda segunda a autora, em algumas localidades de grandes metrópoles brasileiras (como por exemplo, São Paulo), o custo de vida é relativamente muito elevado e os impactos dos programas de transferência de renda sobre as condições de vida da população pobre tornam-se menos representativos (sendo que os benefícios estão fixados em parâmetros nacionais) – razão que também teria marcado o processo de metropolização da pobreza observado mais intensamente nos anos 1990 até início dos anos 2000 (descrita pelo forte aumento da participação destas áreas na pobreza total brasileira). Mas, de forma geral, houve redução substancial da proporção absoluta de pobres urbanos e aumento da renda das famílias urbanas (metropolitanas ou não metropolitanas).

1.1. Especificidades da dinâmica socioeconômica do meio rural

Passando à analisar com maior detalhamento a conjunção dos fatores que levaram ao aumento da renda da população brasileira, é importante salientar a dinâmica diferenciada que essas mudanças apresentaram especificamente nas áreas rurais do país. Para qualificar a análise proposta neste estudo, torna-se essencial investigar essas mudanças específicas do rural brasileiro. De forma resumida, essas áreas passaram por transformações profundas nas últimas décadas, como por exemplo: mecanização agrícola, expansão da agroindústria, criação de novas atividades e mercados, crescente multifuncionalidade do território, valorização do campo, alteração da dinâmica com o urbano, entre outras. Não por coincidência, o crescimento da renda e queda da desigualdade, assim como outros indicadores socioeconômicos, são fenômenos que apresentaram intensidades diferenciadas entre as áreas urbanas e rurais. De acordo com Rocha (2013), a participação das áreas rurais na pobreza absoluta apresentou redução substancial nas últimas décadas.

1.1.1. Mudanças produtivas e mercado de trabalho

O setor agrícola brasileiro passou por um longo período de estagnação, marcado pelo atraso produtivo e por crises alimentícias até os anos iniciais dos anos 1970. Após a intensificação do processo de modernização do setor, que teve início nos anos 1970, com os decorrentes avanços tecnológicos ligados à mecânica e química, o setor chegou à década de 1990 extremamente tecnificado. Não obstante, como apontado por Gasques (2010) houve forte crescimento da produtividade total dos fatores após a década de 1970 e com intensificação nos anos 90 em diante. No período mais recente, o setor agrícola aumentou a sua importância na geração de renda e divisas. Paralelamente à enorme elevação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, as exportações agrícolas cresceram substancialmente nos anos 2000. Juntamente essa recente a expansão do agronegócio, a produtividade apresentou aumentos expressivos nos anos 2000 e foi responsável por parcela majoritária do crescimento produtivo agrícola do período⁴³.

Na conjunção deste quadro, afirma-se que as transformações produtivas foram expressivas em um espaço de tempo relativamente curto. Sem embargo, atualmente o poder dinamizador da agricultura não pode ser subestimado. Somada a isso, vale ressaltar que entre as áreas rurais as ocupações agrícolas representam elevada parcela dos ocupados⁴⁴.

Neste sentido, o processo de transformação produtiva alterou drasticamente a utilização dos fatores (terra, trabalho e capital) e, como conseqüência, a composição do trabalho rural. A introdução de novas tecnologias gerou desdobramentos permanentes sobre os trabalhadores do campo. Sobretudo em relação à oferta de novos postos de trabalho e às exigências de qualificação. Passaram a conviver relações capitalistas de trabalho, cada vez mais presentes na agricultura de alta tecnologia, juntamente com persistentes formas de ocupações agrícolas pouco qualificadas.

Quanto à geração de emprego, grosso modo, até a década de 1990 o emprego agrícola sofreu forte tendência de queda, paralelamente aos impactos da intensificação da modernização agrícola (Balsadi, 2008). Apenas com a significativa expansão produtiva agrícola brasileira dos

⁴³ De acordo com Gasques *et al.* (2010), 68% do crescimento agrícola brasileiro entre 1995 a 2006 se deveram ao crescimento da produtividade e o restante ao aumento da quantidade de insumo.

⁴⁴ Vale diferenciar que o trabalhador rural é qualquer ocupado (independente do tipo de atividade exercida) que tem residência rural e o trabalhador agrícola é aquele que se ocupa em atividades do setor agrícola (independente da área de residência) (Kageyama, 2008).

anos 2000 se revelou considerável aumento de trabalhadores agrícolas na primeira metade da década. Entretanto, esse aumento foi seguido por uma redução na segunda metade da mesma década (Sakamoto e Maia, 2012).

Além disso, considerando que o crescimento da produção agrícola dos anos 2000 foi viabilizado pelos substanciais ganhos de produtividade, salienta-se que, assim como mostrou Gasques *et al.* (2008), a produtividade da mão-de-obra teria apresentado ritmo ainda mais acelerado de crescimento (comparativamente com os demais fatores de produção, como a terra ou capital). Fator que pode ser associado não apenas com a expansão da produção, mas também com o aumento do rendimento do trabalho agrícola.

De modo geral, dos fatores que promoveram melhoria do quadro laboral do meio rural, grande destaque tem sido dado para as melhorias produtivas do setor agrícola associadas às melhorias institucionais de regulação do mercado de trabalho. Dentre os fatores regulatórios que favoreceram esse quadro, a valorização do salário mínimo teve impactos relevantes entre os ocupados destas áreas. Isso foi observado mesmo entre os trabalhadores informais⁴⁵. Em suma, analisando a qualidade das condições do trabalho rural, houve melhorias significativas no rendimento, juntamente com aumento da proporção de assalariados e da formalização dos empregados (Kageyama, 2008; Miranda e Tiburcio, 2012).

Além das melhorias geradas pela valorização do mínimo, Krein e Stravinski (2008) apontam que houve um esforço de instituições públicas que tentaram promover o equacionamento de alguns problemas dos trabalhadores rurais. Como exemplo, a Justiça do Trabalho juntamente com os trabalhadores, buscaram aumentar a fiscalização e o combate contra as falsas cooperativas rurais (“fraudoperativas”). Ademais, após um longo período de exclusão da legislação em relação a estes trabalhadores do campo, foi com a Constituição de 1988 que houve equiparação dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, promovendo igualdade jurídica (medida que teve sua efetividade contestada por alguns e ainda é motivo de controvérsias entre os pesquisadores), sendo que algumas especificidades distintas em relação ao trabalho do campo previstas na legislação ordinária foram mantidas (Krein e Stravinski, 2008)⁴⁶.

⁴⁵ Vale destacar que o aumento do salário mínimo não gera impactos favoráveis apenas para os trabalhadores formalizados. Ao analisar a elasticidade da remuneração do trabalho em relação ao salário mínimo, Saboia (2010) concluiu que os rendimentos no entorno do valor correspondente ao salário mínimo acabam sendo beneficiados pelo aumento deste valor, tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho.

⁴⁶ Para os autores, algumas medidas de regulação que ocorreram nas últimas décadas representaram certo avanço. Considerando que houve um longo período de exclusão dos trabalhadores das áreas rurais da cobertura dos direitos trabalhistas e sindicais até

Também é importante ressaltar que a diversificação da agricultura aumentou nas últimas décadas⁴⁷, aumentando também o leque de ocupações. Neste contexto, vale assinalar a discussão da chamada multifuncionalidade, onde a diversidade do meio rural tem sido uma característica crescentemente explorada. Em especial, nota-se o surgimento de novas atividades agrícolas que atendem mercados específicos, ligadas a um novo estilo de consumo que ainda está em formação no país. Esses novos elementos que surgiram no mercado a partir de meados dos anos 1990, constituem-se em oportunidades para os pequenos produtores e implicam na reconfiguração do uso do solo e de outros recursos da natureza, trabalho e conhecimento (nova ruralidade). Neste sentido, os aspectos ambientais e sociais seriam um caminho alternativo para a promoção do desenvolvimento rural para alguns autores (Kageyama, 2008). Entretanto, acredita-se que ainda não são relevantes os impactos efetivos sobre a população rural total desta nova visão de rural, sendo verdade apenas em algumas localidades da zona rural.

Em relação a agricultura familiar e a agricultura de pequeno porte (que ainda abriga parcela significativa dos rurais), é importante destacar a implantação de políticas que tem oferecido melhores condições de cultivo (em relação à qualidade do produto e condições para a obtenção do crédito) nas últimas décadas. Destaque merece ser dado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em meados dos anos 1990 consiste em uma importante política de crédito rural, oferecendo taxas de juros mais reduzidas, assim como as menores taxas de inadimplência. Ademais, houve uma expansão expressiva da abrangência do programa nos anos 2000 (principalmente em 2005/2006 com acréscimo de agricultores de mais de 1.960 novos municípios brasileiros), somada a adição de novas linhas de crédito, especialmente direcionadas aos pequenos agricultores de baixa renda (MDA, 2013). Segundo Araújo (2011) este programa é a fonte mais importante de financiamento da agricultura familiar.

O pequeno agricultor também contou com importantes políticas que auxiliam desde a produção, promovendo melhorias na utilização dos fatores, até a comercialização da produção, promovendo melhores condições de intermediação dos produtos para a venda. Dentre tais medidas ressaltam-se: i) a implementação do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)⁴⁸; ii) a

meados dos anos 1970, período que foi marcado pela criação do Estatuto do Trabalhador Rural, medida conhecida como a “ruralização” da CLT (que promoveu importante reconhecimento da classe) (Krein e Stravinski, 2008).

⁴⁷ Analisando o índice de diversificação da agricultura, Gasques *et. al* (2010) concluíram que a grande maioria dos estados brasileiros caminharam para um aumento da diversificação entre 1995 e 2006.

⁴⁸ Criado nos anos 2000 em conjunto com o Pronaf (direcionada exclusivamente para os agricultores familiares inseridos no programa), além do Seaf cobrir o valor financiado em caso de evento climáticos que gerem perda maior a 30% da receita bruta

criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴⁹; iii) instituição do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Família (PGPAF)⁵⁰; vi) a política de assistência técnica e extensão rural; v) o incentivo a pesquisa pública (direcionada para agricultura familiar), destacando o papel da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias (Oepas); vi) a implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, priorizando produtos da agricultura familiar; vii) o surgimento de novos programas de inserção da agricultura familiar no mercado, a partir da agroindustrialização dos produtos destes estabelecimentos; entre outras medidas paralelas (Balsadi, 2008; Miranda e Tiburcio, 2012).

Por fim, vale mencionar também o surgimento de novas oportunidades de ocupação fora do setor agrícola, que se traduziu em uma redução da participação da ocupação agrícola no total de ocupados rurais especialmente durante a década de 1990 e 2000 (Campolina e Silveira, 2008). A maior comunicação e integração com as áreas urbanas e o aumento do acesso ao transporte público contribuíram, em parte, para o acesso dos trabalhadores rurais às atividades não agrícolas. Em suma, as ocupações fora da agricultura passaram a ter crescente importância na composição da renda das famílias rurais. No entanto, apesar de a pluriatividade das famílias ser considerada uma alternativa de fuga da pobreza rural em diversos países, essa estratégia parece ter efeitos reduzidos no Brasil, sendo que os empregos fora da agricultura oferecidos à população rural são geralmente de baixa qualidade (Kageyama, 2008).

Em resumo, a oferta e o nível de rendimento do trabalho no campo brasileiro ainda dependem, em grande medida, do setor agrícola (e do seu comportamento em termos produtivos). Por sua vez, na visão de Krein e Stravinski (2008), o Estado tem um papel importante na fiscalização do cumprimento das normas de proteção social do trabalho no campo. Isso se deve ao fato de que a negociação coletiva⁵¹ não foi relevante para a grande maioria dos trabalhadores rurais (proeminente apenas em alguns casos das culturas de cana-de-açúcar e laranja).

esperada, o seguro também oferece relativa garantia de renda (garantindo 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado) (MDA, 2013).

⁴⁹ Criado em 2003, constitui um programa pioneiro na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (associado ao Programa Fome Zero) (MDA, 2013).

⁵⁰ Instituído em 2006, o programa (ligado ao Pronaf) tem como linha de ação a garantia ao agricultor familiar a indexação do financiamento a um preço próximo do custo de produção.

⁵¹ Vale assinalar que historicamente os empregadores apresentam superioridade excessiva sobre a negociação de uso da mão-de-obra rural, originalmente ocasionada pelo problema brasileiro de distribuição de terras. Ademais, parcela relevante dos trabalhadores agrícolas, na condição de empregado contratado, contam com ainda mais um agravante: presença de intermediários na contratação desta mão-de-obra. A intermediação da contratação contribuiu para os maiores abusos (em relação à falta de

Pode-se considerar que as transformações produtivas e institucionais do meio rural foram acompanhadas por melhorias relevantes nas ocupações das atividades agrícolas. Destacando que especificamente nos últimos anos (grosso modo a partir de meados dos anos 2000) as remunerações apresentaram ganhos reais substanciais (Miranda e Tiburcio, 2012). Entretanto, mesmo com o expressivo crescimento da produtividade total dos fatores na agropecuária brasileira nas últimas décadas, a capacidade de absorção tecnológica do setor produtivo ainda é extremamente baixa e parcela expressiva dos ocupados agrícolas ainda reproduz relações não remuneradas de auxílio à pequena produção familiar (Sakamoto e Maia, 2012).

1.1.2. Políticas Sociais

Nas áreas rurais as aposentadorias exerceram um peso importante sobre a dinâmica da renda das famílias. Ademais, a previdência social apresenta especial particularidade dentre os residentes destas áreas: o caráter não contributivo⁵². O alcance da política previdenciária rural foi ampliado de maneira significativa após a nova Constituição de 1988, destacando a ampliação da base de beneficiários e a redução da idade mínima para o recebimento do benefício. Enquanto que nas áreas rurais a idade mínima para a aposentadoria é de 60 anos para os homens e de 55 para as mulheres, nas áreas urbanas a aquisição é concedida cinco anos mais tarde. Uma expressiva mudança foi a transferência da unidade beneficiária do chefe do domicílio para o indivíduo, capacitando, com isso, que mulheres casadas também tivessem a oportunidade de receber o benefício. Medida que contribuiu fortemente para o aumento da renda rural e melhorou as condições de vida da população idosa feminina (Beltrão *et al.*, 2005).

Observando as aposentadorias rurais e seus desdobramentos, Beltrão *et al.* (2005), concluem que esses benefícios contribuem de forma relevante para a redução da pobreza no campo, além de estabelecer uma posição de maior poder para dentro das famílias aos idosos beneficiários (particularmente das idosas, devido à legislação que permite acumulação dos benefícios para as mulheres). Nos últimos anos, houve considerável aumento de idosos na categoria de chefe e cônjuge (Ipea, 2012; Beltrão *et al.*, 2005).

cumprimento com a legislação trabalhista) e para a permanência de precárias condições de trabalho (principalmente de transporte e moradia, além da ausência do uso de medidas de segurança no trabalho).

⁵² O trabalhador rural tem a garantia do benefício da previdência no valor de um salário mínimo, sendo que a única condicionalidade (atualmente) é a comprovação do exercício de 180 meses de trabalho (através de documentos) e ter a idade mínima exigida, sem a necessidade de contribuição prévia (MPS, 2013).

Em análise mais detalhada, Camarano *et al.* (2004) aponta que as aposentadorias dos idosos aumentam a probabilidade de co-habitação, beneficiando estes pelo aumento do cuidado de seus familiares e beneficiando também a situação financeira dos demais integrantes mais jovens. Neste sentido, a ocorrência dos chamados “ninhos vazios” nas áreas rurais é relativamente menor e os benefícios desta fonte de renda também contribuiriam com as condições de vida de toda a família. Nesta mesma direção, Hoffmann (2010) aponta que a presença de aposentados e/ou pensionistas no domicílio contribui para aumentar a probabilidade de jovens estudarem.

Por fim, cabe ressaltar que as políticas de transferência de renda apresentam um efeito importante sobre as famílias rurais beneficiadas, principalmente pelo fato de que o nível de renda das famílias rurais é bem menor que a urbana. De acordo com Maia (2012), essas políticas oriundas dos programas sociais, com destaque para o Bolsa Família⁵³, têm contribuído de forma significativa para a melhoria da renda das famílias pobres, principalmente nas áreas rurais, garantindo um padrão mínimo de bem estar e qualidade de vida.

Em relação aos impactos destas políticas (principalmente o Bolsa Família), tem sido apontado que os rendimentos destas transferências atuam com duplo papel nas áreas rurais. Primeiro, oferece renda para a população mais pobre, atendendo a função compensatória da redução do emprego rural frente ao aumento do uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Segundo, incentiva a agricultura familiar de pequeno porte, potencializando assim as políticas de crédito rural. De acordo com Buainain e Dedecca (2010), essas políticas focadas à população rural estariam hipoteticamente elevando o custo do trabalho entre os moradores rurais e incentivando a estabilidade da agricultura familiar. Sendo assim, as transferências de renda estariam, em certa medida, elevando o poder de negociação dos trabalhadores de baixa renda.

2. Mudanças demográficas no Brasil sob uma perspectiva familiar: uma comparação entre as áreas rurais e urbanas.

Embora a literatura nacional tenha relatado com bastante detalhe as transformações produtivas e institucionais que vêm ocorrendo no campo brasileiro, não são muitos os estudos que focam na questão populacional associada às atuais mudanças socioeconômicas. De modo

⁵³ Em 2009, aproximadamente 28% dos domicílios rurais recebiam rendimentos do Bolsa Família (constituindo cerca de 2,5 milhões de domicílios) (Maia, 2012).

geral, os estudos demográficos que analisam as áreas rurais estão preocupados basicamente com indicadores mais gerais (como por exemplo, a taxa da fecundidade), e poucos tentam identificar, de modo específico, as mudanças na composição familiar que ocorrem no campo. Majoritária parcela dos estudos que comparam a dinâmica demográfica urbana e rural focam nos processos migratórios entre as áreas. Incontestavelmente, os intensos fluxos migratórios mudaram os rumos da população rural e foram extremamente importantes para a compreensão das condições socioeconômicas da população urbana. Para tanto, embora seja de extrema importância mencionar os efeitos do êxodo rural, esta seção procura comparar outras variações demográficas.

Serão investigadas as mudanças na composição das famílias rurais e urbanas e suas características internas entre 1981 e 2011. Os arranjos familiares analisados foram tipificados a partir da abordagem de ciclo de vida das famílias, considerando, por exemplo, famílias que não contam com a presença de filhos e a idade dos filhos para as demais. Para atingir os objetivos propostos, as famílias também serão analisadas por três grandes estratos de renda: 10% mais ricos, 50% intermediários e 40% mais pobres. Em detalhe, a metodologia utilizada nesta seção se encontra no apêndice A.

2.1. Estrutura etária

Para a investigação das mudanças demográficas é essencial, primeiramente, analisar a distribuição da população brasileira por grupos de idade. Conforme ilustrado abaixo nas pirâmides etárias da população urbana (gráficos 1) e população rural (gráficos 2), as mudanças são drásticas entre 1981 e 2011. O retrato da pirâmide do início dos anos 1980 mostrava uma perspectiva de crescimento da população brasileira. Em 2011 há uma inversão do quadro, revelando uma nova perspectiva: redução da população total e elevado processo de envelhecimento.

Para a conformação desta drástica alteração a elevada queda da taxa de fecundidade teve papel central. Segundo dados do Departamento de População e Indicadores Socioeconômicos do IBGE⁵⁴, em 1981 a taxa de fecundidade total brasileira era de aproximadamente 4 filhos por mulher, enquanto que em 2011 essa taxa caiu para 1,71. Ademais, a fecundidade encontra-se abaixo da taxa de reposição (correspondente ao nível de 2,2 filhos por mulher) desde meados dos anos 2000.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 10 dezembro de 2013.

Em ambas as áreas o grupo etário correspondente à base da pirâmide (até 4 anos de idade) apresentou enorme redução, deixando de ser o grupo mais representativo da população. Entre 1981 e 2011, a participação deste grupo sobre o total da população passou de 12,8% para 6,7% nas áreas urbanas e de 15,1% para 7,6% nas áreas rurais. Em relação à parte superior da pirâmide, nota-se o aumento considerável da população idosa (65 anos ou mais).

Analisando especificamente as pirâmides etárias das áreas rurais, chama atenção a brusca queda da população adulta jovem (particularmente a partir do grupo de 20 e 24 anos de idade), o que sugere a persistente saída de jovens das áreas rurais na busca por melhores oportunidades de trabalho nos centros urbanos. Deve-se destacar que essa queda também pode estar associada, em parte, a outros fatores, como a mortalidade entre jovens e variações de taxas de fecundidade passadas.

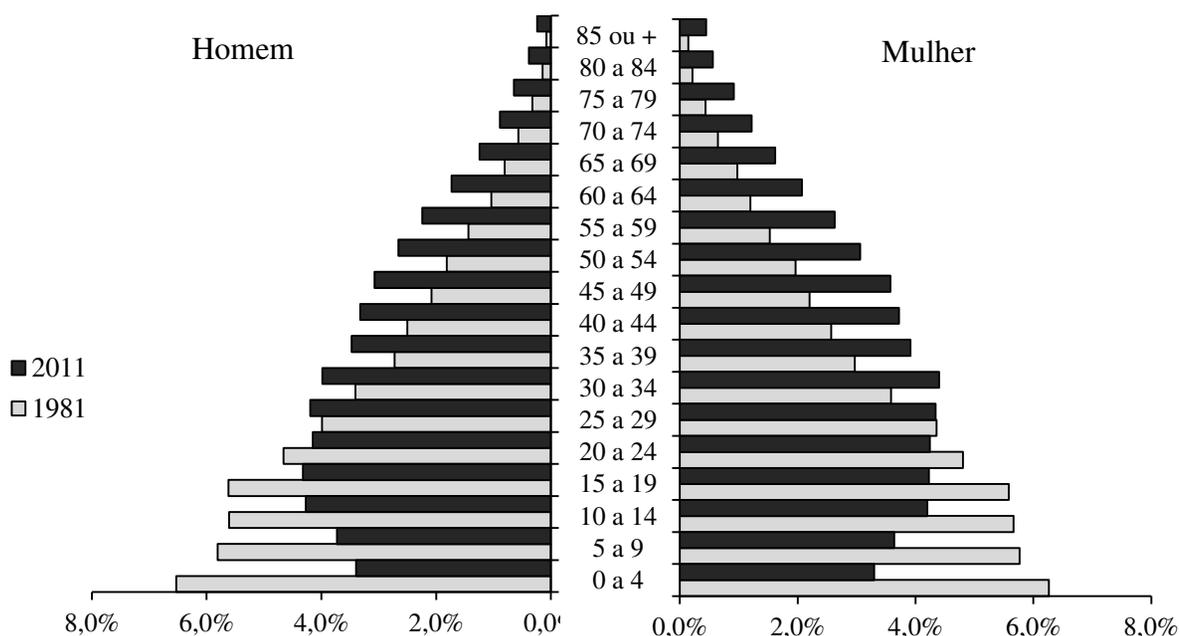
Além disso, em contraposição do que ocorre nas áreas urbanas, as mulheres respondem por parcela menor da população rural – cerca de 48% dos rurais em 2011. Isso ocorre praticamente em quase todas as faixas etárias (com exceção de algumas, especialmente as faixas de idade mais avançada). Essa constatação remete ao fenômeno da masculinização do rural, já muito bem relatado pela literatura, que decorre do diferencial por sexo nos fluxos migratórios (sobremigração feminina) e vem se tornando problema cada vez mais evidente em determinadas regiões brasileiras (Camarano e Abramovay, 1999).

Ademais, a população rural apresenta uma pirâmide pouco mais envelhecida na comparação com a urbana, mas ambas as áreas experimentaram um forte processo de envelhecimento populacional. No entanto, essa dinâmica se desenrolou em dois quadros diferentes. No total da população urbana houve um acréscimo de 82,3 milhões de pessoas entre 1981 e 2011 (quase dobrou a população), enquanto no rural houve redução de quase 8,6 milhões de pessoas. Ao final do período as áreas urbanas abrigavam 165,3 milhões de pessoas e as áreas rurais 25,4 milhões (conforme a tabela 15 no apêndice B).

Esse comportamento é, em grande parte, reflexo do intenso êxodo rural. De acordo com Tafner (2006), ainda nos anos 1980 houve um forte fluxo migratório – cerca de 12,5 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais para as urbanas – e na década de 1990, apesar de não ter ocorrido grandes alterações participativas dos urbanos e rurais sobre o total da população, também ocorreu uma forte transição de pessoas para as áreas urbanas – cerca de 12 milhões de pessoas.

GRÁFICO 1

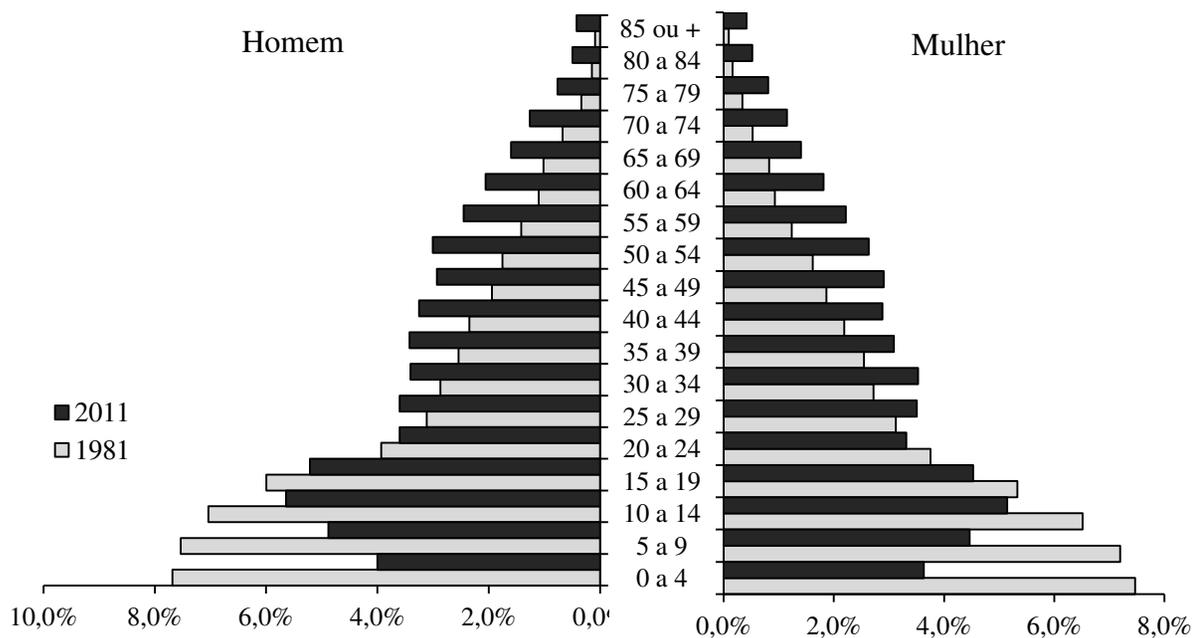
População por grupo de idade segundo gênero. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Nota: dados detalhados na tabela 14 do apêndice B.

GRÁFICO 2

População por grupo de idade segundo gênero. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota: dados detalhados na tabela 14 do apêndice B.

2.2. Composição familiar

A queda da fecundidade também fica evidente na observação da participação dos diferentes tipos de arranjos familiares da população urbana e rural (gráficos 3 e 4). Dentre as mudanças observadas entre 1981 e 2011, destaca-se a redução da participação do arranjo casal com filhos.

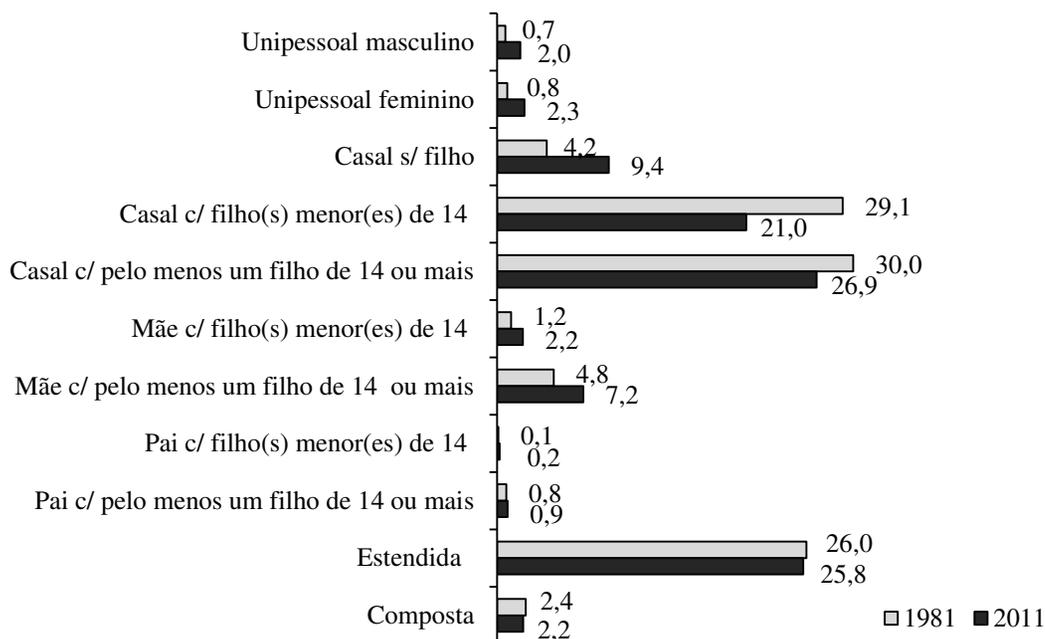
Nas áreas rurais, tanto o arranjo casal com filhos menores de 14 anos como casal com pelo menos um filho de 14 ou mais, tiveram redução pouco acima de 7 pontos percentuais. Já nas áreas urbanas destaque é dado para a redução do arranjo casal com filhos menores de 14: de 8 pontos percentuais. Mas apesar dessa redução, os arranjos formados por casais com filhos continuam respondendo por quase 48% da população urbana e quase 56% da rural em 2011. Paralelamente, destaque é atribuído ao aumento do arranjo casal sem filhos em ambas as áreas (passando de 4,2% para 9,4% nas urbanas e de 3% para 9,9% nas rurais).

Outra mudança importante é o aumento dos arranjos mãe com filhos, principalmente nas áreas urbanas que contou com um acréscimo de 10,6 milhões de pessoas (ver tabela 15 no apêndice B). Especial atenção merece ser dada para as mães com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, que passaram a representar 7,2% do total de urbanos. Já entre os arranjos pai com filhos o aumento participativo foi muito sensível, permanecendo a baixa representatividade no total dos urbanos e rurais.

As famílias estendidas representam elevada parcela da população, 26% dos urbanos e 23% dos rurais em 2011. Ressaltando que o arranjo apresentou aumento participativo significativo entre os rurais, de 4 pontos percentuais, apesar do decréscimo de mais de meio milhão de pessoas. Já nas áreas urbanas, apesar deste arranjo permanecer com participação praticamente inalterada, foi o tipo familiar que apresentou o maior aumento em termos absoluto (mais de 21 milhões de pessoas) (tabela 15 em apêndice B).

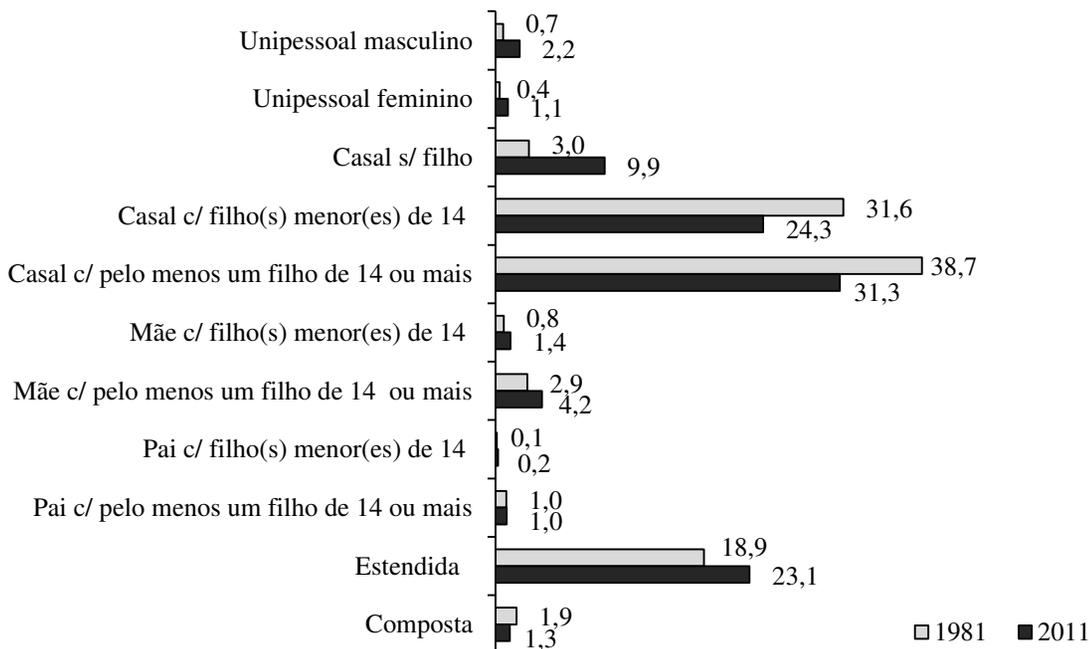
Os grupos unipessoais tiveram aumento de participação nas duas áreas. Nas áreas rurais, ao final do período, os homens que moravam sozinhos respondiam por parcela predominante dos unipessoais (contando com 557 mil pessoas). Já nas áreas urbanas, mulheres que moravam sozinhas são mais frequentes entre a população do que os homens que moravam sozinhos. Esses domicílios unipessoais femininos detinham surpreendentes 3,8 milhões de pessoas nas áreas urbanas.

GRÁFICO 3
Participação dos tipos de arranjo. Brasil – população urbana (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora.

GRÁFICO 4
Participação dos tipos de arranjo. Brasil – população rural (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

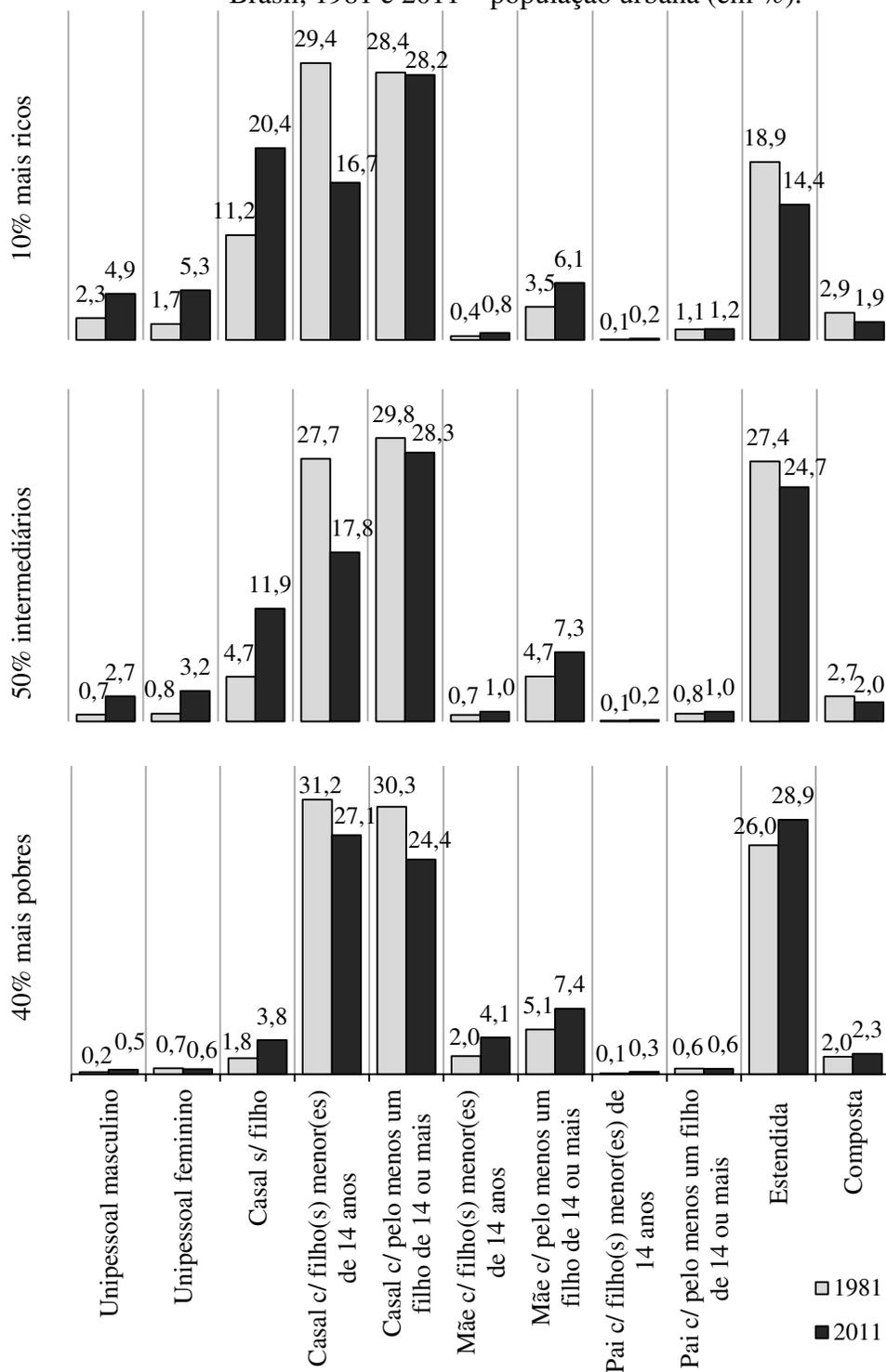
Detalhando essa observação por estrato de renda (gráficos 5 e 6) nota-se que os casais que contam com a presença de filho(s) menores se concentram nos estratos mais baixos da renda. Nas áreas rurais, cerca de 41% da população mais pobre tinham essa descrição familiar, contra 23% dos mais ricos. Assim como apontado por Arriagada (2002), tipos de arranjos familiares que estão em fase de expansão apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica.

Ademais, no período analisado esses diferenciais foram intensificados. O arranjo casal com filhos apresentou redução mais intensa entre os estratos mais elevados, em ambas as áreas observadas. Nas áreas urbanas entre os 10% mais ricos, o arranjo casal com filhos menores de 14 anos reduziu quase 13 pontos percentuais, enquanto no estrato dos 40% mais pobres essa redução foi consideravelmente mais modesta (de 4 pontos percentuais). De modo similar, nas áreas rurais essa redução foi de 11 contra 6 pontos percentuais, entre os mais ricos e entre os mais pobres respectivamente.

De modo complementar, o aumento participativo do arranjo casal sem filho foi maior entre os estratos mais elevados da renda. Entre os rurais mais ricos a participação deste arranjo apresentou um enorme aumento, de cerca de 18 pontos percentuais, contra apenas 2 entre os rurais mais pobres. Vale salientar que dentre todas as discrepâncias entre os estratos de renda, os diferenciais participativos do arranjo casal sem filho são os que mais chamam atenção. Ao final do período, entre os rurais mais ricos esse arranjo respondia por 25,2% contra apenas 2,6% dos rurais mais pobres, já nas áreas urbanas esse diferencial era de 20,4% contra 3,8%. Essa observação implica ressaltar que, como assinalado por Camarano e Kanso (2011), ainda são consideráveis as disparidades da taxa de fecundidade entre a população mais rica e mais pobre, embora tenha ocorrido nos últimos anos redução significativa desses diferenciais por décimos da renda.

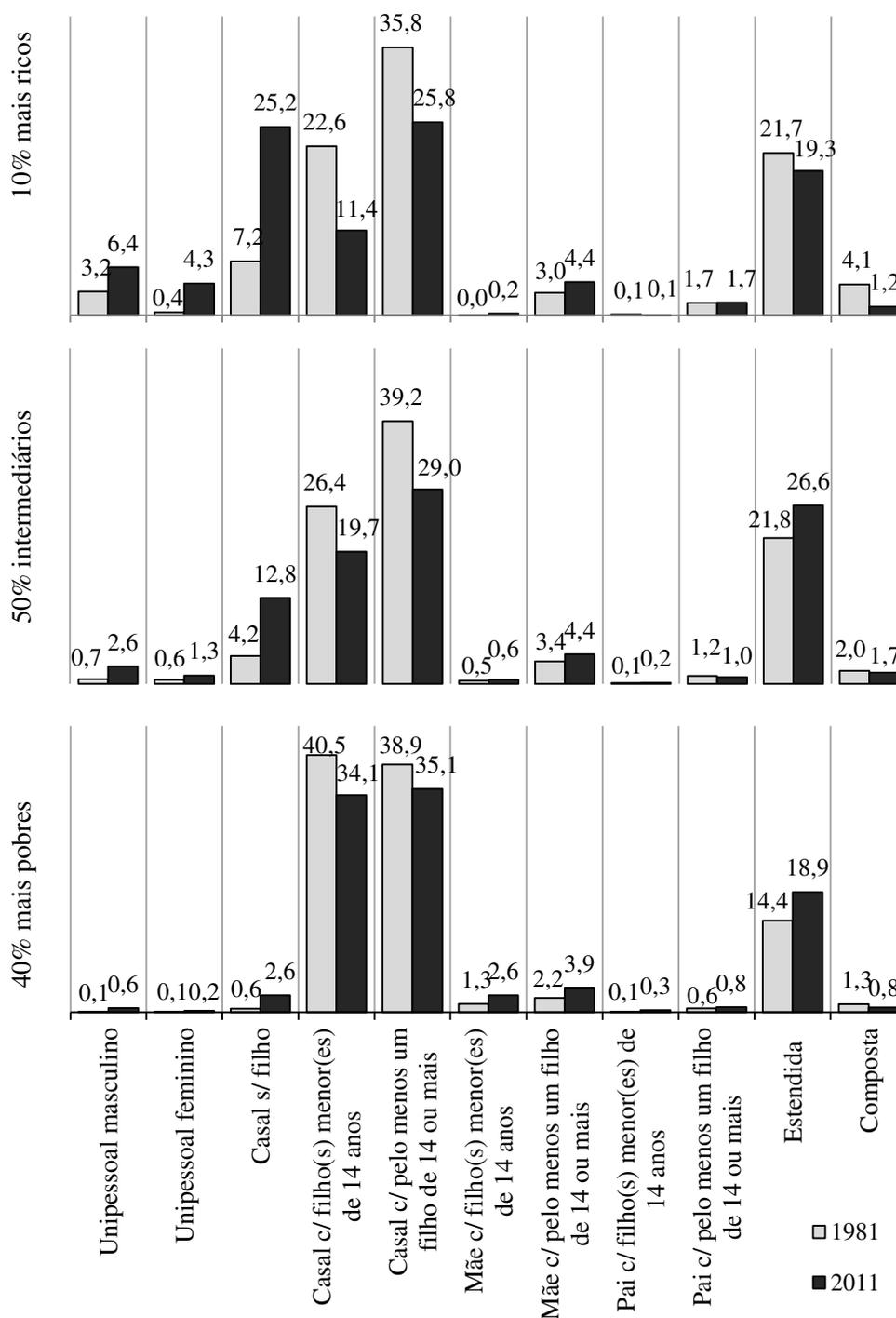
Apesar do arranjo mãe com filhos ser associado com a população mais pobre, também é relevante destacar a significativa participação do arranjo mãe com pelo menos um filho de 14 anos ou mais entre os estratos mais elevados – o que sugere uma elevada participação de filho(s) no mercado de trabalho remunerado. Em 2011, este arranjo representava 7,4% dos mais pobres urbanos e 6,1% dos mais ricos da mesma área. Já nas áreas rurais essa proximidade é mais evidente, esse arranjo detém 4,4% dos mais ricos e 3,9% dos mais pobres. Por outro lado, o arranjo mãe com filhos menores é predominante entre os mais pobres em ambas as áreas.

GRÁFICO 5
Participação dos tipos de arranjo segundo estrato de renda.
Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

GRÁFICO 6
Participação dos tipos de arranjo segundo estrato de renda.
Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Enquanto nas áreas urbanas as famílias estendidas tem maior frequência entre os mais pobres (cerca de 29% do total em 2011), nas áreas rurais as famílias estendidas apresentam maior participação entre a população de renda intermediária (quase 27% do total em 2011). Na evolução durante o período analisado, em ambas as áreas, o arranjo perdeu participação no estrato mais elevado e ganhou entre os mais pobres.

O acréscimo dos grupos unipessoais, foi quase inexistente entre os mais pobres e observado principalmente no estrato mais elevado, chegando a representar parcela significativa dos 10% mais ricos da população rural e urbana. Entre os rurais, por exemplo, os domicílios unipessoais masculinos representavam 6,4% da população mais rica. Nas áreas urbanas destaque é dado para os grupos femininos, que detinham 5,3% dos mais ricos em 2011.

2.3. Famílias estendidas

Para complementar a investigação da composição familiar da população brasileira, é importante investigar com maior detalhe as famílias estendidas brasileiras, visto que este tipo familiar engloba inúmeras possibilidades de composições internas⁵⁵. Acrescenta-se que a abordagem da demografia da família tem se preocupado, nos últimos anos, com a crescente importância dos vínculos multigeracionais, o que contribuiu para o ressurgimento da importante discussão sobre a família estendida (ou ampliada como alguns estudiosos do tema preferem chamá-la)⁵⁶. Essa literatura específica tem mostrado que, com o processo de envelhecimento populacional adicionado à elevada expectativa de vida, as relações entre gerações (cada vez mais distantes) aumentaram entre as famílias domiciliares o que proporcionou uma maior incidência do tipo familiar extenso. Wajnman (2012) assinala o aparecimento de uma “cossobrevivência” entre gerações que aumentam, ao mesmo tempo, as oportunidades e as necessidades de interação, suporte e influência mútua entre os indivíduos de três gerações ou mais.

⁵⁵ Apesar das imensas possibilidades de arranjos, a PNAD não oferece muitas descrições da condição dos indivíduos dentro do domicílio, contando apenas com as definições de: pessoa de referência, cônjuge, filho, outro parente e agregado. O que acaba restringindo investigações mais detalhadas deste tipo familiar.

⁵⁶ A temática da família estendida surgiu quando os estudos começaram a discutir a definição do quadro estrutural dos domicílios em que os países europeus se encontravam no final do século XIX, período que, na visão de muitos estudiosos, prevaleciam famílias deste tipo estendidas principalmente por relações laterais de parentesco (que posteriormente teria dado lugar às chamadas famílias nucleares, constituídas por vínculos mais próximos e com poucas relações horizontais – ou seja, sem a presença de tios, cunhados, sobrinhos, netos, etc.). Vale salientar que esta discussão é bastante controversa e críticos desta abordagem apontam que as famílias estendidas nunca foram prevalentes entre os países europeus neste período apontado. Atualmente, o termo família estendida voltou a ser discutido, porém por outra natureza, devido ao aumento das relações verticais (como por exemplo, entre netos e avós) (Wajnman, 2012).

Na tabela 1, observa-se, de maneira simplificada, a distribuição das famílias estendidas por tipos de arranjo entre as áreas de residência. Em primeiro lugar, chama atenção que em todos os casos analisados as famílias estendidas são constituídas, em grande parcela, por casais com filhos e outro(s) parente(s). No entanto, também em todas as observações, a participação deste arranjo apresentou queda elevada. A maior queda foi observada nos estratos mais elevados da renda das áreas urbanas.

Entre os 40% mais pobre dos urbanos, onde se concentram a maior parcela das famílias estendidas (quase 18 milhões de pessoas – ver tabela 16 do apêndice B –, respondendo por 28% da população urbana mais pobre), o arranjo mãe com filho e outro parente também detém relevante parcela, 31% das famílias estendidas em 2011. De forma dedutiva, essa configuração pode ser fortemente representada, como por exemplo, por mães vivendo com as filhas solteiras e netos (sem a presença de cônjuge). Uma das configurações que apresenta maior vulnerabilidade econômica, conforme relatado pela literatura. Ademais, o aumento deste arranjo (mãe com filho e outro parente) nas áreas urbanas, explica porque as famílias estendidas aumentaram sua participação entre os mais pobres destas áreas (que foi observado anteriormente).

Já nas áreas rurais, onde as famílias estendidas aumentaram sua representatividade entre os estratos mediano e mais pobre da população, também foi significativo o aumento das famílias estendidas constituídas por mãe com filho e outro parente. Entre os medianos esse arranjo chegou a responder por 16% das famílias estendidas rurais e entre os mais pobres essa proporção chegou a 15,1%. No entanto, a formação casal, filho e outro(s) parente(s) ainda responde por parcela majoritária destas famílias estendidas.

Outro ponto que chama atenção é o aumento, de 10 pontos percentuais, do arranjo casal sem filho e outro parente entre as famílias mais ricas das áreas rurais. Esse arranjo passou a responder por 19,8% destas famílias em 2011. Aumento similar, porém menor, foi visto entre os rurais de renda intermediária. Como exemplo ilustrativo, estes arranjos podem ser constituídos por casais mais mãe/pai ou sogro/sogra da pessoa de referência (ou seja, contando com a presença de pessoas com idades mais avançadas).

TABELA 1
Participação de tipos de arranjo das famílias estendidas,
segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural e urbana.

Estrato	Arranjo	Urbano		Rural ¹	
		1981	2011	1981	2011
10% mais ricos	Chefe masculino + outro(s) parente(s)	9,4	11,8	11,5	9,7
	Chefe feminino + outro(s) parente(s)	9,1	14,2	2,5	6,6
	Casal s/ filho + outro(s) parente(s)	9,2	13,4	9,1	19,8
	Casal c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	61,4	43,5	68,6	55,5
	Mãe c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	9,0	14,5	5,3	7,1
	Pai c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	2,0	2,6	3,1	1,3
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
50% intermediários	Chefe masculino + outro(s) parente(s)	4,8	5,9	4,9	3,8
	Chefe feminino + outro(s) parente(s)	4,5	9,3	4,1	6,9
	Casal s/ filho + outro(s) parente(s)	6,0	10,3	7,9	15,4
	Casal c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	67,2	49,1	69,4	54,7
	Mãe c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	15,1	22,4	9,7	16,0
	Pai c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	2,4	3,0	3,9	3,2
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
40% mais pobres	Chefe masculino + outro(s) parente(s)	1,9	2,6	1,1	2,3
	Chefe feminino + outro(s) parente(s)	4,8	6,4	2,3	3,6
	Casal s/ filho + outro(s) parente(s)	4,1	7,9	5,2	8,6
	Casal c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	65,3	49,6	76,6	68,0
	Mãe c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	21,5	31,0	11,6	15,2
	Pai c/ filho(s) + outro(s) parente(s)	2,5	2,5	3,2	2,3
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

¹Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2.4. Tamanho e características ocupacionais das famílias

Na análise do tamanho dos diferentes tipos de família (tabela 2), as áreas rurais apresentam número médio de membros familiares maior na comparação com as áreas urbanas. Apesar deste diferencial permanecer durante o período, houve redução significativa. Em 2011, o tamanho médio das famílias nas áreas rurais era de 3,39 membros, relativamente próximo ao tamanho das urbanas (de 3,12 membros).

Constata-se que, além da queda consideravelmente entre o período analisado da participação das famílias casal com filhos no total da população, em ambas as áreas, o tamanho médio deste arranjo também sofreu forte redução. Dentre todos os arranjos, a maior redução foi observada entre o arranjo casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, que passou de 5,63 para 3,99 membros por família nas áreas urbanas e de 6,66 para 4,37 nas áreas rurais (um saldo

negativo de 1,6 membros e 2,3 membros, respectivamente, que na prática representa redução absoluta do número de filhos).

Do mesmo modo, o arranjo mãe com pelo menos um filho de 14 anos ou mais também apresenta elevada redução do tamanho médio. As famílias estendidas (que representam elevada parcela da população e se caracterizam por maiores números de membros) também contaram com considerável redução do tamanho médio entre o período analisado.

Ademais, todos os tipos familiares que continham filhos ou outros parentes sofreram redução do tamanho médio. O que evidencia a adoção de um padrão caracterizado por um reduzido número filhos entre as famílias brasileiras. Isso pode ser claramente observado quando o número de pessoas por família (P/F) e número de pessoas em idade ativa por família (PIA/F) é comparado entre o período de análise. O número médio de crianças pequenas (menores de 10 anos) por família caiu cerca 58% nas áreas urbanas e 62% nas áreas rurais entre 1981 e 2011.

Em relação às características de inserção no mercado de trabalho (tabela 2), chama atenção o comportamento da razão entre o número de pessoas ocupadas sobre o número de pessoas em idade ativa (O/PIA) nas áreas rurais nas últimas três décadas. A razão de ocupação era passou de 0,59 para 0,48 entre as famílias rurais. A queda significativa de ocupação da população rural pode estar associada ao envelhecimento populacional destas áreas (gerando uma saída natural das pessoas do mercado de trabalho, principalmente considerando que tal saída foi, hipoteticamente, favorecida pelas boas condições de aposentadoria rural) ou a saída de pessoas do mercado de trabalho que estavam ocupadas em precárias condições (devido ao aumento do custo de oportunidade destas pessoas, principalmente considerando as políticas de cunho social criadas durante o período)⁵⁷. Já nas áreas urbanas a razão de ocupação aumentou, passando de 0,50 para 0,55, aumento que deve ter sido gerado, em parcela, pela maior inserção feminina no mercado de trabalho.

Observando a inserção no mercado de trabalho remunerado, pessoas remuneradas sobre pessoas em idade ativa (R/PIA), as diferenças entre as áreas são ainda maiores. Em 2011, a

⁵⁷ É importante frisar que a maior incidência de pobreza pode aumentar a taxa de ocupação dentro das famílias, como por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho. No entanto, essa inserção feminina (em parte) apresenta um caráter precário e pode ser traduzida como uma medida atenuadora da pobreza. Essa discussão é detalhada por Montali (2004) na observação do Brasil dos anos 1990, revelando a importância dos rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho para atenuar o processo de empobrecimento observado neste período. Em suma, levando em consideração essa referência, é importante ressaltar que a queda da proporção de ocupados não revela um aumento da precariedade de inserção ocupacional dos residentes rurais, mas pelo ao contrário, pode (em hipótese) estar sendo acompanhada por uma melhora na qualidade de inserção (daqueles que estão realmente ocupados) e, inclusive, por uma melhora na renda familiar total.

razão de remuneração nas áreas urbanas era de 0,54 e nas áreas rurais era de 0,42. Apesar de não ter ocorrido um aumento elevado da razão nas áreas rurais, é importante ressaltar a queda elevada de pessoas com menos de 10 anos o que favorece um aumento da renda familiar *per capita* total. Além disso, na comparação com a razão de ocupação, conclui-se que o assalariamento aumentou consideravelmente dentre os trabalhadores rurais.

TABELA 2

Número médio de pessoas por família (P/F), pessoas em idade ativa por família (PIA/F), pessoas ocupadas por ativas (O/PIA) e pessoas remuneradas por ativas (R/PIA), segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural.

Arranjo		1981				2011			
		P/F	PIA/F	O/PIA	R/PIA	P/F	PIA/F	O/PIA	R/PIA
População Urbana	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,72	0,72	1,00	1,00	0,70	0,69
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,40	0,39	1,00	1,00	0,41	0,41
	Casal s/ filho	1,98	1,98	0,51	0,51	2,00	2,00	0,59	0,58
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4,24	2,21	0,55	0,54	3,59	2,29	0,65	0,64
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	5,63	4,71	0,47	0,45	3,99	3,70	0,55	0,54
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,08	1,42	0,52	0,52	2,59	1,42	0,53	0,53
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,78	3,39	0,51	0,50	2,74	2,58	0,51	0,50
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,97	1,47	0,58	0,57	2,44	1,61	0,55	0,54
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,67	3,30	0,53	0,51	2,52	2,45	0,55	0,54
	Estendida	5,45	4,20	0,47	0,46	4,24	3,55	0,49	0,49
	Composta	5,38	4,26	0,49	0,47	4,49	3,84	0,54	0,53
<i>Total</i>	<i>4,37</i>	<i>3,21</i>	<i>0,50</i>	<i>0,48</i>	<i>3,12</i>	<i>2,64</i>	<i>0,55</i>	<i>0,54</i>	
População Rural	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,77	0,77	1,00	1,00	0,67	0,67
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,28	0,28	1,00	1,00	0,23	0,22
	Casal s/ filho	2,00	2,00	0,50	0,45	2,00	2,00	0,52	0,47
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4,82	2,28	0,59	0,50	3,83	2,33	0,56	0,50
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	6,66	5,03	0,61	0,38	4,37	3,93	0,48	0,39
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,59	1,46	0,59	0,54	2,98	1,52	0,35	0,34
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,94	3,40	0,60	0,47	3,00	2,77	0,39	0,35
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,19	1,74	0,71	0,62	2,53	1,62	0,45	0,43
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,76	3,24	0,64	0,50	2,73	2,57	0,48	0,44
	Estendida	5,71	4,23	0,56	0,42	4,52	3,71	0,43	0,37
	Composta	5,71	4,30	0,60	0,47	4,62	3,97	0,51	0,43
<i>Total</i>	<i>5,03</i>	<i>3,39</i>	<i>0,59</i>	<i>0,43</i>	<i>3,39</i>	<i>2,77</i>	<i>0,48</i>	<i>0,42</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. ¹Exclusive os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Analisando os diferentes arranjos, nota-se que entre os casais sem filhos das áreas rurais no ano de 2011, a razão de remuneração era de apenas 0,47, sem grandes alterações na comparação com 1981. Revelando que, em certos casos, nenhum membro tinha trabalho remunerado e dependiam totalmente de outras fontes de renda (como a aposentadoria). Já entre o casal sem filhos urbanos, houve um acréscimo mais considerável de membros ocupados e remunerados, o que sugere o aumento da participação dos cônjuges (basicamente das mulheres) no mercado de trabalho.

Embora respondam por parcela relevante da população, as famílias estendidas apresentam baixa participação no mercado de trabalho, principalmente nas áreas rurais. Considerando os remunerados, em 2011, para cada membro com 10 anos ou mais apenas 0,37 tinha remuneração nas áreas rurais. O mesmo ocorre entre os grupos unipessoais femininos: parcelas significativas de mulheres que moram sozinhas não estão ocupadas ou remuneradas. Fato que indica a alta dependência aos rendimentos provenientes de outras fontes, como aposentadorias, transferência de renda ou doação.

Detalhando a observação por estrato da renda (tabelas 3 e 4), em primeiro lugar, destaca-se que o tamanho das famílias são maiores entre a população mais pobre. Dentre as famílias das áreas urbanas, em 2011, os 10% mais ricos tinham em média 2,41 membros, enquanto que nos 40% mais pobres a média era de 3,82. Nas áreas rurais essa diferença é 2,38 de contra 4,35. É importante destacar que houve uma redução desses diferenciais por estrato em ambas as áreas durante o período analisado.

No arranjo casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, a redução foi maior entre os estratos mais pobres em ambas as áreas. Entre os 40% mais pobres o número de membros desse tipo de arranjo passou de 6,88 para 4,48 nas áreas urbanas e de 7,79 para 5,16 nas áreas rurais (correspondente a uma redução de 2,40 e 2,63 filhos, respectivamente). Pode-se dizer que, no início dos anos 1980, estes casais (que se encontravam na fase mais consolidada do ciclo de vida familiar) do estrato mais pobre das áreas rurais chegavam a ter em média 5,79 filhos morando no domicílio, já em 2011 essa média caiu para 3,16 filhos por casal.

Entre os 10% mais ricos a queda do tamanho das famílias do tipo casal com filhos foi menor, mas também relevante (salientando que no início do período o tamanho já era relativamente menor, lembrando que o tamanho mínimo do arranjo é de três integrantes). De modo geral, as famílias de todos os tipos de arranjo pertencentes ao estrato mais elevado da renda

já apresentavam tamanho médio relativamente menor no início dos anos 1980, se comparado aos demais estratos. Não obstante, as famílias estendidas que também apresentaram elevada redução do tamanho médio, tiveram maior redução entre os mais pobres, assim como os demais arranjos.

Passando a observar os membros ocupados e remunerados por membros em idade ativa, destaca-se que as famílias mais pobres apresentam as menores razões de ocupação e remuneração. No meio rural, por exemplo, apenas 30% das pessoas com 10 anos ou mais do estrato mais pobre eram remunerados no trabalho. Nas áreas urbanas as famílias contavam com maiores parcelas de remunerados, porém também era baixa a parcela de remunerados no estrato mais pobre, apenas 40% da PIA.

Nas áreas rurais, a parcela de membros ocupados não remunerados é considerável, especialmente entre os mais pobres (ver tabelas 18 e 19 no apêndice B). Ou seja, mesmo com as mudanças positivas no mercado de trabalho rural, parcela da população não se inseriu em ocupações que trouxessem ganhos monetários e acabam sendo dependentes de outras fontes de renda ou da produção de subsistência. Já nas áreas urbanas a diferença entre o número de ocupados e o número de remunerados por membro em idade ativa é quase insignificante em todos os estratos.

Observando as famílias estendidas entre os mais pobres do meio rural (que detém parcela relevante da população), apenas 26% dos membros com 10 anos ou mais tinham remuneração no trabalho. Ademais, a maioria dos arranjos apresentam baixas proporções de remunerados.

Entre o arranjo de casal sem filhos do estrato dos 40% mais pobres, nota-se a baixa participação dos membros no mercado de trabalho em ambas as áreas. Enquanto que nos estratos mais elevados a proporção de ocupados é bem maior. Entre os 10% mais ricos, cerca de 74% tinham remuneração nas áreas urbanas e 64% nas áreas rurais. Indicando a elevada participação no mercado de trabalho remunerado do cônjuge neste estrato da renda.

Chama atenção também que, no estrato mais rico das áreas rurais, todas as mães com filhos menores de 14 anos estão ocupadas no mercado de trabalho remunerado, revelando a alta dependência dos rendimentos provenientes do trabalho destas famílias para a permanência nos estratos mais elevados da renda. Já no estrato mais pobre da renda estas mães contam com baixa inserção no mercado de trabalho remunerado (com razão de remuneração de apenas 0,24).

Ademais, os diferenciais de inserção no mercado de trabalho remunerado são bastante acentuados nas áreas rurais.

TABELA 3

Número médio de pessoas por família (P/F), pessoas em idade ativa por família (PIA/F), pessoas ocupadas por ativas (O/PIA) e pessoas remuneradas por ativas (R/PIA) por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana.

Arranjo		1981				2011			
		P/F	PIA/F	O/PIA	R/PIA	P/F	PIA/F	O/PIA	R/PIA
10% mais ricos	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,87	0,86	1,00	1,00	0,81	0,81
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,65	0,64	1,00	1,00	0,55	0,55
	Casal s/ filho	1,98	1,98	0,65	0,64	2,00	2,00	0,74	0,74
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,71	2,16	0,66	0,66	3,33	2,24	0,8	0,79
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	4,17	3,99	0,5	0,49	3,6	3,5	0,64	0,63
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,39	1,36	0,65	0,65	2,1	1,48	0,64	0,63
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	2,85	2,8	0,6	0,59	2,36	2,35	0,65	0,65
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,8	1,42	0,57	0,57	2,14	1,5	0,65	0,65
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	2,95	2,89	0,6	0,6	2,31	2,3	0,65	0,65
	Estendida	4,12	3,6	0,54	0,54	3,42	3,18	0,6	0,6
	Composta	4,09	3,62	0,6	0,58	3,55	3,31	0,71	0,71
<i>Total</i>	<i>3,17</i>	<i>2,65</i>	<i>0,58</i>	<i>0,58</i>	<i>2,41</i>	<i>2,22</i>	<i>0,68</i>	<i>0,68</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,77	0,77	1,00	1,00	0,7	0,69
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,44	0,44	1,00	1,00	0,37	0,37
	Casal s/ filho	1,98	1,98	0,52	0,52	2,00	2,00	0,59	0,58
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,90	2,17	0,58	0,57	3,38	2,27	0,76	0,76
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	5,22	4,65	0,51	0,49	3,79	3,61	0,62	0,61
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,58	1,38	0,58	0,58	2,23	1,42	0,66	0,66
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,52	3,35	0,57	0,57	2,55	2,5	0,6	0,6
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,57	1,4	0,64	0,64	2,23	1,51	0,61	0,61
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,58	3,34	0,56	0,54	2,44	2,4	0,62	0,62
	Estendida	5,24	4,25	0,51	0,51	3,96	3,48	0,57	0,56
	Composta	5,38	4,42	0,5	0,49	4,22	3,77	0,61	0,6
<i>Total</i>	<i>4,13</i>	<i>3,23</i>	<i>0,53</i>	<i>0,52</i>	<i>2,85</i>	<i>2,54</i>	<i>0,62</i>	<i>0,61</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,2	0,2	1,00	1,00	0,36	0,35
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,17	0,16	1,00	1,00	0,34	0,33
	Casal s/ filho	2,00	2,00	0,26	0,26	2,00	2,00	0,37	0,36
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4,87	2,28	0,47	0,47	3,84	2,31	0,52	0,51
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	6,88	5,08	0,4	0,38	4,48	3,9	0,39	0,38
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,39	1,44	0,49	0,48	2,76	1,42	0,47	0,47
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	4,39	3,58	0,4	0,39	3,15	2,78	0,33	0,33
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,66	1,57	0,5	0,49	2,66	1,7	0,48	0,47
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	4,31	3,5	0,42	0,4	2,79	2,62	0,3	0,3
	Estendida	6,13	4,28	0,4	0,38	4,73	3,67	0,38	0,37
	Composta	6,13	4,3	0,39	0,37	5,03	4,03	0,4	0,39
<i>Total</i>	<i>5,23</i>	<i>3,39</i>	<i>0,41</i>	<i>0,4</i>	<i>3,82</i>	<i>2,91</i>	<i>0,41</i>	<i>0,40</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

TABELA 4

Número médio de pessoas por família (P/F), pessoas em idade ativa por família (PIA/F), pessoas ocupadas por ativas (O/PIA) e pessoas remuneradas por ativas (R/PIA) por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural.

Arranjo		1981				2011			
		P/F	PIA/F	O/PIA	R/PIA	P/F	PIA/F	O/PIA	R/PIA
10% mais ricos	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,95	0,95	1,00	1,00	0,81	0,81
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,71	0,71	1,00	1,00	0,27	0,26
	Casal s/ filho	2,00	1,99	0,63	0,57	2,00	2,00	0,73	0,66
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,84	2,21	0,61	0,55	3,44	2,32	0,78	0,70
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	5,14	4,68	0,66	0,46	3,70	3,59	0,71	0,63
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,01	1,00	1,00	1,00	2,42	1,00	1,00	1,00
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,37	3,29	0,74	0,62	2,22	2,22	0,54	0,51
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,81	2,51	0,78	0,49	2,00	1,00	1,00	1,00
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	2,97	2,87	0,79	0,66	2,30	2,30	0,76	0,72
	Estendida	4,90	4,13	0,62	0,51	3,70	3,39	0,62	0,53
	Composta	4,95	4,24	0,66	0,57	4,19	3,99	0,66	0,57
<i>Total</i>	<i>3,72</i>	<i>3,09</i>	<i>0,66</i>	<i>0,53</i>	<i>2,38</i>	<i>2,23</i>	<i>0,69</i>	<i>0,62</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,61	0,60	1,00	1,00	0,63	0,63
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,20	0,20	1,00	1,00	0,18	0,18
	Casal s/ filho	2,00	1,99	0,45	0,41	2,00	2,00	0,45	0,41
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4,34	2,23	0,61	0,52	3,49	2,29	0,65	0,60
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	6,29	5,00	0,63	0,41	3,90	3,71	0,53	0,45
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,83	1,48	0,58	0,56	2,45	1,38	0,59	0,59
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,61	3,26	0,60	0,48	2,71	2,65	0,43	0,39
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,89	1,60	0,67	0,62	2,21	1,44	0,54	0,49
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	3,59	3,21	0,61	0,50	2,51	2,45	0,47	0,44
	Estendida	5,44	4,18	0,57	0,44	4,23	3,60	0,44	0,38
	Composta	5,42	4,10	0,61	0,48	4,53	3,93	0,52	0,45
<i>Total</i>	<i>4,63</i>	<i>3,37</i>	<i>0,59</i>	<i>0,45</i>	<i>3,09</i>	<i>2,69</i>	<i>0,50</i>	<i>0,45</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	1,00	1,00	0,77	0,73	1,00	1,00	0,49	0,48
	Unipessoal feminino	1,00	1,00	0,46	0,46	1,00	1,00	0,31	0,28
	Casal s/ filho	2,00	1,99	0,59	0,48	2,00	2,00	0,42	0,35
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	5,53	2,35	0,56	0,47	4,14	2,35	0,47	0,40
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	7,79	5,21	0,57	0,30	5,16	4,30	0,37	0,26
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4,13	1,46	0,59	0,52	3,15	1,59	0,26	0,24
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	5,09	3,81	0,55	0,38	3,95	3,23	0,25	0,20
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4,17	1,76	0,72	0,69	2,89	1,80	0,36	0,36
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	5,63	3,90	0,59	0,31	3,60	3,08	0,33	0,27
	Estendida	6,68	4,34	0,48	0,32	5,46	4,04	0,31	0,26
	Composta	7,19	4,76	0,54	0,35	5,20	3,93	0,33	0,30
<i>Total</i>	<i>6,26</i>	<i>3,55</i>	<i>0,55</i>	<i>0,36</i>	<i>4,35</i>	<i>3,13</i>	<i>0,38</i>	<i>0,30</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No geral, as famílias apresentam características bem distintas entre os diferentes estratos de renda. Enquanto no estrato dos 10% mais rico são famílias pequenas e com maiores parcelas de ocupados e remunerados, no estrato mais pobre são famílias relativamente mais numerosas e com baixíssima participação no mercado de trabalho (para a maioria dos casos).

2.5. Razão de dependência das famílias

Para complementar a caracterização das famílias urbanas e rurais é importante observar a presença de crianças e idosos dentro de cada arranjo familiar. Para tal investigação, calculou-se, em 1981 e 2011, a razão de dependência infantil, idosa e total (tabela 5). A razão de dependência considera a participação relativa das pessoas dependentes (crianças e idosos) sobre a população em idade ativa. Os resultados mostram que, como o revelado pela análise das pirâmides etárias, a população rural apresenta menor representatividade das pessoas em idade ativa, sendo que tanto a razão de dependência idosa como, principalmente, a razão de dependência infantil são maiores nestas áreas.

Na evolução da razão de dependência total, durante o período analisado, ambas as áreas apresentaram redução, mas a queda foi mais intensa no rural. Em detalhe, essa razão total passou de 0,67 para 0,44 entre as famílias urbanas e de 0,91 para 0,57 entre as famílias rurais (redução relativamente maior).

Salienta-se que a redução da razão de dependência total, em ambas as áreas, foram puxadas exclusivamente pela queda do número de crianças em relação ao número de pessoas com idade ativa – ou seja, pela queda da razão de dependência infantil. Não obstante, as áreas rurais apresentaram queda da razão de dependência infantil maior na comparação com as áreas urbanas.

Por outro lado, movimento inverso foi observado na evolução da razão de dependência idosa. Essa razão aumentou tanto nas áreas urbanas como principalmente nas áreas rurais. Em termos absolutos (tabela 20 no apêndice B), a população idosa passou de 3,6 milhões para 13,5 milhões nas áreas urbanas e de 1,4 milhões para 2,4 milhões nas áreas rurais.

As famílias estendidas, que detém parcela considerável da população brasileira, explicam bem estes dois movimentos observados nas áreas urbanas e rurais: i) queda da participação da população infantil e ii) aumento da participação da população idosa. Mas como *i* teve maior intensidade que *ii*, o resultado final foi uma redução da participação da população dependente total.

A razão de dependência idosa é elevada entre os grupos unipessoais, especialmente entre os grupos femininos e nas áreas rurais. O arranjo casal sem filhos também apresenta elevada participação de idosos, revelando que parcela relevante deste tipo domiciliar se encontra no estágio final do ciclo de vida familiar.

TABELA 5
Razão de Dependência (RD) Infantil, Idosa e Total por tipo de arranjo.
Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural.

Estrato	Arranjo	1981			2011		
		RD infantil	RD idosa	RD total	RD infantil	RD idosa	RD total
População Urbana	Unipessoal masculino	0	0,24	0,24	0	0,24	0,24
	Unipessoal feminino	0	0,63	0,63	0	0,73	0,73
	Casal s/ filho	0	0,22	0,22	0	0,26	0,26
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,14	0,00	1,15	0,80	0,00	0,80
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,46	0,03	0,49	0,20	0,05	0,26
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,10	0,01	2,10	1,60	0,00	1,61
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,31	0,06	0,37	0,18	0,11	0,28
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,14	0,09	2,23	1,49	0,04	1,53
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,31	0,11	0,42	0,11	0,16	0,27
	Estendida	0,51	0,13	0,64	0,34	0,17	0,51
	Composta	0,48	0,10	0,58	0,28	0,10	0,38
<i>Total</i>	<i>0,59</i>	<i>0,07</i>	<i>0,67</i>	<i>0,33</i>	<i>0,12</i>	<i>0,44</i>	
População Rural ¹	Unipessoal masculino	0	0,34	0,34	0	0,43	0,43
	Unipessoal feminino	0	1,55	1,55	0	1,38	1,38
	Casal s/ filho	0	0,32	0,32	0	0,35	0,35
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,44	0,01	1,45	0,92	0,00	0,92
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,72	0,04	0,75	0,30	0,06	0,37
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,66	0,03	2,69	2,01	0,01	2,02
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,43	0,09	0,51	0,26	0,17	0,42
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,47	0,13	2,60	1,70	0,11	1,81
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,41	0,13	0,54	0,20	0,26	0,46
	Estendida	0,64	0,17	0,81	0,43	0,23	0,66
	Composta	0,57	0,10	0,67	0,31	0,20	0,51
<i>Total</i>	<i>0,83</i>	<i>0,08</i>	<i>0,91</i>	<i>0,42</i>	<i>0,15</i>	<i>0,57</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. ¹Exclui os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Como o esperado, os arranjos que contavam com a presença de filhos menores de 14 anos destacam-se pela elevada participação relativa de crianças. Mas estes arranjos tiveram as maiores reduções da razão de dependência total. Por exemplo, nas áreas rurais, onde a redução foi maior, as famílias constituídas por mães com filhos menores de 14 anos tinham, em média, 1,44 crianças para cada adulto em 1981, passando para 0,92 em 2011.

Vale ressaltar que os arranjos constituídos por casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais apresentam razão de dependência infantil relativamente baixa, sugerindo que parcela bastante significativa destes arranjos são constituídos por casais e filhos em idade ativa (adultos), principalmente nas áreas urbanas, ou seja, famílias consolidadas e menos vulneráveis (que não contam com gastos de cuidado infantil e oferecem melhores condições para a inserção de membros no mercado de trabalho remunerado).

Os diferenciais da razão de dependência por estrato de renda (tabelas 6 e 7) são bastante elevados, mas é importante destacar que esse diferencial apresentou redução durante o período. Nas áreas rurais, a redução das diferenças das razões de dependência entre os estratos foi mais intensa. Entre o período analisado, a razão de dependência total da população rural mais pobre caiu quase pela metade, chegando a 0,72 em 2011. O fator que mais contribuiu para a redução dos diferenciais de razão de dependência entre os estratos foi o aumento da razão de dependência idosa entre os mais ricos. Entre os 10% mais ricos do meio rural, para cada adulto existiam 0,08 idoso em 1981, passando para 0,26 em 2011, enquanto que no estrato mais pobre os idosos permaneceram com participação relativa muito baixa e sem alteração expressiva. Para tal dinâmica, as políticas de previdência rural tiveram papel crucial, ao promoverem o aumento dos benefícios das aposentadorias e da base de beneficiados nestas áreas rurais.

De maneira similar, nas áreas urbanas os idosos estão relativamente mais presentes no estrato intermediário e no estrato mais rico (ainda que em intensidade bastante menor ao observado entre os rurais mais ricos). Paralelamente, entre os mais pobres urbanos a participação desta população idosa reduziu-se sensivelmente ao longo do período.

Por outro lado, a razão de dependência infantil apresentou dinâmica inversa, apresentando redução mais elevada entre os estratos mais ricos em ambas as áreas. Entre a população 10% mais rica, a razão de dependência infantil caiu pela metade nas áreas urbanas (passando de 0,29 para 0,14) e nas áreas rurais essa queda foi ainda maior (passando de 0,35 para 0,14).

Em todos os estratos, a redução da razão de dependência infantil foi maior entre os arranjos com filhos menores de 14 anos (pai com filhos, seguido pelo arranjo mãe com filhos e casal com filhos).

TABELA 6
Razão de Dependência (RD) infantil, idosa e total por tipo de arranjo,
segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana.

Estrato	Arranjo	1981			2011		
		RD infantil	RD idosa	RD total	RD infantil	RD idosa	RD total
10% mais ricos	Unipessoal masculino	0	0,11	0,11	0	0,17	0,17
	Unipessoal feminino	0	0,26	0,26	0	0,56	0,56
	Casal s/ filho	0	0,13	0,13	0	0,19	0,19
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,87	0,00	0,87	0,67	0,01	0,67
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,14	0,04	0,18	0,08	0,07	0,15
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,39	0,00	1,39	1,11	0,01	1,12
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,05	0,09	0,15	0,03	0,14	0,16
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,80	0,00	1,80	1,18	0,04	1,22
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,07	0,17	0,25	0,03	0,16	0,19
	Estendida	0,23	0,17	0,40	0,14	0,24	0,38
	Composta	0,22	0,11	0,32	0,12	0,12	0,23
	<i>Total</i>		<i>0,29</i>	<i>0,08</i>	<i>0,37</i>	<i>0,14</i>	<i>0,14</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	0	0,20	0,20	0	0,31	0,31
	Unipessoal feminino	0	0,49	0,49	0	0,93	0,94
	Casal s/ filho	0	0,18	0,18	0	0,31	0,31
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,97	0,00	0,97	0,69	0,00	0,70
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,31	0,03	0,34	0,13	0,06	0,19
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,59	0,00	1,59	1,23	0,00	1,24
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,16	0,06	0,22	0,07	0,13	0,21
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,74	0,11	1,85	1,26	0,02	1,28
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,25	0,10	0,35	0,06	0,17	0,24
	Estendida	0,39	0,12	0,50	0,24	0,19	0,44
	Composta	0,42	0,09	0,51	0,20	0,12	0,33
	<i>Total</i>		<i>0,45</i>	<i>0,07</i>	<i>0,51</i>	<i>0,22</i>	<i>0,15</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	0	1,09	1,09	0	0,05	0,05
	Unipessoal feminino	0	1,45	1,45	0	0,13	0,13
	Casal s/ filho	0	0,63	0,63	0	0,18	0,18
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,46	0,01	1,47	0,92	0,00	0,93
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,83	0,03	0,86	0,38	0,03	0,41
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,42	0,01	2,43	1,77	0,01	1,77
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,60	0,05	0,65	0,37	0,05	0,42
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,88	0,08	2,96	1,74	0,04	1,78
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,59	0,08	0,68	0,28	0,13	0,41
	Estendida	0,79	0,14	0,93	0,51	0,12	0,63
	Composta	0,76	0,10	0,87	0,43	0,07	0,50
	<i>Total</i>		<i>0,96</i>	<i>0,08</i>	<i>1,04</i>	<i>0,55</i>	<i>0,06</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

TABELA 7
Razão de Dependência (RD) infantil, idosa e total por tipo de arranjo,
segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural.

Estrato	Arranjo	1981			2011		
		RD Infantil	RD Idosa	RD Total	RD Infantil	RD Idosa	RD Total
10% mais ricos	Unipessoal masculino	0	0,17	0,17	0	0,54	0,54
	Unipessoal feminino	0	0,42	0,42	0	1,92	1,92
	Casal s/ filho	0	0,16	0,16	0	0,33	0,33
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,94	0,00	0,94	0,72	0,00	0,73
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,25	0,05	0,30	0,12	0,07	0,19
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,01	0,00	2,01	1,42	0,00	1,42
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,13	0,09	0,22	0,00	0,42	0,42
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,81	0,00	1,81	-	-	-
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,15	0,09	0,24	0,07	0,42	0,49
	Estendida	0,32	0,13	0,45	0,16	0,29	0,45
	Composta	0,32	0,08	0,40	0,08	0,12	0,20
	<i>Total</i>	<i>0,35</i>	<i>0,08</i>	<i>0,42</i>	<i>0,14</i>	<i>0,26</i>	<i>0,40</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	0	0,56	0,56	0	0,49	0,49
	Unipessoal feminino	0	2,13	2,13	0	1,46	1,46
	Casal s/ filho	0	0,41	0,41	0	0,44	0,44
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,19	0,01	1,20	0,75	0,01	0,76
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,60	0,04	0,64	0,17	0,11	0,28
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,93	0,06	1,99	1,52	0,05	1,56
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,32	0,11	0,43	0,09	0,19	0,29
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,09	0,11	2,20	1,33	0,10	1,43
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,34	0,16	0,50	0,11	0,31	0,42
	Estendida	0,56	0,19	0,75	0,37	0,30	0,67
	Composta	0,54	0,12	0,65	0,33	0,28	0,61
	<i>Total</i>	<i>0,67</i>	<i>0,10</i>	<i>0,77</i>	<i>0,29</i>	<i>0,21</i>	<i>0,50</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	0	0,08	0,08	0	0,05	0,05
	Unipessoal feminino	0	0,67	0,67	0	0,20	0,20
	Casal s/ filho	0	0,16	0,17	0,01	0,01	0,02
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,80	0,01	1,81	1,07	0,00	1,08
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1,08	0,02	1,10	0,52	0,01	0,53
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,16	0,01	3,17	2,15	0,00	2,15
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,86	0,04	0,90	0,66	0,01	0,67
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3,55	0,12	3,67	2,02	0,07	2,09
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,95	0,05	0,99	0,41	0,06	0,47
	Estendida	0,99	0,17	1,16	0,64	0,08	0,72
	Composta	0,97	0,08	1,06	0,43	0,06	0,49
	<i>Total</i>	<i>1,30</i>	<i>0,04</i>	<i>1,35</i>	<i>0,70</i>	<i>0,02</i>	<i>0,72</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em relação ao aumento intenso da razão de dependência idosa entre a população mais rica das áreas rurais, tiveram papel importante o arranjo de casais sem filhos e famílias

estendidas, além dos arranjos unipessoais que contaram com crescimento relevante da população idosa. Nas áreas urbanas esses arranjos também foram os maiores responsáveis pelo envelhecimento do estrato mais rico.

Em suma, como o esperado, a população infantil tem maior participação relativa entre os mais pobres. Somado a isso, ao passo que os mais ricos apresentaram maiores reduções da razão de dependência infantil, os diferenciais dessa razão aumentaram ao longo do período analisado.

Conclusão do capítulo

Este capítulo tentou mostrar as mudanças observadas no Brasil ao longo das últimas três décadas, tanto do quadro socioeconômico como do quadro demográfico. Em relação às primeiras, podemos dizer que desenhou-se um quadro favorável para a redução da vulnerabilidade socioeconômica de grande parte da população pobre brasileira, devido a adoção de medidas positivas de cunho trabalhista, a implementação de programas sociais de transferência de renda e da universalização da previdência social. Quanto à previdência, teve destaque o aumento de beneficiados nas áreas rurais, que foram amplamente favorecidas por tais políticas. Programas sociais de transferência de renda também apresentaram impactos relevantes nas áreas rurais, onde a pobreza é relativamente mais incidente. Por fim, ressalta-se que o meio rural brasileiro também passou por profundas transformações produtivas (aumento da produção agrícola acompanhada pelo aumento da produtividade, principalmente do fator trabalho).

Paralelo a estas transformações, verificou-se que a população brasileira está cada vez mais adotando um padrão reduzido de família (principalmente frente à substancial redução do tamanho destas famílias). Para uma melhor compreensão das mudanças demográficas analisadas, foram extremamente valiosas as considerações dos diferenciais entre as áreas urbanas e rurais, assim como entre os estratos da renda.

Na comparação dos indicadores demográficos entre as áreas rurais e urbanas, notou-se queda das disparidades em relação ao: i) tamanho das famílias; ii) razão de dependência total (apesar do aumento mais acentuado da razão de dependência idosa nas áreas rurais).

Cabe ressaltar que houve queda da proporção de membros ocupados (sobre o número de pessoas com 10 anos ou mais) nas áreas rurais, entretanto a parcela de remunerados aumento

sua participação entre os ocupados (devido o processo de assalariamento do meio rural brasileiro). Sugerindo que o esperado aumento da renda das áreas rurais foi promovido por melhorias das condições de mercado de trabalho dos ocupados, além da promoção da renda proveniente de outras fontes, como da previdência rural.

Quanto aos resultados por estratos de renda, vimos que houve redução dos diferenciais de tamanho das famílias. Entretanto, houve o aumento das disparidades por estrato de um indicador em especial e de extrema importância (em vista dos seus impactos potenciais, como foi ressaltado pela literatura). Trata-se da razão de dependência infantil que apresentou queda mais acentuada entre os mais ricos. Esse comportamento discrepante foi claramente observado na investigação das composições familiares, sendo que as duas mudanças familiares que marcaram o período, i) aumento da participação do arranjo casal sem filhos e ii) queda da participação dos arranjos casais com filhos, foram observadas com maior intensidade no estrato mais rico da população (rural e urbana).

Em síntese, conclui-se que ambas as transformações destacadas no capítulo, do quadro produtivo e institucional e do quadro demográfico, conformaram um cenário favorável para a melhoria da renda das famílias, principalmente nas áreas rurais. Mas, em exame mais detalhado, algumas mudanças demográficas se concentraram entre os estratos mais elevados da renda, o que pode ter gerado, na prática, contribuições desiguais – questão que será detalhada no capítulo seguinte.

Capítulo 3. Impactos das mudanças demográficas na distribuição de renda e uma investigação da dinâmica do crescimento da renda nas áreas urbanas e rurais

Introdução

Certamente o crescimento da renda da população brasileira, observada nos últimos anos e atestada por diversos estudos, está diretamente relacionado com as transformações produtivas e institucionais que ocorreram ao longo das últimas décadas. Por outro lado, esse crescimento também pode estar relacionado com as transformações demográficas da população brasileira. Como por exemplo, o encolhimento da base das pirâmides etárias está intimamente ligado com melhores condições de captação e divisão da renda sob um nível domiciliar: relação já apontada por estudos brasileiros (Rocha, 2013; Barros *et al.*, 2007). No entanto, é difícil saber em que medida as mudanças demográficas da população estão relacionadas com o comportamento da renda. Calcular tal relação constitui-se uma tarefa de difícil execução (visto a diversidade de metodologias e de abordagens que determinam a escolha dos indicadores utilizados para tal investigação).

Para analisar estes efeitos das mudanças demográficas, em primeiro lugar, considera-se que o Brasil ainda não atingiu os estágios mais avançados da transição demográfica (como o observado entre os países europeus, onde praticamente toda a população do país já experimentou a queda da taxa da fecundidade e as desigualdades das características demográficas são pequenas). Desta forma, as disparidades dos acontecimentos demográficos entre a população brasileira ainda são relevantes (principalmente entre áreas mais ou menos desenvolvidas e entre a população mais rica e mais pobre – como observado no capítulo anterior).

Em segundo lugar, é importante destacar que o presente estudo parte do entendimento de que diferenças nas estruturas familiares representam mecanismos de reprodução da desigualdade de renda dentro de um determinado país, assim como assinalado por McLanahan e Percheski (2008). Logo, mudanças participativas de determinados grupos familiares geram impactos sobre a distribuição de renda.

Na conformação destes fatores, atingindo o ponto central deste estudo, este capítulo procura quantificar os efeitos das mudanças na composição das famílias sobre a distribuição de

renda, comparando os resultados entre as áreas urbanas e rurais, assim como entre os diferentes estratos de renda. Ademais, busca-se identificar se, no caso brasileiro, as mudanças demográficas apresentaram impactos desiguais e se tais impactos foram ocasionados por mudanças específicas dentro da composição familiar.

Acrescenta-se que considerando como foco do estudo a variação da renda das famílias brasileiras, podemos dizer que, obviamente, não foram apenas os fatores demográficos que afetaram nesta variação. Logo, de forma complementar, também foram avaliadas outras mudanças que impactaram na renda domiciliar (entre as áreas rurais e urbanas e entre estratos da renda). Para isso, vamos identificar as principais fontes de renda que contribuíram para a formação da renda domiciliar das famílias brasileiras e as alterações no período analisado. Desta forma, busca-se sinteticamente tratar da contribuição das políticas públicas sociais e das mudanças observadas no mercado de trabalho.

Em suma, objetiva-se avaliar (i) a contribuição das mudanças demográficas (detalhadas no capítulo anterior) sobre a variação da renda das famílias e, adicionalmente, (ii) avaliar a contribuição das diferentes fontes de renda na variação da renda destas famílias. Logo, este capítulo está dividido em duas grandes seções onde serão analisadas, respectivamente, a dinâmica da composição das famílias (por tipos de arranjos domiciliares) e a dinâmica da composição da renda domiciliar (por tipos de fonte de renda).

1. Impactos das mudanças demográficas sobre as condições socioeconômicas da população brasileira

Mesmo antes das discussões da segunda transição demográfica, a literatura nacional esteve bastante atualizada em relação aos estudos sobre as mudanças demográficas. Da mesma forma, o surgimento de estudos brasileiros que abordavam a demografia da família também seguiu rapidamente aos avanços da literatura internacional. Já no início dos anos 1980, surgiram os primeiros trabalhos que discutiam as mudanças demográficas pela perspectiva da família e as aplicações para o caso brasileiro⁵⁸. Wajmann (2012) aponta que, nos últimos anos, diversos foram os avanços dos estudos internacionais em relação às aplicações de novas metodologias na área de modelagem demográfica, porém esses avanços não foram observados entre os estudos brasileiros.

⁵⁸ Destacando os trabalhos de Goldani, Ortiz e Berquó, segundo Wajmann (2012).

De acordo com a autora, foi a falta de grandes *surveys* que abordem mais profundamente esta temática específica que prejudicou o andamento dos estudos brasileiros, dificultando também as pesquisas que iam mais além das observações simples das mudanças demográficas. As grandes bases de dados disponíveis no país não apresentaram profundas mudanças em relação a ampliação do questionário sobre as características familiares e por vezes as modificações ocorridas (como cortes de variáveis ou modificações da estrutura de questionários) acabaram prejudicam o acompanhamento das características demográficas das famílias.

Além deste problema metodológico, a própria complexidade das mudanças demográficas representa um obstáculo para a avaliação dos seus efeitos sobre a condição de vida das pessoas. Os trabalhos mais recentes têm discutido as perspectivas das mudanças demográficas por diferentes ângulos no Brasil e diversas são as opções de análise. Não obstante, por vezes os resultados não são muito similares entre os diferentes estudos. Ademais, grande parcela dos estudos acabam focando uma única característica demográfica da população, como por exemplo, quantificar os impactos da variação da taxa total de fecundidade ou da taxa de dependência total⁵⁹.

Somada a essas diferenciações metodológicas, é importante ressaltar que existem diversos indicadores que desenharam a condição socioeconômica de uma determinada população. No caso deste presente estudo, optou-se em avaliar os impactos das mudanças demográficas sobre a renda domiciliar *per capita*.

Nesta direção, para Barros e Mendonça (1995) a família domiciliar constitui uma unidade em que os recursos individuais passam a ser tratados como recursos comuns a todos que pertencem ao grupo. Complementando, os autores ressaltam que não necessariamente a renda adquirida por um indivíduo é disponibilizada apenas para o consumo do mesmo e indivíduos que não recebem rendimentos, como a população infantil, não têm maior probabilidade de serem

⁵⁹ Entre os estudos brasileiros mais recentes sobre os impactos potenciais das mudanças demográficas sobre indicadores socioeconômicos, destacam-se Barros *et al.* (2007), Leone, Maia e Baltar (2010), Wajnman, Turra e Agostinho (2007) e Barros, Firpo, Guedes e Leite (2003). Um exemplo que vale ressaltar é o estudo de Barros *et al.* (2007) que objetivou avaliar os efeitos das mudanças das participações de adultos dentro dos domicílios (analisando o comportamento da taxa de dependência) sobre a renda da população e chega a conclusão de que as mudanças demográficas contribuíram com 4% da redução da desigualdade de renda entre 2001 e 2005. Cabe destacar que, como se verá, os resultados desta dissertação são diferentes dos atingidos por estes estudos brasileiros, o que pode ser explicado pelo modelo metodológico empregado ou pelo período de captação. Ou seja, a diversidade das metodologias e a complexidade destes eventos demográficos, ampliam o leque de possibilidades de análise, dando margem para resultados bastante controversos, como discutido no capítulo 1.

pobres na comparação daqueles que possuem rendimento – o que mostra a “relação íntima entre família e pobreza” (Barros e Mendonça, 1995: 01).

Apesar da renda domiciliar *per capita* ser uma medida unidimensional e não retratar a real situação dos indivíduos, essa variável é largamente reconhecida como uma boa *proxy* das condições socioeconômicas da população. Sendo que os recursos monetários são essenciais para que as famílias tenham acesso aos bens e serviços que determinam o bem-estar de seus integrantes (Barros *et al.*, 2006).

É sabido que a variável renda e a sua comparação entre as diferentes áreas não considera especificidades das áreas rurais (como diferenças no modo de produção, nas necessidades de consumo, nas redes de apoio entre as pessoas e outras características estruturais) (Rocha, 1993). No entanto, é importante salientar que o presente trabalho não busca quantificar as condições de vida das pessoas (o que exigiria até mesmo uma análise multidimensional). Para as análises pretendidas, o relevante é analisar a variação deste indicador e os fatores que interferem nesta variação. Em outras palavras, não trataremos de analisar a pobreza rural e urbana, mas apenas focar na evolução positiva da renda nas últimas décadas.

Como visto no capítulo anterior a observação das mudanças na composição das famílias, em especial se considerados tipos de arranjos que incluam diferenças dos ciclos de vida das famílias, permite captar e avaliar diversas mudanças demográficas, como a queda da fecundidade, envelhecimento populacional e mudanças nas trajetórias e fases do ciclo de vida, assim como outras características ocupacionais. Detalhamento que se enriquece nas análises entre os diferentes estratos de renda e entre as diferentes áreas de residência (urbana e rural).

Em suma, todas essas considerações serão utilizadas nas próximas análises exploratórias para, finalmente, avaliar os efeitos sobre a renda da população urbana e rural. Antes disso, a próxima subseção analisa a evolução nas últimas três décadas da variável central deste estudo (renda domiciliar *per capita*), que posteriormente será utilizada para o cálculo dos efeitos demográficos.

1.1. Variação da renda domiciliar *per capita* entre os tipos familiares

A tabela 8 mostra a renda domiciliar *per capita* (RDPC) total da população urbana e rural de 1981 e 2011 e a variação da renda entre o período analisado (em percentuais), assim

como as participações dos diferentes arranjos familiares no total da população de cada área. Em primeiro lugar, os resultados apontam que houve forte crescimento da renda em ambas as áreas. No entanto, como o crescimento foi maior nas áreas rurais (de 95%, contra 38% nas áreas urbanas), conclui-se que houve uma redução significativa da desigualdade de renda rural-urbana entre o período. Mas, ainda em 2011, a renda das famílias urbanas era mais que o dobro da renda das famílias rurais, R\$ 824 contra R\$ 383 respectivamente.

Os diferentes tipos de arranjos também são caracterizados por diferenças relevantes do nível de renda. Como o esperado, a renda média *per capita* das famílias depende principalmente da presença de crianças. Os grupos unipessoais e arranjo casal sem filhos apresentaram as maiores rendas, em termos *per capita*. Por outro lado, os arranjos com filhos menores de 14 anos apresentam maiores níveis de vulnerabilidade, destacando as mães com filhos menores. Neste último arranjo, a RDPC era de R\$ 391 nas áreas urbanas e apenas R\$ 154 nas áreas rurais em 2011. Para tanto, a valorização da RDPC destas mães com filhos foi consideravelmente positiva.

Nesta direção, Bilac (2006) ressalta que especificamente nos últimos anos, houve uma ampliação da rede pública de suporte infantil (as creches), assim como um combate crescente ao trabalho infantil (com implantação de medidas que favorecessem, principalmente, mulheres chefes com filhos) e, somada a isso, desde os anos 1980, houve o desenvolvimento de oportunidades melhores de trabalho e de melhores salários para as mulheres. Sendo assim, essas duas mudanças contribuíram para os dois lados frágeis das famílias monoparentais femininas, ao passo que permitiram que as mães solteiras se disponibilizassem ao mercado de trabalho remunerado em tempo integral (ao atribuir o cuidado infantil às creches) e melhorassem o rendimento das mesmas (devido as melhorias no mercado de trabalho feminino em geral).

Os arranjos de casais com filhos que ainda detêm elevada parcela da população apresentaram valorização considerável, tanto nas áreas rurais como nas urbanas. No entanto, foram os arranjos casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais que contaram com as maiores valorizações da renda, principalmente entre os rurais. Entre estes últimos, a RDPC do arranjo rural passou de R\$ 189 para R\$ 346 – crescimento de 83%. Já entre os urbanos, a renda passou de R\$ 573 para R\$ 849 – valorização de 48%. Esse crescimento está associado ao aumento da participação, dos membros deste tipo familiar, no mercado de trabalho remunerado.

TABELA 8
Renda domiciliar *per capita* (RDPC) e variação (em %) por tipo de arranjo e participação dos tipos de arranjo no total da população. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em R\$).

Estrato	Arranjo	1981		2011		Variação da RDPC em % (1981-2011)
		%	RDPC	%	RDPC	
População Urbana	Unipessoal masculino	0,7	1.858,71	2,0	1.741,71	-6,3
	Unipessoal feminino	0,8	1.055,01	2,4	1.538,54	45,8
	Casal s/ filho	4,2	1.244,67	9,5	1.381,73	11,0
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	29,3	566,67	21,4	676,36	19,4
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	29,9	573,23	26,7	848,52	48,0
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,2	293,35	2,2	391,49	33,5
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	4,8	500,96	7,2	749,97	49,7
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	466,80	0,2	740,22	58,6
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,8	796,23	0,9	1.006,68	26,4
	Estendida	26,0	515,70	25,3	631,44	22,4
	Composta	2,4	666,94	2,1	736,85	10,5
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>594,27</i>	<i>100</i>	<i>823,04</i>	<i>38,5</i>
População Rural ¹	Unipessoal masculino	0,7	588,58	2,2	770,63	30,9
	Unipessoal feminino	0,4	332,81	1,2	800,54	140,5
	Casal s/ filho	3,0	378,59	10,0	693,03	83,1
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	31,7	160,78	24,6	265,17	64,9
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	38,7	188,85	31,1	345,56	83,0
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,8	85,49	1,4	154,04	80,2
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2,9	204,83	4,2	377,14	84,1
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	174,69	0,2	270,31	54,7
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1,0	251,97	1,0	566,83	125,0
	Estendida	18,8	210,30	22,8	375,81	78,7
	Composta	1,9	351,62	1,3	413,60	17,6
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>196,51</i>	<i>100</i>	<i>383,52</i>	<i>95,2</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Valores em termos reais para outubro de 2011. ¹Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Nota: os resultados de participação dos arranjos não coincidem com os apresentados no capítulo anterior pela exclusão dos não declarados.

Observando a variação da renda dos diferentes arranjos, chama atenção que a maior valorização foi observada entre os pais com filhos menores de 14 anos nas áreas urbanas (59% da RDPC) e os grupos unipessoais femininos nas áreas rurais (141% da RDPC). No entanto, esses arranjos têm baixa representatividade entre a população total das respectivas áreas (apenas 0,2% da população urbana e 1,2% da população rural, respectivamente, em 2011), como consequência, os impactos das suas elevadas valorizações de renda sobre a renda total em cada área são praticamente inexpressivos.

De modo geral, todos os arranjos apresentaram evolução positiva da renda (exceto os unipessoais masculinos urbanos) e, como se verá na próxima seção, uma observação mais qualificada da variação da renda permitirá avaliar a contribuição efetiva do crescimento da renda de cada arranjo, ao passo que serão consideradas as diferenças de participação destes tipos familiares sobre a população total.

Nas tabelas 9 e 10, a RDPC da população (urbana e rural) e sua variação foram detalhadas por estrato de renda. As disparidades de renda são enormes dentro de ambas as áreas, mas principalmente nas áreas urbanas. Nestas áreas, em 2011, a renda entre os mais ricos era de R\$ 3.377 contra apenas R\$ 235 dos mais pobres. Tratando do quadro dinâmico deste problema, no período analisado, nota-se que a variação de renda foi maior entre os urbanos mais pobres, o que pode ser traduzido em uma queda da desigualdade de renda interna nestas áreas. Os 40% mais pobres do urbano apresentaram um aumento de 60,6% da RDPC: o dobro do observado no estrato mais rico.

Já dentro das áreas rurais, o crescimento da renda entre os estratos apresentou dinâmica inversa e regressiva. Os 40% mais pobres da população rural contaram com a menor taxa de crescimento da renda, apesar de elevada, cerca de 78%. No estrato intermediário essa taxa foi de 110%, seguido pelo crescimento da renda dos mais ricos de 82%. Vale ressaltar que a sensível elevação da desigualdade de renda interna nas áreas rurais, não pode ser traduzida em uma persistência da pobreza rural (em termos de proporção de pobres sobre o total da população) ou da precariedade das condições de vida dos rurais relativamente mais pobres, uma vez que essa parcela da população também se beneficiou significativamente de elevados ganhos monetários. Ao final do período analisado, a RDPC rural nos dois extremos era extremamente elevada, de R\$ 1.404 contra apenas R\$ 109.

Analisando a renda dos diferentes tipos de arranjo, entre os estratos mais pobres, destaca-se a baixíssima renda dos grupos unipessoais em ambas as áreas (apesar do grupo ser associado com elevados níveis de renda nos demais estratos). Embora não representem parcela significativa da população, é importante ressaltar a elevada situação de pobreza destes grupos no estrato mais baixos da renda, lembrando que estes indivíduos não contam com uma rede de apoio mais próxima (dentro do domicílio).

Seguindo estes grupos, os arranjos constituídos por mães solteiras com filhos, também apresentam elevada vulnerabilidade socioeconômica. Especificamente as mães com

filhos menores que contam com uma RDPC extremamente baixa, cerca de R\$ 184 entre os urbanos mais pobres e, alarmantemente, somente R\$ 82 entre os rurais mais pobres em 2011.

Já os casais sem filhos são relacionados com maiores níveis de renda. Nas áreas urbanas, mesmo entre os 40% mais pobres o arranjo apresenta a maior RDPC do estrato, de R\$ 269 em 2011. No entanto, apesar da renda elevada, a participação destes casais era relativamente modesta no estrato observado, apenas 3,8% em 2011.

De forma similar, nas áreas rurais esta discrição familiar (casal sem filhos) se concentrava expressivamente entre os mais ricos e apresentava elevada RDPC – R\$ 1.478 em 2011 (acima da média do estrato). Ademais, entre os 40% mais pobre das áreas rurais este arranjo teve pouca incidência, mesmo após o sensível aumento participativo.

A lógica distributiva apresentada pelos mais pobres é bastante caracterizada por arranjos que contam com maiores números de membros (famílias que contam com tamanho médio mais elevado). Adicionalmente, vale ressaltar que os arranjos que incorporam outros parentes ou agregados apresentam as maiores rendas entre o estrato mais pobre das áreas rurais – a RDPC das famílias composta foi de R\$ 124 e das famílias estendida foi de R\$ 119 em 2011.

Frente a estas constatações, convém ressaltar que as famílias economicamente mais vulneráveis, de forma estratégica frente à falta de recursos financeiros, se aglomeram em núcleos familiares na tentativa de reduzir os gastos domiciliares fixos, aumentando assim a rede de apoio interna entre os membros. Para Bilac (2006), as condições de vida da grande maioria da população são instáveis ou precárias o suficiente para impedir que o padrão nuclear se generalize e alcance os níveis europeus. A autora define que, de modo geral, as famílias domiciliares brasileiras atendem ao “padrão de residência nuclear com recorrência sistemática à ampliação” (Bilac, 2006: 57)⁶⁰.

⁶⁰ Neste sentido, no caso brasileiro o ciclo de vida das famílias é relativamente mais desordenado e não segue a um muito padrão claro, sendo que famílias ampliam e contraem ao longo do ciclo de maneira assimétrica, a depender das condições financeiras dos seus integrantes, como por exemplo o casamento (a formação de uma “nova família”) não necessariamente ocorrem em um novo domicílio e acaba fazendo parte de um processo de ampliação (ou seja, não apenas o nascimento de filhos faz parte do processo de ampliação da família) (Bilac, 2006).

TABELA 9

Renda domiciliar *per capita* (RDPC) e variação (em %) por tipo de arranjo e participação dos tipos de arranjo no total da população, segundo estrato da renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em R\$).

Estrato	Arranjo	1981		2011		Variação da RDPC em % (1981-2011)
		%	RDPC	%	RDPC	
10% mais ricos	Unipessoal masculino	2,3	4.281,74	4,9	4.711,61	10,0
	Unipessoal feminino	1,7	3.531,23	5,3	4.345,45	23,1
	Casal s/ filho	11,2	3.201,50	20,4	3.754,54	17,3
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	29,4	2.450,93	16,7	3.130,18	27,7
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	28,4	2.503,28	28,2	3.210,31	28,2
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,4	2.214,71	0,8	2.749,85	24,2
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	3,5	2.269,25	6,1	3.103,20	36,7
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	2.189,54	0,2	3.787,30	73,0
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1,1	3.132,69	1,2	3.292,05	5,1
	Estendida	18,9	2.315,04	14,4	2.856,12	23,4
	Composta	2,9	2.462,93	1,9	2.938,27	19,3
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>2.585,34</i>	<i>100</i>	<i>3.377,40</i>	<i>30,6</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	0,7	686,20	2,7	879,17	28,1
	Unipessoal feminino	0,8	592,16	3,2	807,72	36,4
	Casal s/ filho	4,7	646,24	11,9	854,27	32,2
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	27,7	549,10	17,8	757,69	38,0
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	29,8	552,66	28,3	797,02	44,2
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,7	503,45	1,0	705,65	40,2
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	4,7	544,07	7,3	790,25	45,2
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	492,80	0,2	748,67	51,9
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,8	534,63	1,0	840,38	57,2
	Estendida	27,4	543,14	24,7	734,64	35,3
	Composta	2,7	572,01	2,0	772,92	35,1
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>554,29</i>	<i>100</i>	<i>782,42</i>	<i>41,2</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	0,2	163,38	0,5	117,39	- 28,2
	Unipessoal feminino	0,7	181,18	0,6	130,32	- 28,1
	Casal s/ filho	1,8	164,57	3,8	268,49	63,1
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	31,2	141,32	27,1	231,84	64,1
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	30,3	146,60	24,4	241,12	64,5
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2,0	110,35	4,1	183,82	66,6
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	5,1	143,52	7,4	219,16	52,7
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	129,14	0,3	231,80	79,5
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,6	161,09	0,6	243,39	51,1
	Estendida	26,0	152,22	28,9	244,10	60,4
	Composta	2,0	158,69	2,3	236,10	48,8
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>146,43</i>	<i>100</i>	<i>235,17</i>	<i>60,6</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Valores em termos reais para outubro de 2011.

TABELA 10

Renda domiciliar *per capita* (RDPC) e variação (em %) por tipo de arranjo e participação dos tipos de arranjo no total da população, segundo estrato da renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em R\$).

Estrato	Arranjo	1981		2011		Variação da RDPC em % (1981-2011)
		%	RDPC	%	RDPC	
10% mais ricos	Unipessoal masculino	3,2	1.011,26	6,4	1.587,72	57,0
	Unipessoal feminino	0,4	1.424,62	4,3	1.346,89	- 5,5
	Casal s/ filho	7,2	990,64	25,2	1.477,85	49,2
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	22,6	739,54	11,4	1.331,89	80,1
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	35,8	741,80	25,8	1.384,61	86,7
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,0	1.082,51	0,2	1.301,47	20,2
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	3,0	685,73	4,4	1.179,66	72,0
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	535,96	0,1	1.713,00	219,6
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1,7	680,37	1,7	1.891,94	178,1
	Estendida	21,7	694,07	19,3	1.338,23	92,8
	Composta	4,1	1.067,55	1,2	1.345,96	26,1
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>770,89</i>	<i>100</i>	<i>1.403,74</i>	<i>82,1</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	0,7	248,98	2,6	503,47	102,2
	Unipessoal feminino	0,6	227,62	1,3	540,01	137,2
	Casal s/ filho	4,2	199,31	12,8	484,16	142,9
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	26,4	184,26	19,7	356,03	93,2
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	39,2	190,01	29,0	392,24	106,4
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,5	152,25	0,6	315,77	107,4
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	3,4	192,02	4,4	413,01	115,1
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	176,63	0,2	402,12	127,7
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1,2	205,07	1,0	409,18	99,5
	Estendida	21,8	190,69	26,6	381,47	100,0
	Composta	2,0	198,81	1,7	387,93	95,1
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>189,89</i>	<i>100</i>	<i>399,35</i>	<i>110,3</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	0,1	54,79	0,6	79,77	45,6
	Unipessoal feminino	0,1	46,77	0,2	59,09	26,3
	Casal s/ filho	0,6	76,88	2,6	87,86	14,3
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	40,5	60,70	34,1	110,65	82,3
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	38,9	60,12	35,1	106,39	77,0
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,3	47,47	2,6	82,34	73,4
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2,2	66,22	3,9	94,55	42,8
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,1	58,19	0,3	116,82	100,8
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,6	60,74	0,8	105,22	73,2
	Estendida	14,4	64,87	18,9	119,43	84,1
	Composta	1,3	62,25	0,8	123,68	98,7
	<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>61,12</i>	<i>100</i>	<i>108,60</i>	<i>77,7</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Valores em termos reais para outubro de 2011. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Por fim, é importante analisar o comportamento da renda dos dois arranjos de casais com filhos, que ainda representavam elevada parcela da população em 2011, principalmente entre os mais pobres. Entre 40% mais pobres das áreas urbanas, o arranjo apresentou elevada valorização da RDPC (cerca de 64%, bem acima da valorização observada dos casais com filhos nos outros estratos de renda). Destacando que o rendimento dos casais com filhos pequenos (R\$ 232) continuou inferior ao dos casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais (R\$ 241). Não por menos estes últimos também apresentam participação relevante entre os urbanos mais ricos.

Entre os rurais mais pobres a valorização da renda dos casais com filhos também foi relevante. Vale chamar atenção que o crescimento da renda foi mais acentuada entre os arranjos casais com filhos menores de 14 anos. De forma surpreendente, ao final do período, a renda deste arranjo com filhos pequenos (R\$ 111) era pouco superior a renda dos casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais (R\$ 106). Isso sugere a importância das políticas que focam nas famílias que contam com a presença de crianças, como o Bolsa família que pode ter favorecido enormemente estas famílias rurais que se encontravam, e ainda se encontram, com níveis de renda extremamente baixo.

Para avaliar melhor os principais resultados obtidos pela análise do crescimento elevado da renda, assim como a (ii) queda da desigualdade de renda interna nas áreas urbanas e (iii) aumento da desigualdade interna nas áreas rurais, a próxima subseção tratará as variações da renda aqui observadas de forma mais consistente e clara.

1.2. Mudanças na composição das famílias e variação da renda: uma análise do efeito composição e do efeito renda

Passamos a observar os efeitos das mudanças na composição das famílias sobre a variação da renda. Partindo da observação do comportamento da RDPC entre 1981 e 2011 (observada na subseção anterior), essa metodologia decompõe a variação da renda gerada pelo efeito composição (EC) – traduz o efeito das mudanças na participação de cada arranjo familiar – e pelo efeito renda (ER) – traduz o efeito das variações de renda internas de cada arranjo observado. O primeiro efeito representa o objetivo central deste estudo, pois este termo avalia as contribuições das mudanças na composição familiar da população. Detalhadamente, o EC (atribuído para cada tipo familiar) permite que cada alteração participativa dos diferentes arranjos familiares da população seja quantificada em termos de renda *per capita* (ou em termos

percentuais sobre a renda). Por outro lado, o ER engloba todos os outros fatores que impactam na variação da renda, ou seja, fatores que se devem à dinâmica interna de renda das famílias. O ER (atribuído para cada tipo de família) permite quantificar os impactos das variações da renda dos diferentes tipos familiares sobre a variação total da renda da população, também em termos *per capita* (ou em termos % sobre a renda). A metodologia da decomposição da variação da renda se encontra no apêndice A.

Inicialmente são observados os efeitos sobre a renda total da população urbana e rural, tanto em reais como em percentuais (tabela 11). Os resultados apontam que da variação total da RDPC urbana (que foi de R\$ 228,8) uma parcela correspondente a R\$ 57,5 se deveu ao EC e outra parcela de R\$ 171,1 se deveu ao ER. Em outras palavras, as mudanças na composição das famílias urbanas se traduziram em um aumento da renda de R\$ 57,5 e o restante da variação da RDPC urbana foi gerada pelo próprio aumento da renda dos arranjos (ou seja, desconsideradas as mudanças participativas destes e devido às dinâmicas internas de cada tipo familiar). Logo, podemos inferir que as mudanças na composição das famílias contribuíram com 25,1% do aumento da RDPC total da população urbana – resultado extremamente relevante. Quanto aos 74,9% restantes, as mudanças na renda dos arranjos (ER) foram os responsáveis.

Analisando a decomposição da variação na RDPC das áreas rurais, os resultados são similares – a maior parcela da variação da renda se deveu ao ER. Da variação total da renda (de R\$187) cerca de R\$156,4 foi devido ao aumento da renda das famílias. Nestas áreas o EC foi menos relevante, apesar de significativo, responsável por 16,4% da variação total da RDPC rural. Logo, as mudanças demográficas observadas através das mudanças na composição das famílias contribuíram para o aumento da renda rural em R\$ 31 (contribuição relativamente menor da observada nas áreas urbanas).

Para o EC mais intenso entre as áreas urbanas, destaque é dado para a elevada contribuição de R\$ 32,2 do EC do arranjo casal sem filho. Ou seja, o aumento da participação do arranjo casal sem filho nas áreas urbanas contribuiu com R\$ 32,2 (ou com 14,1%) para o aumento da RDPC. Também merece destaque o EC do grupo unipessoal masculino (de R\$ 14,6 ou 6,4%), seguido pelo do unipessoal feminino (R\$ 8,9 ou 3,9%) e do arranjo casal com filhos menores que 14 anos (R\$ 6,8 ou 3%). Salienta-se que este último apresenta uma dinâmica diferente, sendo que foi a redução de quase oito pontos percentuais da sua participação no total dos urbanos que promoveu esse crescimento da renda. Do mesmo modo, também é interessante observar que o

aumento dos arranjos constituídos por mães com filhos tiveram impactos negativos sobre a renda total.

O EC das áreas rurais, também contou com principal contribuição do arranjo casal sem filho – o aumento em quase sete pontos percentuais da participação deste tipo de família no total da população rural gerou um aumento de R\$ 17,1 na renda total. Também merece destaque o EC de R\$ 5,8 do grupo unipessoal masculino e de R\$ 5,4 do arranjo casal com filhos menores de 14 anos.

TABELA 11

Efeito Composição (EC), Efeito Renda (ER) e Efeito Total (ET) da variação da renda domiciliar per capita por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em R\$ e em %).

Estrato	Arranjo	1981-2011 (em R\$)			1981-2011 (em %)		
		EC	ER	ET	EC	ER	ET
População Urbana	Unipessoal masculino	14,6	-1,6	13,0	6,4	-0,7	5,7
	Unipessoal feminino	8,9	7,7	16,7	3,9	3,4	7,3
	Casal s/ filho	32,2	9,4	41,6	14,1	4,1	18,2
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	6,8	27,8	34,6	3,0	12,1	15,1
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-0,1	78,0	77,9	0,0	34,1	34,0
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-3,9	1,7	-2,2	-1,7	0,7	-1,0
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-2,1	14,9	12,9	-0,9	6,5	5,6
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-0,1	0,4	0,3	-0,1	0,2	0,1
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,2	1,7	1,9	0,1	0,8	0,8
	Estendida	0,9	29,7	30,6	0,4	13,0	13,4
	Composta	0,0	1,6	1,6	0,0	0,7	0,7
	<i>Total</i>	<i>57,5</i>	<i>171,2</i>	<i>228,8</i>	<i>25,1</i>	<i>74,9</i>	<i>100</i>
População Rural	Unipessoal masculino	5,8	2,6	8,5	3,1	1,4	4,5
	Unipessoal feminino	2,1	3,6	5,7	1,1	1,9	3,1
	Casal s/ filho	17,1	20,5	37,6	9,1	11,0	20,1
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	5,4	29,4	34,8	2,9	15,7	18,6
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1,7	54,8	56,5	0,9	29,3	30,2
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-1,0	0,7	-0,3	-0,6	0,4	-0,2
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,0	6,1	6,1	0,0	3,3	3,3
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,0	3,2	3,2	0,0	1,7	1,7
	Estendida	0,1	34,4	34,6	0,1	18,4	18,5
	Composta	-0,6	1,0	0,4	-0,3	0,5	0,2
	<i>Total</i>	<i>30,6</i>	<i>156,4</i>	<i>187,0</i>	<i>16,4</i>	<i>83,6</i>	<i>100</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora.

Quanto aos arranjos que contribuíram para o elevado ER nas áreas urbanas, destaque é dado o crescimento da renda dos arranjos constituídos por casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais que foi responsável pelo aumento de R\$ 78 da renda total urbana (ou 34,1% da

variação total da renda urbana), seguidos pela família estendida (com ER de 13%), do casal com filhos menores de 14 anos (com ER de 12,1%) e mãe com pelo menos um filho de 14 anos ou mais (com ER de 6,5%).

Nas áreas rurais foram esses mesmos arranjos que contribuíram de forma mais relevante para o aumento da renda. Os casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais também tiveram o maior ER, de R\$54,8 (só este arranjo foi responsável por 29,3% do aumento total da RDPC da população rural). Seguido pelas famílias estendida (ER de 18,4%) do casal com filhos menores de 14 anos (ER de 15,7%), e casal sem filho (ER de 11%).

Analisando os efeitos das mudanças na composição familiar sobre a renda dos diferentes estratos da população urbana e rural (tabelas 12 e 13), a desigualdade dos impactos se torna bastante evidente. Enquanto o EC foi significativamente positivo nos estratos mais elevados da renda, no estrato dos 40% mais pobres o EC foi negativo, tanto no rural como no urbano.

Conclui-se que, assim como a hipótese inicial apontava, as mudanças na estrutura das famílias se traduziram em ganhos de renda, mas esse ganho foi desigual. Adicionalmente, os resultados foram muito mais além e revelaram que essas mudanças (na composição familiar) se traduziram em uma perda sensível da renda entre população relativamente mais pobre – redução em torno de 0,5% da RDPC em ambas as áreas. Para tal EC negativo, destaca-se a pequena redução da renda provocada pelo aumento da participação do arranjo mãe com filhos menores de 14 anos entre os pobres.

Por outro lado, o ER foi elevado entre os pobres, sendo responsável por toda a valorização da RDPC do estrato. Em ambas as áreas o arranjo que obteve o maior ER foi o casal com filhos menores de 14 anos, que respondeu por 39,2% do aumento total da renda dos rurais mais pobres e por 29,7% dos urbanos mais pobres. Similar contribuição teve o arranjo casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais (ER de 29,1% e 36,1% nas áreas urbanas e rurais respectivamente), seguido pelas famílias estendidas (ER de 28,4% e 19,1% nas áreas urbanas e rurais respectivamente).

No estrato intermediário, o EC apresentou uma contribuição positiva, porém modesta, respondendo por 4,7% do aumento da RDPC intermediária urbana e 3,7% do aumento da RDPC intermediária rural. Por outro lado, o ER foi responsável por grande parcela da variação da renda, resultado obtido graças ao aumento da renda gerado pelos casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, seguido pelas famílias estendidas e pelos casais com filhos menores de 14 anos.

TABELA 12

Efeito Composição (EC), Efeito Renda (ER) e Efeito Total (ET) da variação da renda domiciliar per capita por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em R\$ e em %).

Estrato	Arranjo	1981-2011 (em R\$)			1981-2011 (em %)		
		EC	ER	ET	EC	ER	ET
10% mais ricos	Unipessoal masculino	39,0	15,6	54,5	4,9	2,0	6,9
	Unipessoal feminino	34,5	28,4	62,9	4,4	3,6	7,9
	Casal s/ filho	46,0	87,3	133,2	5,8	11,0	16,8
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	24,3	156,7	181,0	3,1	19,8	22,9
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,3	200,0	200,4	0,0	25,3	25,3
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-1,8	3,2	1,4	-0,2	0,4	0,2
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-7,5	40,1	32,5	-1,0	5,1	4,1
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,0	1,9	2,0	0,0	0,2	0,2
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,1	1,8	1,9	0,0	0,2	0,2
	Estendida	17,9	90,1	108,0	2,3	11,4	13,6
	Composta	2,8	11,5	14,3	0,4	1,4	1,8
	<i>Total</i>	<i>155,4</i>	<i>636,6</i>	<i>792,1</i>	<i>19,6</i>	<i>80,4</i>	<i>100</i>
	50% intermediários	Unipessoal masculino	2,2	3,2	5,5	1,0	1,4
Unipessoal feminino		0,8	4,3	5,1	0,3	1,9	2,2
Casal s/ filho		5,9	17,2	23,1	2,6	7,5	10,1
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos		1,5	47,4	48,9	0,6	20,8	21,4
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais		-0,1	71,1	71,0	0,0	31,2	31,1
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos		-0,2	1,7	1,5	-0,1	0,7	0,6
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais		0,0	14,8	14,8	0,0	6,5	6,5
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos		0,0	0,3	0,3	0,0	0,1	0,1
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais		0,0	2,8	2,8	0,0	1,2	1,2
Estendida		0,8	49,8	50,6	0,4	21,8	22,2
Composta		0,0	4,7	4,6	0,0	2,0	2,0
<i>Total</i>		<i>10,8</i>	<i>217,4</i>	<i>228,1</i>	<i>4,7</i>	<i>95,3</i>	<i>100</i>
40% mais pobres		Unipessoal masculino	-0,1	-0,2	-0,3	-0,1	-0,2
	Unipessoal feminino	0,0	-0,3	-0,3	0,0	-0,3	-0,3
	Casal s/ filho	0,5	2,9	3,5	0,6	3,3	3,9
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,2	26,4	26,6	0,2	29,7	29,9
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-0,2	25,9	25,7	-0,2	29,1	28,9
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-0,9	2,3	1,3	-1,0	2,6	1,5
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-0,2	4,7	4,5	-0,3	5,3	5,1
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,0	0,5	0,5	0,0	0,6	0,6
	Estendida	0,2	25,2	25,4	0,2	28,4	28,6
	Composta	0,0	1,6	1,7	0,0	1,8	1,9
	<i>Total</i>	<i>-0,5</i>	<i>89,3</i>	<i>88,7</i>	<i>-0,6</i>	<i>100,6</i>	<i>100</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora.

TABELA 13

Efeito Composição (EC), Efeito Renda (ER) e Efeito Total (ET) da variação da renda domiciliar per capita por tipo de arranjo, segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em R\$ e em %).

Estrato	Arranjo	1981-2011 (em R\$)			1981-2011 (em %)		
		EC	ER	ET	EC	ER	ET
10% mais ricos	Unipessoal masculino	6,9	27,7	34,6	1,1	4,4	5,5
	Unipessoal feminino	11,5	-1,8	9,7	1,8	-0,3	1,5
	Casal s/ filho	26,4	79,0	105,4	4,2	12,5	16,6
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	5,8	100,6	106,4	0,9	15,9	16,8
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2,4	198,1	200,5	0,4	31,3	31,7
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,2	0,3	0,5	0,0	0,0	0,1
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-2,2	18,5	16,3	-0,3	2,9	2,6
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,0	1,0	1,0	0,0	0,2	0,2
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,1	20,6	20,7	0,0	3,3	3,3
	Estendida	1,7	132,2	133,9	0,3	20,9	21,2
	Composta	-3,6	7,4	3,8	-0,6	1,2	0,6
	<i>Total</i>	<i>49,2</i>	<i>583,6</i>	<i>632,8</i>	<i>7,8</i>	<i>92,2</i>	<i>100</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	1,5	4,2	5,7	0,7	2,0	2,7
	Unipessoal feminino	0,6	2,9	3,5	0,3	1,4	1,7
	Casal s/ filho	4,1	24,2	28,3	1,9	11,6	13,5
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1,6	39,6	41,3	0,8	18,9	19,7
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,4	68,9	69,3	0,2	32,9	33,1
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-0,1	0,9	0,8	0,0	0,4	0,4
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,1	8,6	8,7	0,0	4,1	4,1
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,0	0,4	0,3	0,0	0,2	0,2
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,0	2,3	2,2	0,0	1,1	1,1
	Estendida	-0,4	46,2	45,7	-0,2	22,0	21,8
	Composta	0,0	3,5	3,5	0,0	1,7	1,7
	<i>Total</i>	<i>7,8</i>	<i>201,7</i>	<i>209,5</i>	<i>3,7</i>	<i>96,3</i>	<i>100</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	-0,1	0,1	0,0	-0,2	0,2	0,0
	Unipessoal feminino	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0
	Casal s/ filho	-0,1	0,2	0,1	-0,1	0,4	0,3
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-0,1	18,6	18,6	-0,1	39,2	39,1
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,1	17,1	17,2	0,1	36,1	36,2
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	-0,3	0,7	0,4	-0,6	1,4	0,9
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	-0,1	0,9	0,8	-0,2	1,8	1,7
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	0,0	0,3	0,3	0,0	0,6	0,6
	Estendida	0,3	9,1	9,4	0,7	19,1	19,8
	Composta	0,0	0,6	0,6	-0,1	1,3	1,2
	<i>Total</i>	<i>-0,2</i>	<i>47,7</i>	<i>47,5</i>	<i>-0,5</i>	<i>100,5</i>	<i>100</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora.

Por fim, entre a população 10% mais rica, nota-se que o EC foi significativamente elevado, principalmente das áreas urbanas – responsável por 19,6% da variação total da RDPC do

estrato urbano mais rico (ou R\$ 155,4) e 7,8% nas áreas rurais (ou R\$ 49,2). Algumas mudanças específicas contribuíram decisivamente para esse efeito de maneira similar em ambas as áreas. Destacando as quatro principais, temos, em ordem de importância: i) aumento participativo de casais sem filhos; ii) aumento participativo dos unipessoais masculinos; iii) aumento participativo dos unipessoais femininos; e iv) redução participativa dos casais com filhos menores de 14 anos.

Em relação ao ER do estrato mais rico, destaque é dado para a contribuição dos casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, que foi a maior em ambas as áreas (com ER de R\$ 200 ou 25,3% da variação total entre os urbanos mais ricos e R\$ 198,1 ou 31,3% entre os rurais mais ricos). Mas também merece destaque os demais arranjos constituídos por casais (casais com filhos menores de 14 anos e casais sem filhos), assim como as famílias estendidas.

A razão do maior impacto das mudanças na composição familiar sobre os mais ricos do país pode ser explicada por duas hipóteses explicativas: i) apenas a população mais rica seria beneficiada pelas mudanças demográficas (sendo favorecida pela maior escolaridade e conseqüentemente por menores taxas de fecundidade, por exemplo); ii) parcela da população pobre também estaria sendo beneficiada pelas mudanças demográficas que, por sua vez, estariam retirando famílias da situação de pobreza através da mobilidade intergeracional das famílias, gerando assim desigualdade dos impactos entre os estratos de renda. O segundo eixo explicativo revela que não necessariamente as mudanças demográficas ocorrem apenas entre os mais ricos e mais instruídos (com elevada escolaridade e acesso aos recursos financeiros). Os pobres também estariam se beneficiando e as próprias mudanças demográficas observadas na transição entre as gerações das famílias estariam retirando famílias dos décimos de renda mais baixos. Como o país apresentava uma população com RDPC extremamente baixa em 1981, uma redução do número de filhos dentro de um domicílio pertencente ao estrato mais pobre, significaria uma elevação substancial da renda dessa família e, neste caminho, as próprias mudanças demográficas estariam se traduzindo em ganhos monetários suficientes para a elevação considerável da renda (que promoveria a retirada de famílias dos estratos mais pobres).

Antes de prosseguir, vale lembrar que a literatura demográfica atual corrobora com estas considerações, revelando que em praticamente todos os países em desenvolvimento, que já passam pela transição da fecundidade por um período de tempo considerável, as mudanças demográficas também se difundiram entre a população mais pobre de forma exógena (Kirk, 1996; van de Kaa, 2002; Lesthaeghe, 2010; Alves, 1994; Faria, 1998). Ou seja, não é necessário a

equiparação da renda da população pobre com a população rica para que as mudanças demográficas também ocorram nos estratos mais baixos da renda.

Evidentemente, os dados aqui elaborados não possibilitam a observação da mobilidade intergeracional de famílias, o que implicaria uma investigação mais minuciosa da evolução destas famílias ao longo do período. Adicionalmente, vale ressaltar que, assim como apontado por Wajnman (2012), os estudos sobre a demografia da família no Brasil enfrentam obstáculos pela não existência de grandes pesquisas nacionais que ofereçam dados longitudinais (ou seja, que levem em consideração as mudanças da população ao longo da vida), o que prejudica imensamente a evolução dos estudos que analisam as mudanças através da abordagem do ciclo de vida das famílias ou de mobilidade socioeconômica.

Apesar de não verificada aqui a mobilidade das famílias, o país já apresentou mudanças demográficas significativas entre os mais pobres, sendo que a taxa de fecundidade também vem sofrendo redução considerável entre os décimos mais pobres da população brasileira (Ipea, 2012; Camarano e Kanso, 2011; Alves e Cavenaghi, 2012), o que corrobora para a segunda hipótese apontada.

É importante salientar que também ocorreram mudanças demográficas que o modelo e a composição familiar adotada não considera explicitamente, como por exemplo, as mudanças das relações dos membros ou mudanças internas das famílias. Além disso, fatores externos também não foram considerados.

Em primeiro, vale ressaltar com proeminência que o aumento da renda também pode estar associado à redução do tamanho médio das famílias (ou seja, o ER positivo também se explica pela redução do número de pessoas dependentes), como foi observado em diversos arranjos que apresentaram elevado ER. Por exemplo, os casais com filhos não só apresentaram redução da sua participação no total da população, mas também apresentaram forte redução do número médio de membros, neste caso, pode-se afirmar que relevante parcela do ER se deveu a essa redução. Logo, de forma dedutiva, pode-se dizer que, por essa razão, o EC está subestimado pelo modelo aplicado.

Um fator que também pode influenciar, é que os filhos estão permanecendo dentro dos domicílios dos pais por mais tempo (em parte devido a postergação casamento) e com frequência se retiram do domicílio dos pais somente após atingirem a idade adulta mais avançada se estabelecerem no mercado de trabalho (até mesmo atingirem certo estágio de remuneração que

oferece maior estabilidade financeira), o que pode contribuir pra engrossar a renda familiar. Por outro lado, o avanço da idade média ao parar de trabalhar também pode ter contribuído para a elevação da renda, uma vez que idosos também estão trabalhando no mercado de trabalho remunerado. Ou seja, as mudanças nas trajetórias das famílias, podem alterar as condições de renda destas.

Apesar dos resultados negativos do EC entre os mais pobres e o menor EC entre a população rural, constatou-se que a dinâmica da RDPC gerou uma considerável redução da desigualdade urbano-rural e a população pobre também apresentou elevado crescimento da renda. Todavia, é importante salientar que apesar do efeito regressivo destas mudanças sobre a distribuição de renda, não podemos dizer que as mudanças demográficas geram aumento da pobreza.

Para complementar as análises dos resultados, o próximo tópico irá investigar mais detalhadamente a variação da renda da população brasileira, e os demais fatores que contribuíram para o crescimento da mesma, sob a perspectiva das famílias. Buscando investigar, de maneira mais detalhada, os fatores que contribuíram para a elevada importância do ER.

2. O crescimento de renda das famílias e a contribuição das diferentes fontes de renda

Nesta seção serão observadas as mudanças entre 1981 e 2011 da composição da RDPC, entre a população urbana e rural, buscando observar também as especificidades de renda dos diferentes tipos de arranjo familiar. Para isso, a RDPC foi distribuída entre três tipos de fontes de renda (trabalho, aposentadorias e outras fontes), em termos percentuais (gráfico 7).

Como o esperado, os resultados apontam para a elevada participação do rendimento proveniente do trabalho na composição da RDPC, mas durante o período essa importância caiu significativamente, tanto entre os urbanos como principalmente entre os rurais. Compensando esse movimento, as aposentadorias cresceram de maneira significativa a sua participação no total da RDPC (em ambas as áreas, mas com maior intensidade na renda rural). Já as outras fontes de renda apresentaram aumento apenas entre as áreas rurais. Ao final do período analisado a composição da RDPC nas áreas urbanas e rurais era respectivamente a seguinte: 66% e 78% trabalho, 19% e 28% aposentadorias e 3% e 7% outras fontes. Desta forma, a renda das aposentadorias teve papel crucial na redução da desigualdade rural-urbana.

Observando as mudanças na composição da renda de cada arranjo, cabe lembrar que o ER das áreas urbanas teve importante contribuição proveniente do aumento da renda dos casais com pelo menos um filho de 14 ou mais (que respondeu por 34% do total do crescimento da renda urbana). Como podemos observar, esse arranjo não sofreu grandes alterações, destacando que o trabalho continuou responsável por grande parcela da renda do arranjo (95% em 2011), apesar do sensível aumento participativo das aposentadorias. Logo, foi o rendimento do trabalho o grande responsável pelo aumento da renda deste arranjo urbano.

Nas áreas rurais esse mesmo arranjo – casal com pelo menos um filho de 14 ou mais – também teve o maior ER (responsável por 29% da variação total da RDPC rural). No entanto, nestas áreas a composição da renda apresentou uma dinâmica diferenciada e não foi apenas o rendimento do trabalho que gerou crescimento da renda. Houve relevante aumento da participação das aposentadorias, que passaram de apenas 3% para 17% do total da RDPC do arranjo. As outras fontes também apresentaram aumento, de 2% para 7% da RDPC deste arranjo.

As famílias estendidas, que tiveram o segundo maior ER tanto nas áreas urbanas como nas rurais (13% e 18,4% da variação total da RDPC de cada área respectivamente), apresentaram dinâmica similar. Em ambas as áreas, o arranjo se destacou pela elevada redução da participação do rendimento proveniente do trabalho e aumento elevado das aposentadorias. Destaque é dado para as áreas rurais onde a renda proveniente das aposentadorias chegou a representar 38% do total da RDPC do arranjo em 2011.

Também é importante observar o arranjo casal com filhos pequenos que apresentou o terceiro ER mais relevante. Entre os urbanos não houve grandes alterações e o crescimento da RDPC do arranjo se deveu basicamente ao rendimento proveniente do trabalho (que representava 95% da RDPC dos casais sem filho em 2011). Já nas áreas rurais houve um pequeno aumento da participação das outras fontes de renda (chegando a responder por 9% da RDPC total do arranjo em 2011), mas o trabalho continuou respondendo por parcela majoritária da renda.

Ressalta-se que, dentre todos os tipos familiares, apenas este último arranjo não apresentou participação dos benefícios da aposentadoria, uma vez que o arranjo se caracteriza por ser constituído por pessoas de faixa etária infantil ou adulta (como foi observado, a razão de dependência idosa era nula neste arranjo). Os demais arranjos tiveram aumento significativo da importância da aposentadoria para a formação da renda domiciliar. Neste sentido, conclui-se também que estes benefícios estão cobrindo a RDPC de grande parcela dos arranjos que

apresentaram elevada razão de dependência idosa. Destaque pode ser dado para o grupo unipessoal feminino rural, que apresentou a maior razão de dependência idosa em 2011 e tinha as aposentadorias responsáveis por 75% da renda total no mesmo ano.

GRÁFICO 7

Composição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana e rural (em %).

	População urbana					
	1981			2011		
Unipessoal masculino	78	14	9	75	22	4
Unipessoal feminino	50	33	17	46	50	5
Casal s/ filho	75	18	8	73	25	2
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	96		3	95		3
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	85	10	5	84	13	3
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	63	21	16	76	16	8
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	73	18	8	69	27	4
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	72	12	17	88		9
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	76	15	9	75	22	2
Estendida	81	14	6	70	26	3
Composta	81	11	8	79	18	3
Total	85	10	5	78	19	3

	População rural ¹					
	1981			2011		
Unipessoal masculino	84	13	3	55	37	8
Unipessoal feminino	41	48	11	19	75	6
Casal s/ filho	80	14	6	57	40	3
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	96		2	88		4
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	94		3	76	17	7
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	65	24	11	54	17	29
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	78	18	4	45	48	7
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	97		2	54	27	19
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	90		9	51	46	3
Estendida	86	11	3	55	38	7
Composta	92		5	66	28	7
Total	91		6	66	28	7

□ Trabalho □ Aposentadoria ■ Outros

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Exclusive os domicílios com renda não declarada. ¹Exclusive os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dados utilizados para base do cálculo no apêndice B.

Em relação as outras fontes de renda é importante destacar que elas englobam desde rendimentos provenientes de aplicações financeiras até rendas provenientes de doações ou de programas sociais – conforme apontado na metodologia descrita no apêndice A. Deste modo, pode-se dizer que essas outras fontes de renda tenham alterado drasticamente a composição entre os dois anos analisados, considerando que as políticas de transferência de renda tomaram

importância relevante para a população brasileira apenas a partir dos anos 2000, o que explicaria a redução das outras fontes de renda nas áreas urbanas, enquanto que nas áreas rurais essa fonte apresentou aumento sensível (áreas onde a renda é menor e os rendimentos dos programas de transferência de renda são mais relevantes). Mas, de modo geral, é importante ressaltar que em 2011 essas fontes apresentaram importância considerável em alguns arranjos familiares, destacando as mães com filhos menores de 14 anos nas áreas rurais – onde as outras fontes eram responsáveis por 29% da RDPC entre as áreas rurais (provavelmente proveniente de programas como o Bolsa Família, visto que o arranjo também foi o que apresentou maior razão de dependência infantil – de aproximadamente duas crianças por adulto).

Analisando a composição da RDPC por estrato de renda das áreas urbanas e rurais (gráfico 8 e 9), nota-se que a redução da importância do rendimento proveniente do trabalho foi observada em todos os estratos, principalmente entre os estratos de renda mais baixa. Entre os 40% mais pobres do meio rural a redução foi extremamente elevada, essa fonte de renda passou de 92% para 64% da RDPC total rural.

Em relação às aposentadorias, destaca-se a maior importância deste tipo de renda entre a população de renda intermediária, principalmente nas áreas rurais. Entre estes a aposentadoria representava 34%, enquanto que entre os mais pobres essa participação era bem menor, porém também significativa, de 13%. Nas áreas urbanas essa fonte de renda também teve maior relevância entre os intermediários, mas a discrepância na comparação com os demais estratos era menor do que a observada nas áreas rurais.

Analisando a variação dos rendimentos da aposentadoria nas áreas rurais, é importante ressaltar que esses benefícios contribuíram para o aumento da desigualdade interna observada entre os estratos. Na explicação desse efeito, Maia (2012) revela que como esse benefício apresentou aumento relevante do valor nas últimas décadas, somado ao fato de que nas áreas rurais a renda domiciliar *per capita* é extremamente baixa, a obtenção da aposentadoria acaba retirando as famílias que contam com esse benefício dos décimos mais pobres da população, criando um *gap* de renda maior em relação às famílias que não contam com tal benefício. Ademais, essa dinâmica regressiva das aposentadorias sobre a população do meio rural brasileiro já foi bem relatada por diversos estudos (Maia, 2012).

O rendimento do trabalho também teriam contribuído, de forma mais sensível, para o aumento da desigualdade interna das áreas rurais, considerando que o crescimento deste

rendimento foi menos intenso entre os mais pobres. A valorização deste rendimento foi de 23% entre os rurais mais pobres contra 45% entre os rurais mais ricos. Logo, as melhorias no mercado de trabalho rural não foram observadas por toda a classe trabalhadora de forma igualitária. Sugerindo que os benefícios promovidos pelo aumento da produtividade não estão afetando de maneira significativa os trabalhadores que se encontram na extremidade inferior da pirâmide de rendimento, ou seja, basicamente os trabalhadores do setor informal.

O crescimento desigual destes rendimentos, tanto da aposentadoria como do trabalho, contou com o efeito atenuador das outras fontes de renda. Se não fosse a elevada contribuição destas últimas para a renda dos rurais mais pobres, a desigualdade de renda dentro destas áreas aumentaria mais ainda. Em 2011, essas fontes chegaram a representar 24% da RDPC do estrato mais baixo rural (passando de R\$ 1 para R\$ 26 entre o período, em termos *per capita* – ver tabela 25 apêndice B). Embora seja relevante este aumento, a baixa valorização do rendimento do trabalho (se comparada à elevada valorização nos outros estratos) teve maior força sobre a RDPC deste estrato, devido a sua elevada participação na composição da renda total das famílias mais pobres. Isso explica o aumento do *gap* da RDPC entre os estratos das áreas rurais.

Em 1981, chama atenção que as outras fontes de renda se concentravam nos estratos mais elevados da renda, principalmente nas áreas urbanas. Ademais, observando a composição da RDPC em termos absolutos (tabela 24 no apêndice B), apenas entre os 10% mais ricos e os 50% intermediários das áreas urbanas as outras fontes de renda apresentaram redução entre o período analisado (de R\$ 205 para R\$ 91 entre os mais ricos e de R\$ 21 para R\$16 entre os intermediários). Em relação a essa queda, grosso modo, pode-se deduzir que essas outras fontes são constituídas, por aluguéis e, conforme a população urbana cresceu (quase dobrou no período analisado), acredita-se que a contribuição dos rendimentos provenientes dos aluguéis se dissipou. Outro componente importante desta renda são os rendimentos financeiros. Considerando que a inflação, consideravelmente elevada no período inicial, favorecia as aplicações financeiras e os maiores ganhos financeiros entre aqueles que tinham acesso ao sistema bancário.

Quanto à análise da renda dos diferentes arranjos familiares entre os estratos, é importante destacar novamente as famílias que apresentaram elevado ER. Entre os 40% mais pobres, em ambas as áreas, o arranjo casal com filhos menores de 14 anos tiveram o maior ER (responsável por 29,7% da renda urbana e 39,2% da renda rural). Nas áreas urbanas o rendimento proveniente do trabalho permaneceu com elevada parcela da RDPC total do arranjo (91%). Já nas

áreas rurais houve forte incremento da participação das outras fontes de renda, que chegaram ao final do período a responder por 23% da RDPC total (em 1981 essas fontes eram inexistentes, passando para R\$ 25 em 2011). Como são famílias que contam com a presença de crianças e tem uma razão de dependência infantil elevada (em média 1,07 crianças por adulto em 2011), o Bolsa Família deve representar parcela majoritária desta fonte⁶¹.

O casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, que contaram com elevados ERs entre os mais pobres (de 29,1% entre os urbanos e 36,1% entre os rurais), apresentou dinâmica similar entre as diferentes fontes de renda. Entre os rurais, as outras fontes de renda chegaram a responder por 25% da RDPC total do arranjo. Já entre os urbanos, o rendimento do trabalho prevaleceu com elevada participação, embora as outras fontes de renda chegassem a responder por 10% da RDPC deste arranjo.

Já as famílias estendidas, que também apresentaram elevados ERs sobre a renda dos mais pobres, apresentaram elevado aumento participativo das aposentadorias, que em 2011 passaram a responder por 27% da renda do arranjo urbano e 33% da renda do arranjo rural.

Passando a observar a população do estrato intermediário, cabe analisar estes três mesmos arranjos, que também apresentaram os maiores ERs. Observando a dinâmica da composição das famílias estendidas, nota-se um aumento relevante da participação das aposentadorias, mas destaque é dado para as áreas rurais (onde as aposentadorias chegaram a representar 46% da RDPC do arranjo). Já entre os casais com filhos menores de 14 anos o rendimento do trabalho foi responsável por praticamente todo o ER, em ambas as áreas. O trabalho também respondeu por grande parte do ER dos casais com pelo menos um filho de 14 anos ou mais, mas também vale ressaltar a elevada participação das aposentadorias entre este arranjo nas áreas rurais.

⁶¹ Ademais, é importante lembrar que o Bolsa Família, apesar de ser um benefício adicional associado à existência de crianças, também oferece auxílio financeiro para os domicílios sem crianças/gestante que se encontram em situação de extrema pobreza (benefício fixa ou mínimo). O que pode explicar, em parte, a elevada participação das outras fontes de renda em arranjos sem filhos do estrato mais pobre (como por exemplo, os casais sem filhos rurais que contam com 23% da presença desta fonte).

GRÁFICO 8

Composição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana (em %).

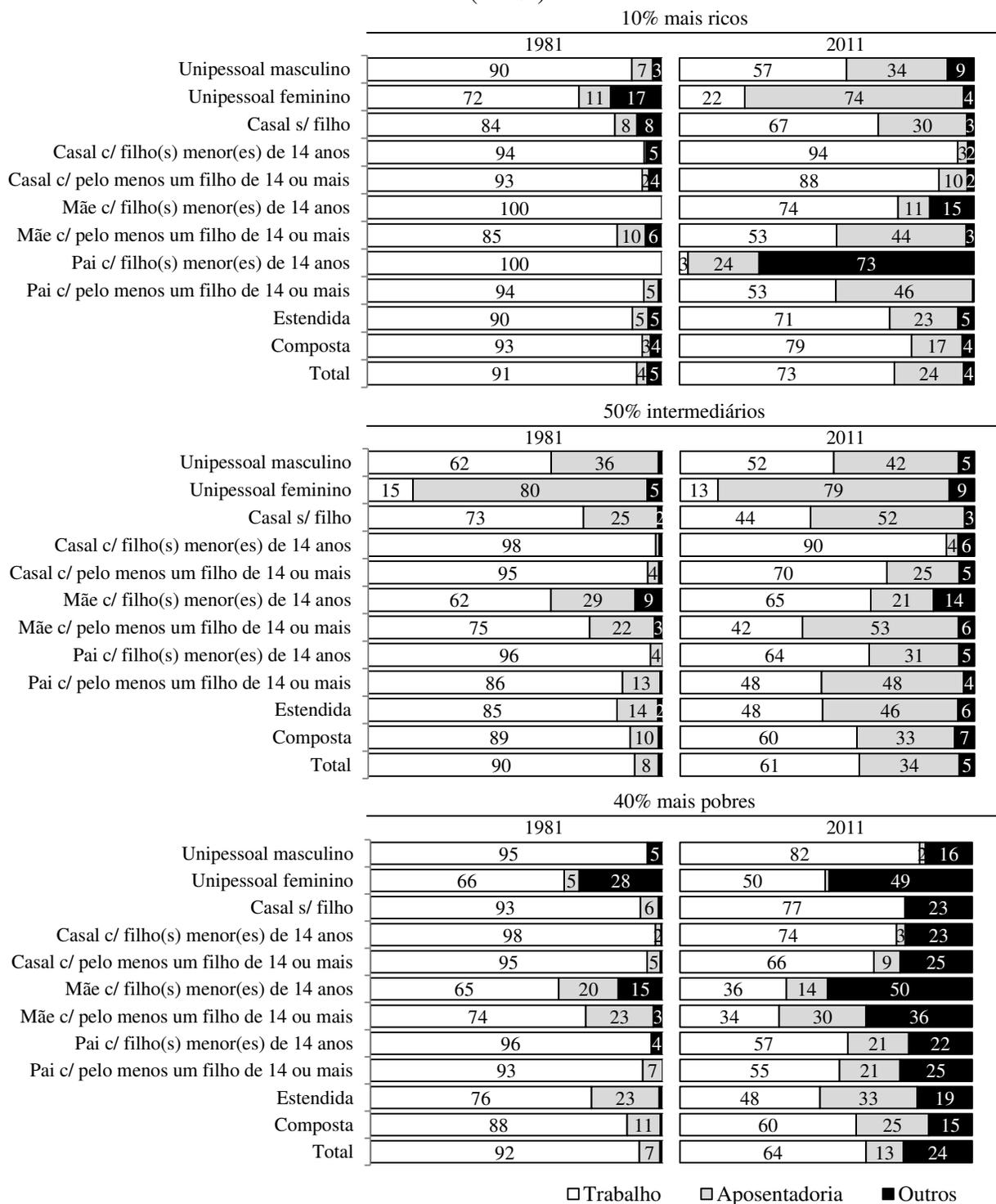
	1981			2011		
	Trabalho	Aposentadoria	Outros	Trabalho	Aposentadoria	Outros
10% mais ricos						
Unipessoal masculino	79	11	10	76	20	3
Unipessoal feminino	57	27	16	52	44	4
Casal s/ filho	75	16	9	77	21	2
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	95		4	96		2
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	81	12	8	83	14	3
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	71	13	15	84	11	5
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	69	18	14	71	26	3
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	65	34		98		2
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	72	16	12	79	18	3
Estendida	77	13	10	71	26	2
Composta	78	11	11	81	16	3
Total	82	10	8	79	18	3
50% intermediários						
Unipessoal masculino	76	18	5	71	25	4
Unipessoal feminino	41	40	19	35	60	5
Casal s/ filho	76	19	5	67	31	2
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	96		2	96		2
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	87	9	4	85	13	2
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	60	22	18	77	20	3
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	77	18	6	69	28	3
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	73	19	7	81	16	3
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	82	14	4	73	25	2
Estendida	83	13	4	71	26	2
Composta	84	11	5	78	20	2
Total	87	9	4	78	20	2
40% mais pobres						
Unipessoal masculino	20	75	5	81		19
Unipessoal feminino	13	78	9	58	7	35
Casal s/ filho	45	52	4	66	29	5
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	96		3	91		7
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	89	9	2	83	10	7
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	60	26	15	68	16	16
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	71	24	5	65	24	11
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	87		12	81		12
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	81	17	2	64	32	4
Estendida	79	18	3	65	27	8
Composta	80	17	3	74	18	8
Total	85	13	2	77	15	8

□ Trabalho □ Aposentadoria ■ Outros

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Dados utilizados para base do cálculo no apêndice B.

GRÁFICO 9.

Composição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população rural (em %).



Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dados utilizados para base do cálculo no apêndice B.

Observando o arranjo (casais com filhos) que apresentou maior contribuição para o crescimento da renda dos 10% mais ricos, a valorização do rendimento proveniente do trabalho foi decisiva e responsável por maior parcela da RDPC. As aposentadorias tiveram papel menor, porém considerável. Ainda em 2011, os casais com filhos permaneceram com elevada participação do trabalho na RDPC. Já o aumento da renda das famílias estendidas mais ricas (que apresentou elevado ER em ambas as áreas) contou, de forma relevante, com o aumento das aposentadorias. Em 2011, esses benefícios respondiam por 26% nas áreas urbanas e 23% nas áreas rurais, da RDPC total destas famílias que se encontravam no estrato mais rico.

Em suma, fica evidente os diferentes graus de dependência das famílias por diferentes fontes de renda. Como foi observado, a dinâmica da renda domiciliar *per capita* é mais intensamente explicada ou não por determinado tipo de fonte de renda, dependendo do tipo de arranjo familiar analisado.

Conclusão do capítulo

Em resumo, as mudanças demográficas captadas pelas mudanças na composição das famílias contribuíram para o aumento da renda domiciliar *per capita* da população brasileira. No entanto, essa contribuição (i) teve efeitos maiores nas áreas urbanas e (ii) foi restrita aos estratos mais elevados da renda. Em última instância, as mudanças na composição familiar estão associadas a um efeito regressivo (segundo a metodologia empregada), o que poderia estar ocasionando certo aumento da desigualdade urbano-rural e da desigualdade entre os estratos. Segundo os resultados, isso se explica principalmente porque, tanto (i) a redução participativa dos arranjos casal com filhos como (ii) o aumento participativo dos arranjos casal sem filhos, ocorreram de maneira mais intensa entre as áreas urbanas e entre os 10% mais ricos. Além disso, o aumento dos domicílios unipessoais foi mais intenso nos estratos mais elevados da renda.

Embora as mudanças demográficas representassem efeitos regressivos sobre a distribuição de renda, observou no período analisado uma redução da desigualdade de renda entre as áreas rurais e urbanas. Por outro lado, a evolução da renda domiciliar *per capita* mostrou um aumento das disparidades dentro das áreas rurais, uma vez que a valorização da renda foi mais intensa entre os 10% mais ricos na comparação entre os demais estratos.

Dois fatores contribuíram para o aumento da desigualdade interna das áreas rurais, tanto o rendimento do trabalho como o valor das aposentadorias, apresentaram maior valorização

entre os estratos mais elevados da renda. Por outro lado, os elevados ganhos de outras fontes entre os mais pobres rurais contribuíram para atenuar essas disparidades, mostrando o papel dos rendimentos provenientes de programas de transferência de renda. Ademais, essa fonte de renda teve papel essencial para a redução da vulnerabilidade econômica de determinados tipos de arranjos, principalmente os que contavam com a presença de filhos pequenos no domicílio.

Já nas áreas urbanas, a redução da desigualdade interna, se deve, principalmente, ao aumento mais acelerado nos estratos mais pobres do rendimento do trabalho e, também, de outras fontes (porém, esta última em menor intensidade, devido a sua participação pequena na composição da renda domiciliar *per capita* urbana). Lembrando que nas duas áreas as aposentadorias contribuíram com menor intensidade as famílias do estrato mais pobre. Mesmo assim, a sua importância não pode ser descartada entre a população mais pobre, sendo que as aposentadorias contribuíram para aumentar a renda de todos os estratos.

Considerações finais

O Brasil experimentou dinâmica semelhante à abordada pela literatura internacional sobre os impactos socioeconômicos das mudanças demográficas, indicando a estreita relação entre as características demográficas e as condições socioeconômicas da população. Exposto que o país apresentou intensas mudanças demográficas, este estudo focou especificamente nas mudanças da composição familiar da população e os seus efeitos na distribuição de renda nas últimas três décadas. A análise das características demográficas através da unidade familiar é extremamente relevante, uma vez que a aplicação deste corte de análise (tipos de arranjos familiares) facilita a avaliação dessas mudanças, englobando ao mesmo tempo a queda da fecundidade brasileira e envelhecimento populacional, além de outras mudanças contextuais que também alteram os padrões de organização das famílias.

Os resultados das análises exploratórias revelaram a manifestação de um novo padrão familiar mais reduzido, marcada pela substancial diminuição do tamanho dos domicílios, assim como o aumento da participação dos tipos domiciliares que não continham filhos, aumento das famílias monoparentais e aumento dos domicílios com pessoas vivendo sozinhas. As mudanças na composição familiar mais intensas foram, de modo complementar, (i) o aumento da participação dos casais sem filhos e (ii) a redução dos casais com filhos.

Essas mudanças familiares foram positivas e contribuíram significativamente para o aumento da renda domiciliar *per capita* entre 1981 e 2011. Entretanto, apesar de positivos, os efeitos foram desiguais dentre a população, revelando o caráter regressivo das mudanças demográficas na distribuição da renda.

Conforme o quadro-resumo 1 abaixo, nas áreas urbanas, as mudanças na composição das famílias foram responsáveis por importantes 25,1% do aumento da renda domiciliar *per capita* total (de R\$ 228) observada entre a 1981 e 2011. Já nas áreas rurais esse efeito composição foi menor. Essas mudanças também apresentaram maiores efeitos positivos sobre a renda da população mais rica em ambas as áreas, enquanto os mais pobres apresentaram efeito composição sensivelmente negativo. Logo, as mudanças na composição familiar da população brasileira aumentaram a desigualdade (i) entre as famílias das áreas rurais e urbanas e (ii) entre as famílias mais pobres e mais ricas.

O efeito regressivo sobre a distribuição de renda é explicado, principalmente, pela redução dos casais com filhos e expansão dos casais sem filhos ter ocorrido de forma mais intensa entre a população do estrato mais rico. Assim como o aumento da frequência de domicílios com pessoas vivendo sozinhas (que apresentaram também efeito significativo). E embora as áreas rurais tivessem apresentado um aumento participativo maior dos casais sem filhos, na comparação com o urbano, o baixo nível de renda deste arranjo rural fez com que os efeitos sobre a renda não apresentassem ganhos tão relevantes quanto aos observados no urbano.

QUADRO-RESUMO 1

Variação da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e decomposição por Efeito Composição (EC) e Efeito Renda (ER). Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural.

Estrato		Δ da RDPC		Decomposição da Δ da RDPC	
		Absoluta (em R\$)	Relativa (em %)	EC (em %)	ER (em %)
Urbano	10% mais ricos	792,1	30,6	19,6	80,4
	50% intermediários	228,1	41,2	4,7	95,3
	40% mais pobres	89,7	60,6	-0,6	100,6
	<i>Total</i>	228,8	38,5	25,1	74,9
Rural	10% mais ricos	633,8	82,1	7,8	92,2
	50% intermediários	209,5	110,3	3,7	96,3
	40% mais pobres	47,5	77,7	-0,5	100,5
	<i>Total</i>	187,0	95,2	16,4	83,6

Fonte: elaboração a partir dos resultados apresentados.

Frente às principais conclusões deste estudo, três discussões devem ser levantadas. Primeiro, é importante evidenciar algumas ressalvas de caráter analítico. Apesar de terem contribuído para o aumento da desigualdade entre os estratos de renda, não podemos concluir que as mudanças na composição familiar ou as mudanças demográficas tiveram impactos negativos sobre a pobreza. Apesar da metodologia utilizada focar nos impactos dessas mudanças por estrato de renda, não foram quantificados os impactos sobre a incidência da pobreza na população (número total de pobres ou proporção de pessoas em situação de pobreza sobre o total da população). Indo mais além, podemos até sugerir que as mudanças na composição familiar da população brasileira também teriam contribuído para a redução da pobreza. Em outras palavras, os efeitos negativos entre a população relativamente mais pobre não significa que as mudanças demográficas estejam trazendo benefícios apenas para a população rica. Hipoteticamente, como a redução do número de filhos gera uma substancial elevação da renda domiciliar *per capita*, o

aumento da renda gerada por uma determinada mudança na estrutura das famílias seria suficiente para a retirada dessa mesma família dos estratos mais pobres da população. Ou seja, parcela da população mais pobre também estaria experimentando os efeitos positivos da redução da fecundidade (traduzida no aumento das famílias sem filhos e redução das famílias com filhos). Logo, a contradição nos resultados (aumento da renda, por um lado, e aumento da desigualdade, por outro) seria explicada por outro efeito não visualizado neste trabalho que estaria ocorrendo entre a população brasileira, trata-se da mobilidade intergeracional das famílias entre os estratos da renda. Mesmo a mobilidade socioeconômica das famílias não sendo investigada, há fortes indícios de que as mudanças demográficas removeram parcela significativa da população dos estratos mais baixos para os mais elevados.

O segundo ponto que vale ser ressaltado está relacionado com a interpretação teórica dos resultados obtidos, que traz a discussão das mudanças demográficas como variável explicada ou explicativa da variável renda. Assim como a literatura apontam, em parcela significativa, a variável demográfica não é totalmente dependente da variável renda. Especialmente nos países em desenvolvimento, a redução da fecundidade foi, em grande medida, difundida de forma exógena (através da introdução de novos padrões culturais ou introdução de novos métodos anticoncepcionais). Nesta direção, características demográficas também condiciona a formação da renda de uma população. Por outro lado, também é válido afirmar que existe grande dependência da variável demográfica pela variável renda e a obtenção de um nível de renda mínimo contribui especialmente para o início de uma transição demográfica. Somada a isso, na concepção dos estudos que focam na vulnerabilidade econômica das famílias ou domicílios, a condição econômica de um indivíduo interfere na decisão de co-habitação com relativos, atuando na determinação das formas familiares de organização (Cepal, 2005; Wajnman, 2007). Ademais, definir até que ponto o nível de renda condiciona as características demográficas e, por outro lado, até que ponto as características demográficas condicionam o nível de renda é bastante complicado e controverso. No entanto, não se buscou analisar os diversos fatores determinantes da renda e das mudanças demográficas no Brasil e a intensidade com que cada fator atua sobre a renda e eventos demográficos. Em suma, o importante é salientar que as mudanças estruturais ocorridas no interior das famílias possuem papel fundamental na compreensão do comportamento da distribuição de renda entre as famílias, assim como concluído por Leone *et al.* (2010).

O terceiro ponto refere-se a limitações da metodologia empregada no estudo. Nem todas as mudanças familiares foram observadas pelo método de decomposição da variação da renda domiciliar *per capita*. Por exemplo, não foram quantificados os efeitos totais da redução do tamanho das famílias (que foi observada durante o período). Embora a observação das mudanças dos tipos de arranjos familiares ter a capacidade de incorporar a queda do tamanho das famílias (ou a queda da fecundidade), existem limitações na captação dessa alteração, uma vez que não foram considerados todos os tipos arranjos possíveis. Primeiro, porque a própria tipologia de arranjos familiares constitui-se um exercício de simplificação. Ademais, as mudanças demográficas podem condicionar o aumento da renda domiciliar de várias outras maneiras que também não foram mensuradas (como por exemplo, o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado proveniente da redução do período de maternidade e de cuidado com o filho). São diversas as ramificações das mudanças demográficas e as possibilidades de efeitos positivos sobre a renda domiciliar *per capita*. Entretanto, a difícil tarefa de avaliação quantitativa dos efeitos das complexas mudanças demográficas exige simplificações para a viabilização da análise.

O trabalho limitou-se em apresentar os efeitos positivos das mudanças demográficas, porém, eles não são duradouros. A queda da fecundidade tem mostrado ganhos extremamente positivos no país até o momento, não só pelo aumento da participação da população em idade ativa, mas também, por outros desdobramentos importantes⁶². Entretanto, é importante frisar que no contexto macroeconômico em longo prazo esses efeitos serão revertidos – motivo de preocupação crescente entre os países que vivem estágios mais avançados da transição da fecundidade. Com o bônus demográfico se aproximando do fim, as perspectivas para décadas futuras revelam o outro lado da transição da fecundidade, destacando o aumento previsto da participação da população idosa associado à preocupante manutenção dos fundos previdenciários, às necessidades de infraestrutura de atendimento ao idoso e aos problemas gerados pela escassez da oferta de mão-de-obra (além do envelhecimento do mercado de trabalho), perspectivas que são agravadas pelo contexto pré-estabelecido de uma economia que cresce com lento de incremento de produtividade.

⁶² Como por exemplo, estudos revelam que a universalização do acesso ao ensino escolar no Brasil que ocorreu nos anos 1990 foi favorecida pela redução do ritmo de crescimento da população infantil (Menezes Filho, 2013).

Abordando as limitações metodológicas deste estudo, é importante frisar que estamos analisando os impactos sobre a renda domiciliar *per capita* e não os impactos sobre a renda agregada do país. Não é correto, pelo menos com estes resultados, equiparar os efeitos positivos encontrados com efeitos sobre a economia do país, muito menos, concluir que as mudanças demográficas são promotoras (ou não) do desenvolvimento econômico. Ademais, o propósito deste estudo não está na análise dos efeitos sobre o crescimento econômico ou sobre o desenvolvimento do Brasil. Neste estudo, o aumento da renda proporcionado pelas mudanças familiares foi observado no nível microeconômico das famílias (dentro dos domicílios) considerando os ganhos em termos *per capita*. Como por exemplo, o ganho da renda domiciliar gerado pela redução do número de dependentes não proporcionou ganhos absolutos na renda agregada do país, mas representou um ganho relativo dos membros de uma mesma família (até pode-se dizer que foi um ganho contábil no interior das famílias). Como mencionado anteriormente, objetivou-se mensurar os efeitos sobre os indicadores socioeconômicos do país (basicamente a renda domiciliar *per capita* – uma variável bastante investigada entre os estudos que focam na questão da pobreza ou desigualdade de renda).

De maneira complementar, também foram investigados os demais fatores que contribuíram para o crescimento da renda da população brasileira. Destaque merece ser dado para o desempenho da economia brasileira (principalmente a partir dos anos iniciais da década de 2000 que apresentou um crescimento econômico substancial) associado às políticas públicas (tanto de cunho trabalhista como social), que proporcionaram melhorias nas condições de trabalho e nas condições de vida.

Os resultados adicionais revelaram que a desigualdade rural-urbana reduziu-se significativamente no período. A renda domiciliar *per capita* rural quase dobrou (valorização de 95,2% no período, bem acima da observada nas áreas urbanas conforme o quadro-resumo 1). Destaque foi dado para a renda proveniente das aposentadorias e pensões, que apresentaram um elevado crescimento da participação na renda domiciliar *per capita* rural total, de 22 pontos percentuais entre o período analisado (conforme o quadro-resumo 2). Nestas áreas rurais as aposentadorias, em termos *per capita*, apresentaram uma taxa de valorização de 778%. Essa dinâmica foi observada graças a implementação das medidas previstas na Constituição de 1988 que aumentaram os benefícios e promoveram a universalização da previdência rural.

Por outro lado, se as aposentadorias contribuíram para a redução da desigualdade urbano-rural, essa fonte de renda mostrou efeito inverso sobre a desigualdade interna das áreas rurais. Como mostrado no quadro-resumo 2, a valorização das aposentadorias foi expressivamente maior nos estratos de renda intermediário e mais rico da população rural. Isso porque os valores dos benefícios são relativamente elevados para os baixos níveis de renda das áreas rurais. Logo, a própria aquisição dos benefícios gera distorções entre as famílias beneficiadas e não beneficiadas, traduzidas em um relativo aumento da desigualdade de renda – efeito comparável ao das mudanças demográficas.

Embora a obtenção das rendas das aposentadorias tenha gerado um aumento da desigualdade de renda no meio rural, cabe destacar a elevada valorização das outras fontes de renda entre os relativamente mais pobres, atenuando esse comportamento regressivo. As transferências de renda dos programas sociais, implementados nos anos 90 e intensificados nos anos 2000 (com destaque para a criação do Bolsa Família), respondem por parcela relevante destas fontes e se tornaram importante componente da renda domiciliar da população mais pobre (respondendo por 24% da renda domiciliar *per capita* total nas áreas rurais e 8% nas áreas urbanas).

Apesar da crescente importância destas duas fontes de renda (aposentadoria e outras fontes), o trabalho ainda é responsável por majoritária parcela da renda domiciliar *per capita*, o que intensifica os impactos de qualquer valorização do rendimento. Deste modo, constata-se que essa fonte de renda foi responsável, em grande medida, pela redução da desigualdade urbano-rural (a valorização do rendimento do trabalho foi substancialmente maior no rural do que no urbano).

QUADRO-RESUMO 2

Taxa de crescimento (em %) e variação da participação sobre a RDPC total (em pontos percentuais) das fontes de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural.

Estrato		Valorização das fontes de renda (em %)			Δ da participação (em p.p.) sobre a RDPC total		
		Trabalho	Aposent.	Outras	Trabalho.	Aposent.	Outras
Urbano	10% mais ricos	25,6	138,7	-55,3	-3,1	8,3	-5,2
	50% intermediários	26,8	199,3	-22,6	-8,8	10,5	-1,7
	40% mais pobres	45,7	92,9	415,4	-7,9	2,5	5,3
	<i>Total</i>	28,2	159,5	-24,1	-6,3	8,8	-2,5
Rural	10% mais ricos	45,2	1.101,8	30,0	-18,6	20,0	-1,4
	50% intermediários	41,4	787,1	651,4	-29,6	25,9	3,8
	40% mais pobres	22,8	222,2	4.755,8	-28,4	5,7	22,7
	<i>Total</i>	40,6	778,1	373,5	-25,5	21,6	3,9

Fonte: elaboração a partir dos resultados apresentados.

Por outro lado, as variações do rendimento do trabalho também foram responsáveis pelo aumento da desigualdade de renda interna nas áreas rurais. Enquanto as famílias rurais mais ricas apresentaram uma taxa de valorização de 45%, as famílias rurais mais pobres apresentaram a menor valorização do rendimento do trabalho, de 22,8% entre o período de análise (conforme o quadro-resumo 2 abaixo). Sugerindo que as melhorias do mercado de trabalho rural e os ganhos elevados de produtividade do setor agrícola, especialmente dos anos 2000, não se traduziram em iguais ganhos de remuneração dos ocupados.

De modo geral, as valorizações das diversas fontes de rendimento (proveniente do trabalho, aposentadoria e outras fontes) contribuíram substancialmente para o crescimento da renda principalmente nas áreas rurais, resultando em uma redução das disparidades de renda rural e urbana e anulando o efeito regressivo das mudanças na composição familiar da população (que foram mais intensas nas áreas urbanas). No entanto, os ganhos de renda observados no campo não foram distribuídos de maneira igualitária (com destaque para os ganhos desiguais do rendimento do trabalho) e parcela relevante da população rural ainda apresenta baixos níveis de renda.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; BARROS, L. F. W. A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, n.30, 2010.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família, fecundidade e a saída da pobreza. In: ARRILHA *et al.* (Org.). *Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas*. Campinas: ABEP, Librum Editora. p.27-48, 2012.

ALVES, J. E. D. *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG, 1994. (Tese de Doutorado).

APARICIO, C. A. P. Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”: uma análise dos dados da Pnad e da PCV 2006. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2012. (Dissertação de mestrado).

ARAÚJO, P. F. C. Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira. *Textos para discussão*. Brasília: CEPAL-IPEA, n.1555, 2011.

ARRIAGADA, I. Cambios y desigualdad en las familias latinoamericanas. *Revista de la CEPAL*, Santiago del Chile: CEPAL, n.77, 2002.

ASHRAF, Q. H.; WEIL, D. N.; WILDE, J. The effect of intervention to reduce fertility on economic growth. *NBER Working Paper Series*, n. 17377, Cambridge: NBER, 2011.

BALTAR, P.; MORETTO, A.; SANTOS, A.; KREIN, J. D. Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (Org.). *Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas: IE/UNICAMP, p.29-53, 2006.

BALSADI, O. V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n.366. fev. 1995.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira. In: BARROS, *et al.* (Org.) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, v.1, 2007.

BARROS, R. P.; FIRPO, S.; GUEDES, R. B.; LEITE, P. Demographic changes and poverty in Brazil. In: BIRDSALL, N.; KELLEY, A. C.; SINDING, S. W. (Ed.). *Population matters — demographic change, economic growth, and poverty in the developing world*. New York: Oxford, p. 296-321, 2003.

BECKER, G. S.; MURPHY, K. M.; TAMURA, R. Human capital, fertility, and economic growth. *Journal of Political Economy*, Chicago, v.98, n.5, p.12-37, 1990.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n.1066, 2005.

BERQUÓ, E. A evolução demográfica da população brasileira durante o século XX. In: HOGAN, D. (Org.). *Population change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

BILAC, E. D. *Estruturas familiares e padrões de residência*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003. Mimeografado.

BILAC, E. D. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas metrópoles paulistas*. População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Unicamp/Nepo, p.51-65, 2006.

BILAC, E. D. Fim da família? In: CUNHA, J. M. *População, bem-estar e tecnologia*. Campinas: Unicamp/Multi Ciência, v.6, 2006b. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br/r01_6.htm>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2014.

BLANCO, M. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. *Rev. Latinoamericana de Población*, Buenos Aires, v.5, n.8, jan. 2011.

BLOOM, D. E.; CANNING, D.; FINK, G.; FINALY, J. E. Microeconomic Foundations of the Demographic Dividend. *PGDA Working Paper*, n.93, 2011.

BRANDOLINI, A.; D'ALESSIO, G. Household structure and income inequality. *Working Paper*, Turin: Center for household, income, labor and demographic economics, n.6, 2011.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, p.123-56, 2010.

BURCH, T. K. Theories oh household formation: progress and challenges. In: IMHOFF, E. *et al.* *Household Demography and Household Modeling*. Plenum, New York, 1995.

BURTLESS, G. Effects of growing wage disparities and changing family composition on the U.S. income distribution. *Working Paper*, Washington: Center on Social and Economic Dynamics, n. 4, 1999.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Texto para discussão*, Rio de Janeiro: IPEA, n.621, 1999.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, p.137-67, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Org.). *Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 1*. Brasília: IPEA, 2011.

CAMPOLINA, B.; SILVEIRA, F. G. O mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Org.) *Trabalho e Emprego na Agricultura brasileira*. Brasília: IICA, 2008.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a alguns conceitos básico e medidas em demografia. *Textos didáticos*. São Paulo: ABEP, 2ªed. rev. 1, 2008

CEPAL. Desigualdades demográficas y desigualdad social: tendencias recientes, factores asociados y lecturas de política. In: _____. *Panorama social de América Latina*. Santiago: Cepal, p.173-229, 2005.

CLIQUET, R. The Second Demographic Transition: fact or fiction? *Council of Europe Population Studies*, Strasbourg: Council Europe, n.23, 1992.

COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the Second Demographic Transition – some agnostic comments. In: *Conference of the European Association for Population Studies*. Warsaw: EAPS, 2003.

CORSEUIL, C.; FOGUEL, M. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 897, 2002.

FARIA, V. E. Government Policy and Fertility Regulation: Unintended Consequences and Perverse Effects. *Brazilian journal of population studies* (special edition), 1998.

GARNER, T. I.; TERRELL, K. Some explanations for changes in the distribution of household income in Slovakia: 1988 and 1996. *Working papers*, Bureau of Labor Statistics, n.377, 2001.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P. Crescimento da agricultura e produtividade da mão-de-obra no Brasil. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Org.). *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília: IICA, v.9, p.197-213, 2008.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P.; VALDES, C. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, p.19-44, 2010.

GIROUX, S. C.; ELOUNDOU-ENYEGUE, P. M; LICHTER, D. Reproductive Inequality in Sub-Africa: Differentials versus Concentration. *Studies in Family Planning*, v.39, n3, p.187-98, set. 2008.

HAUSMANN, R.; SZEKELY, M. Inequality and the family in Latin America. In: Birdsall, A. C.; Sindiing, S. (Ed.). *Population Matters: demographic change, economic growth, and poverty in the developing world*. New York: Oxford University, 2001.

HOFFMANN, R. Como aposentadoria e pensões afetam a educação e o trabalho de jovens do domicílio. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.19, n.1, 2010.

IPEA. Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011. *Comunicado do Ipea*. Brasília: Ipea, n.157, 2012.

KAGEYAMA, A. A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008.

KASY, M.; RAMOS-CHAVES, A. The impact of changing family structures on the income distribution among Costa Rican women 1993-2009. *Feminist Economics*. v.19, n.4, 2013.

KIRK, D. Demographic Transition Theory. *Population Studies*, v.50, n.3, p.361-387, nov. 1996.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. La formalización del trabajo em Brasil: El crecimiento económico y los efectos de las políticas laborales. *Nueva Sociedad*, v. 239, p. 90-101, mai./jun. 2012.

KREIN, J. D.; STRAVINSKI, B. Relações de trabalho, regulação e conflitos. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Org.). *Trabalho e Emprego na Agricultura brasileira*. Brasília: IICA, p.357-88, 2008.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.19, n.1, p.59-77, 2010.

LERMAN, R. I. The Impact of the Changing US Family Structure on Child Poverty and Income Inequality. *Economica*, n.63, p.119-140, 1996.

LESTHAEGHE, R. The Second Demographic Transition in Western Countries: an interpretation. In: Manson, K; Jensen, A-M. (Ed.). *Gender and family change in industrialized countries*. England: Oxford, p.17-62, 1995.

LESTHAEGHE, R. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. *PSC Research Report*, p. 10-696. jan. 2010.

MAIA, A. G. Distribuição de rendimento e qualidade de vida dos domicílios rurais brasileiros. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). *A nova caras da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: Série Desenvolvimento Rural Sustentável/IICA, v.16, p.335-65, 2012.

MARINHO, L. Prefácio. In: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (Org.) *Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido*. Campinas: IE/UNICAMP, p.ix-x, 2006.

MARTIN, M. A. Family structure and income inequality in families with children 1976 to 2000. *Demography*, v. 43, n. 3, p. 421,-445, 2006.

MCDONALD, P. Low fertility and the State: The Efficacy of Policy. *Population and Development Review*, v. 32, n.3, p.485-510, sep. 2006.

MCLANAHAN, S.; PERCHESKI, C. Family structure and the reproduction of inequalities. *Annual Review of Sociology*. 34, p.257-76, 2008.

MDA. *Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

MDS. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

MENEZES FILHO, N. Demografia e Mercado de Trabalho. *Valor Econômico*, Brasília, 15 de fev. de 2013. Opinião, Caderno 4. Disponível em: <http://www.valor.com.br/impreso/20130213>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). A nova caras da pobreza rural: desafios para as políticas públicas. Brasília: Série Desenvolvimento Rural Sustentável/IICA, v.16, 2012.

MMA. *Ministério do Meio Ambiente* – Informativo do Programa de Apoio à Conservação Ambiental. Ano II, n.2, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

MONTALI, L. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.25, n.2, p.211-31, jul./dez. 2008.

MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.21, n.2, p.195-216, jul./dez. 2004.

MPS. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

OLIVEIRA, C. A. B.; HENRIQUE, W. Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. *São Paulo em Perspectiva*, v.4, n.2, p.23-28, abr./jun. 1990.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, 1982.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados – 1981 e 2011. IBGE.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). In: VELLOSO, J. P. (Coord.). *O Brasil de amanhã: transformar crise em oportunidade*. Rio de Janeiro: INEA, p.248-99, 2013.

ROCHA, S. Renda e Pobreza no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.10, n.1/2, 1993.

ROSANDISKI, E. N.; JUNGBLUTH, A. Alguns Elementos para reflexão sobre a política de valorização do salário mínimo. *Revista da ABET*, v.6, n.2, 2007.

SABOIA, J. Elasticidades dos rendimentos do trabalho em relação ao salário mínimo: a experiência de um período recente de crescimento do salário mínimo. *Economia e Sociedade*. Campinas, v.19, n.2, 2010.

SAKAMOTO, C. S.; MAIA, A. G. Dinâmica do mercado de trabalho agrícola e impactos sobre a distribuição de rendimentos nos anos 2000. *Revista da ABET*. v.11, p. 11-31, 2012.

SANTOS, G. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Heterogeneidade produtiva na agricultura brasileira: elementos estruturas e dinâmica da trajetória produtiva recente. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n.1740, 2012.

SHERBININ, A.; VANWEY, L. K.; MCSWEENEY, K.; AGGARWAL, R.; BARBIERI, A.; HENRY, S.; HUNTER, L. M.; TWINE, W.; WALKER, R. Rural household demographics, livelihoods and the environment. *Global Environmental Change*, n.18, p-38-53, 2008.

TAFNER, P (Ed.) *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

VAN DE KAA, D. J. The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries. *VI Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population an Social Security*. Tokyo, jan. 2002.

VAZ, W. M. C. Dissoluções e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai. *Textos Nepo*. Campinas: NEPO/UNICAMP, n.56, 2008.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos avançados*. São Paulo, v.15, n. 43, 2001.

VIERIA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; SOUSA, A. G. Agricultura e crescimento: cenários e projeções. *Texto para discussão*. Brasília: IPEA, n.1642, jul. 2011.

WAJNMAN, S. *Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros*. Departamento de demografia/CEDEPLAR/UFMG: Belo Horizonte, 2012. (Tese para professor titular).

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura Domiciliar e Distribuição da Renda Familiar no Brasil. In: BARROS, *et al.* (Org.). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. v.1, p.423-447, 2007.

WESTERN, B.; BLOOME, D.; PERCHESKI, C. Inequality among American families with children: 1975-2005. *American Sociological Review*, v.73, p.903-20, 2008.

WILSON, C. Demografia. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro. Zahar Editor, 1996.

Apêndice A – Metodologia utilizada.

Para investigar as mudanças na composição das famílias e seus efeitos na distribuição de renda, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 2011, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Primeiro, as pessoas foram classificadas segundo a sua situação censitária – rural e urbana.

Nos anos anteriores a 2004 a PNAD não tinha abrangência total do território brasileiro (devido a falta de informações dos residentes rurais da região Norte, exceto Tocantins). Para possibilitar a comparação das áreas rurais, durante o período de análise, foram excluídos os residentes de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá no ano de 2011.

Além das análises para o total da população rural e urbana, as pessoas foram classificadas por décimos da renda domiciliar *per capita* e divididas entre os estratos de: 10% mais ricos, 50% intermediários e 40% mais pobres.

Foram excluídos da amostra os domicílios coletivos e as pessoas na condição de empregado doméstico, parente de empregado doméstico e pensionista. Isso porque, como o foco central do estudo está na observação da renda domiciliar *per capita*, necessariamente devem ser excluídos aqueles indivíduos que não participam da formação ou da distribuição da renda domiciliar total, conforme a metodologia do IBGE para a formulação da renda domiciliar.

Por fim, as pessoas foram agrupadas em nove tipos de arranjo familiar e mais dois grupos de pessoas que viviam sozinhas. Logo, temos onze arranjos domiciliares, sendo eles: *unipessoal masculino; unipessoal feminino; casal sem filhos; casal com filho(s) menor(es) de 14 anos; casal com pelo menos um filho de 14 anos ou mais; mãe com filho(s) menor(es) que 14 anos; mãe com pelo menos um filho de 14 anos ou mais; pai com filho(s) menor(es) que 14 anos; pai com pelo menos um filho de 14 anos ou mais; estendida*⁶³; e *composta*⁶⁴.

Para a formação dos arranjos familiares as pessoas foram classificadas segundo a sua condição no domicílio. Logo, considera-se família constituída pelos componentes de um domicílio (dentro dos limites da unidade de residência).

Vale frisar que, além da classificação das pessoas dentro da unidade domiciliar, o IBGE apresenta uma outra opção para a classificação das pessoas dentro das famílias (essa

⁶³ Seguindo a metodologia do IBGE, famílias estendidas são aquelas que contam com a presença de pelo menos uma pessoa dentro do domicílio na condição de outro tipo de parente.

⁶⁴ Seguindo a metodologia do IBGE, famílias compostas são aquelas que contam com a presença de pelo menos uma pessoa dentro do domicílio na condição de agregado.

classificação foi elaborada com a finalidade de distinguir duas famílias diferentes que coesidem em um mesmo domicílio). Para este estudo, em particular, não foi considerada esta variável elaborada pelo instituto (de condição na família). Ademais, considerar a família como o grupo domiciliar total, abriga uma visão pouco mais abrangente da definição dos laços familiares proposto pela definição de família do IBGE (que está focada no núcleo reprodutivo das famílias e não no grupo familiar total residente de um mesmo domicílio). Isso pode ser justificado pelo fato de que, considerando a concepção de família do IBGE, ocorre que grande parte das famílias classificadas como coesidentes (que vivem em um mesmo domicílio), na realidade, apresentam laços de parentesco e fazem parte de uma mesma família (ou seja, não se trata de duas famílias convivendo em um mesmo domicílio, mas sim uma única família com mais de um núcleo reprodutivo). Em outras palavras, a melhor forma de captação de uma família é considerando os limites de um domicílio e não desta variável pré-elaborada pelas pesquisas domiciliares, como a PNAD e o Censo demográfico. Considerações ferrenhamente defendidas por Bilac (2003), que apresenta uma discussão aprofundada sobre esse diferencial de classificação das pessoas.

Não obstante, considerando a amostra utilizada por este presente estudo (exclusive os pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos), cerca de 98% das pessoas classificadas como sendo famílias conviventes, na realidade, têm laços de parentesco com a pessoa de referência no domicílio. Confirmando que não se trata de famílias diferentes convivendo em um mesmo domicílio, mas sim de famílias estendidas ou ampliadas.

Em resumo, acredita-se que ao classificar as pessoas pela condição no domicílio (e não pela condição na família segundo a concepção do IBGE) na amostra utilizada, mais próximos estaremos da unidade da família domiciliar, ou seja, da unidade de maior relevância. Principalmente, considerando que foram excluídos os pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados.

Nas primeiras análises apresentadas no segundo capítulo, é realizada uma observação descritiva das mudanças na composição familiar e na distribuição etária da população. Para analisar as características familiares de inserção no mercado de trabalho foram calculadas as razões do (i) número de pessoas ocupadas (remuneradas e não remuneradas) sobre o número de pessoas em idade ativa (O/PIA) e (ii) número de pessoas remuneradas no trabalho sobre o número de pessoas em idade ativa (R/PIA). Seguindo a metodologia do IBGE, a população em idade ativa brasileira incorpora as pessoas com 10 anos ou mais de idade (nível explicado pelo

fato de que o trabalho infantil ainda é uma prática explorada no país). Também foi calculada a razão de dependência infantil (número de pessoas abaixo dos 15 anos sobre o número de pessoas entre 15 e 60 anos), razão de dependência idosa (número de pessoas acima dos 64 anos sobre o número de pessoas entre 15 e 64 anos) e razão de dependência total (número de pessoas abaixo dos 15 anos e acima dos 64 anos sobre o número de pessoas entre 15 e 64 anos).

Para verificar de que maneira as mudanças da composição familiar da população rural e urbana estiveram relacionadas com o aumento da renda, no terceiro capítulo, é realizada a decomposição da variação na renda domiciliar *per capita* (RDPC) entre o período analisado. Especificamente, a variação da RDPC foi decomposta para considerar variações devidas às mudanças na participação de cada tipo de arranjo familiar (efeito composição) e mudanças nos valores médios de cada arranjo familiar (efeito renda). Seja $\Delta\bar{Y}$ a variação total na RDPC entre os períodos $t - 1$ e t , podemos representá-la pela soma ponderada das variações das RDPCs de cada arranjo familiar:

$$\Delta\bar{Y} = \sum_{g=1}^k \Delta(p_g \bar{Y}_g) \quad (1)$$

Onde p_g é a participação do g -ésimo arranjo e \bar{Y}_g sua respectiva RDPC. Através de desenvolvimento algébrico, pode-se chegar à seguinte igualdade:

$$\Delta\bar{Y} = \sum_{i=1}^k \left[\Delta p_i (\bar{Y}_i - \bar{Y}) + \bar{p}_i \Delta \bar{Y}_i \right] \quad (2)$$

Onde \bar{p}_g é a participação média do g -ésimo arranjo nos períodos $t - 1$ e t , \bar{Y}_g é o RDPC desse arranjo e \bar{Y} o RDPC total das famílias nos mesmos períodos. O primeiro termo da expressão (2) representa o efeito composição (EC), ou seja, a parcela da variação da RDPC devida à mudança na participação relativa do g -ésimo arranjo. Por sua vez, o segundo termo, que representa o efeito renda (ER), expressa a parcela devida à variação na RDPC de cada arranjo considerado. Com isso, verificam-se os tipos de arranjo familiar que mais contribuíram para a variação da RDPC total. Este tipo de análise permite ainda inferir, por exemplo, se os ganhos monetários das famílias no Brasil foram provenientes de mudanças observadas na distribuição

das pessoas entre os diferentes tipos de arranjo ou provenientes da própria dinâmica de renda dentro de cada arranjo.

Por último, para análise da dinâmica da composição da RDPC entre as famílias brasileiras, foram considerados três tipos de fonte de renda: *trabalho* (rendimento proveniente de todos os trabalhos, em produtos ou em dinheiro); *aposentadorias* (aposentadorias e pensões provenientes do governo federal ou de instituições privadas e rendimentos provenientes de abono permanência) e *outras fontes* (rendimentos provenientes de doação, de aluguel, de aplicações financeiras, de programas sociais e outras fontes). Para o cálculo da participação das fontes de rendimento no total da RDPC, os valores de cada fonte foram transformados em termos domiciliar *per capita* (ou seja, as rendas obtidas pelos indivíduos foram somadas e divididas pelo número de residentes, dentro de um mesmo domicílio).

Por fim, cabe destacar que todos os valores de rendimento apresentados foram deflacionados para outubro de 2011 a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), fornecido pelo IBGE, seguindo a metodologia de Corseuil e Foguel (2002) para a adequação do índice aos valores informados pela PNAD. Nas análises de renda, os domicílios que não declararam algum rendimento foram excluídos e considerados apenas os domicílios que declararam o valor (nulo ou positivo) de todas as fontes de renda.

Apêndice B – Dados.

TABELA 14
População por grupo de idade.
Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em %).

Faixa Etária	População urbana				População Rural ¹			
	1981		2011		1981		2011	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 a 4	6,5	6,3	3,4	3,3	7,7	7,5	4,0	3,6
5 a 9	5,8	5,8	3,7	3,6	7,5	7,2	4,9	4,5
10 a 14	5,6	5,7	4,3	4,2	7,0	6,5	5,6	5,1
15 a 19	5,6	5,6	4,3	4,2	6,0	5,3	5,2	4,5
20 a 24	4,7	4,8	4,2	4,2	3,9	3,8	3,6	3,3
25 a 29	4,0	4,4	4,2	4,3	3,1	3,1	3,6	3,5
30 a 34	3,4	3,6	4,0	4,4	2,9	2,7	3,4	3,5
35 a 39	2,7	3,0	3,5	3,9	2,5	2,5	3,4	3,1
40 a 44	2,5	2,6	3,3	3,7	2,4	2,2	3,3	2,9
45 a 49	2,1	2,2	3,1	3,6	1,9	1,9	2,9	2,9
50 a 54	1,8	2,0	2,7	3,1	1,8	1,6	3,0	2,6
55 a 59	1,4	1,5	2,2	2,6	1,4	1,2	2,5	2,2
60 a 64	1,0	1,2	1,7	2,1	1,1	0,9	2,1	1,8
65 a 69	0,8	1,0	1,2	1,6	1,0	0,8	1,6	1,4
70 a 74	0,6	0,6	0,9	1,2	0,7	0,5	1,3	1,1
75 a 79	0,3	0,4	0,6	0,9	0,3	0,3	0,8	0,8
80 a 84	0,1	0,2	0,4	0,6	0,2	0,2	0,5	0,5
85 ou mais	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1	0,1	0,4	0,4
<i>Total</i>	<i>49,1</i>	<i>50,9</i>	<i>47,9</i>	<i>52,1</i>	<i>51,6</i>	<i>48,4</i>	<i>52,0</i>	<i>48,0</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. ¹Exclusive os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 15
População por tipo de arranjo.
Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas).

Região	Arranjo	1981	2011
		Nº de pessoas (em mil)	Nº de pessoas (em mil)
População Urbana	Unipessoal masculino	560	3.228
	Unipessoal feminino	692	3.801
	Casal s/ filho	3.459	15.525
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	24.174	34.693
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	24.896	44.515
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	976	3.580
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	3.947	11.976
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	71	325
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	634	1.457
	Estendida	21.624	42.641
	Composta	1.991	3.602
	<i>Total</i>	<i>83.023</i>	<i>165.343</i>
	População Rural ¹	Unipessoal masculino	238
Unipessoal feminino		133	289
Casal s/ filho		1.035	2.524
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14		10.755	6.194
Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais		13.182	7.965
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14		261	351
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais		982	1.075
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14		38	59
Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais		340	258
Estendida		6.444	5.877
Composta		653	335
<i>Total</i>		<i>34.062</i>	<i>25.483</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. ¹Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 16
População por tipo de arranjo segundo estrato de renda. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas).

Estrato	Arranjo	1981		2011	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural ¹
10% mais ricos	Unipessoal masculino	192	108	763	159
	Unipessoal feminino	139	14	824	105
	Casal s/ filho	917	245	3.176	623
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2.421	765	2.600	281
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2.337	1.212	4.383	638
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	34	1	120	6
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	290	103	946	110
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	6	4	27	1
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	93	57	183	43
	Estendida	1.555	735	2.240	478
	Composta	239	140	299	29
<i>Total</i>	<i>8.224</i>	<i>3.384</i>	<i>15.561</i>	<i>2.472</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	286	120	2.064	321
	Unipessoal feminino	332	104	2.498	156
	Casal s/ filho	1.925	707	9.236	1.585
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	11.377	4.470	13.837	2.437
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	12.270	6.624	22.038	3.584
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	272	85	801	75
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1.948	568	5.665	547
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	33	20	121	24
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	328	204	799	126
	Estendida	11.252	3.680	19.183	3.290
	Composta	1.091	333	1.557	209
<i>Total</i>	<i>41.114</i>	<i>16.914</i>	<i>77.799</i>	<i>12.353</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	76	9	299	64
	Unipessoal feminino	218	14	346	23
	Casal s/ filho	595	76	2.393	260
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	10.255	5.473	16.884	3.371
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	9.981	5.268	15.173	3.471
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	666	175	2.577	261
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1.670	304	4.624	381
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	31	13	166	33
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	209	78	374	79
	Estendida	8.547	1.949	17.978	1.866
	Composta	642	171	1.424	74
<i>Total</i>	<i>32.892</i>	<i>13.531</i>	<i>62.239</i>	<i>9.884</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Exclusive os domicílios com renda não declarada.

¹Exclusive os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 17

Número de famílias, membros em idade ativa, membros ocupados e membros remunerados por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas).

Arranjo	1981				2011				
	Nº de famílias	Nº de PIA	Nº de ocupados	Nº de remunerados	Nº de famílias	Nº de PIA	Nº de ocupados	Nº de remunerados	
População Urbana	Unipessoal masculino	560	560	406	405	3.228	3.228	2.244	2.240
	Unipessoal feminino	692	692	276	273	3.801	3.801	1.567	1.556
	Casal s/ filho	1.744	3.459	1.774	1.754	7.763	15.525	9.141	9.033
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	5.704	12.627	6.930	6.859	9.655	22.101	14.353	14.242
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	4.419	20.801	9.846	9.425	11.156	41.224	22.657	22.203
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	317	449	235	232	1.381	1.959	1.047	1.044
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	1.043	3.536	1.797	1.774	4.367	11.285	5.727	5.692
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	24	35	20	20	133	214	117	116
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	173	571	300	292	579	1.420	774	769
	Estendida	3.965	16.662	7.902	7.743	10.046	35.665	17.650	17.420
	Composta	370	1.575	766	742	803	3.084	1.658	1.636
	<i>Total</i>	<i>19.010</i>	<i>60.965</i>	<i>30.252</i>	<i>29.517</i>	<i>52.911</i>	<i>139.506</i>	<i>76.934</i>	<i>75.952</i>
	População Rural ¹	Unipessoal masculino	238	238	184	183	557	557	376
Unipessoal feminino		133	133	38	38	289	289	66	64
Casal s/ filho		521	1.035	523	471	1.262	2.524	1.310	1.178
Casal c/ filho(s) menor(es) de 14		2.231	5.090	2.995	2.540	1.619	3.765	2.120	1.899
Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais		1.979	9.953	6.106	3.790	1.824	7.163	3.439	2.800
Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14		73	106	62	58	118	178	63	61
Mãe c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais		249	847	511	397	359	991	387	345
Pai c/ filho(s) menor(es) de 14		12	21	15	13	23	38	17	16
Pai c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais		90	293	187	146	94	243	117	107
Estendida		1.129	4.772	2.651	1.982	1.299	4.818	2.054	1.763
Composta		114	492	295	230	72	288	145	124
<i>Total</i>		<i>6.769</i>	<i>22.980</i>	<i>13.566</i>	<i>9.846</i>	<i>7.516</i>	<i>20.854</i>	<i>10.096</i>	<i>8.733</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. ¹Exclusive os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 18

Número de famílias, membros em idade ativa, membros ocupados e membros remunerados por estrato de renda, segundo tipo de arranjo.

Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em mil pessoas).

Estrato	Arranjo	1981				2011			
		Nº de famílias	Nº de PIA	Nº de ocupados	Nº de remunerados	Nº de famílias	Nº de PIA	Nº de ocupados	Nº remunerados
10% mais ricos	Unipessoal masculino	192	192	166	166	763	763	616	615
	Unipessoal feminino	139	139	90	89	824	824	456	455
	Casal s/ filho	463	917	596	591	1.588	3.176	2.356	2.337
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	652	1.406	934	928	781	1.750	1.395	1.385
	Casal c/ pelo menos 1 filho de 14 +	561	2.234	1.119	1.090	1.219	4.260	2.722	2.679
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	14	19	13	13	57	85	54	54
	Mãe c/ pelo menos 1 filho de 14 +	102	285	172	169	401	941	615	610
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	2	3	2	2	13	19	12	12
	Pai c/ pelo menos 1 filho de 14 +	32	92	55	55	79	182	119	118
	Estendida	377	1.358	738	728	654	2.083	1.253	1.247
	Composta	59	212	126	124	84	278	198	197
<i>Total</i>	<i>2.592</i>	<i>6.858</i>	<i>4.011</i>	<i>3.955</i>	<i>6.464</i>	<i>14.360</i>	<i>9.797</i>	<i>9.708</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	286	286	220	220	2.064	2.064	1.435	1.434
	Unipessoal feminino	332	332	147	147	2.498	2.498	924	919
	Casal s/ filho	971	1.925	1.010	998	4.618	9.236	5.421	5.365
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	2.914	6.337	3.672	3.637	4.089	9.270	7.059	7.017
	Casal c/ pelo menos 1 filho de 14/+	2.350	10.932	5.599	5.404	5.810	20.993	13.082	12.884
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	105	145	84	84	359	510	338	338
	Mãe c/ pelo menos 1 filho de 14/+	554	1.854	1.058	1.049	2.224	5.556	3.348	3.332
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	13	18	12	12	54	82	50	50
	Pai c/ pelo menos 1 filho de 14/+	92	306	172	166	328	787	488	485
	Estendida	2.147	9.120	4.688	4.619	4.848	16.863	9.597	9.508
	Composta	203	895	452	439	369	1.389	845	840
<i>Total</i>	<i>9.967</i>	<i>32.152</i>	<i>17.113</i>	<i>16.774</i>	<i>27.262</i>	<i>69.247</i>	<i>42.588</i>	<i>42.172</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	76	76	15	15	299	299	107	106
	Unipessoal feminino	218	218	37	36	346	346	116	114
	Casal s/ filho	300	595	155	152	1.197	2.393	885	861
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	2.108	4.816	2.281	2.252	4.400	10.182	5.272	5.220
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 anos ou mais	1.451	7.369	2.970	2.783	3.387	13.221	5.214	5.031
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	196	283	138	135	934	1.323	626	625
	Mãe c/ pelo menos 1 filho de 14/+	380	1.363	546	534	1.467	4.077	1.355	1.342
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	9	13	7	7	62	105	51	49
	Pai c/ pelo menos um filho de 14/+	48	170	70	68	134	352	105	104
	Estendida	1.394	5.965	2.358	2.284	3.799	13.939	5.280	5.163
	Composta	105	451	177	169	283	1.140	454	439
<i>Total</i>	<i>6.285</i>	<i>21.319</i>	<i>8.755</i>	<i>8.433</i>	<i>16.308</i>	<i>47.378</i>	<i>19.466</i>	<i>19.054</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

TABELA 19

Número de famílias, membros em idade ativa, membros ocupados e membros remunerados por estrato de renda, segundo tipo de arranjo.

Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em mil pessoas).

Estrato	Arranjo	1981				2011			
		Nº de famílias	Nº de PIA	Nº de ocupados	Nº de remunerados	Nº de famílias	Nº de PIA	Nº de ocupados	Nº de remunerados
10% mais ricos	Unipessoal masculino	108	108	103	103	159	159	129	129
	Unipessoal feminino	14	14	10	10	105	105	28	27
	Casal s/ filho	123	245	155	140	311	623	457	413
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	199	440	267	242	82	189	148	132
	Casal c/ pelo menos 1 filho de 14/+	236	1.105	735	509	172	618	440	389
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	0	0	0	0	2	2	2	2
	Mãe c/ pelo menos 1 filho de 14/+	30	100	74	62	49	110	60	56
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	1	4	3	2	1	1	1	1
	Pai c/ pelo menos 1 filho de 14/+	19	55	44	37	18	43	32	31
	Estendida	150	619	386	313	129	438	274	233
	Composta	28	120	79	68	7	27	18	16
<i>Total</i>	<i>910</i>	<i>2.810</i>	<i>1.856</i>	<i>1.485</i>	<i>1.037</i>	<i>2.316</i>	<i>1.589</i>	<i>1.430</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	120	120	73	72	321	321	203	202
	Unipessoal feminino	104	104	21	21	156	156	28	28
	Casal s/ filho	356	707	316	290	793	1.585	707	643
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	1.031	2.296	1.396	1.196	698	1.600	1.035	962
	Casal c/ pelo menos 1 filho de 14/+	1.054	5.266	3.305	2.181	919	3.404	1.804	1.547
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	30	44	26	25	30	42	25	25
	Mãe c/ pelo menos 1 filho de 14/+	157	511	308	245	202	534	231	210
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	7	11	7	7	11	16	8	8
	Pai c/ pelo menos 1 filho de 14/+	57	182	111	91	50	123	58	54
	Estendida	677	2.827	1.615	1.242	778	2.799	1.232	1.071
	Composta	61	252	153	120	46	181	94	81
<i>Total</i>	<i>3.653</i>	<i>12.320</i>	<i>7.330</i>	<i>5.491</i>	<i>4.004</i>	<i>10.761</i>	<i>5.425</i>	<i>4.830</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	9	9	7	7	64	64	31	31
	Unipessoal feminino	14	14	6	6	23	23	7	6
	Casal s/ filho	38	76	45	37	130	260	110	91
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14	990	2.332	1.316	1.088	814	1.917	899	771
	Casal c/ pelo menos 1 filho de 14/+	676	3.521	2.019	1.071	673	2.893	1.068	751
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14	42	62	36	32	83	131	34	32
	Mãe c/ pelo menos 1 filho de 14/+	60	228	125	87	96	312	79	62
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14	3	6	4	4	11	20	7	7
	Pai c/ pelo menos 1 filho de 14/+	14	54	32	17	22	68	22	18
	Estendida	292	1.268	610	401	342	1.380	432	353
	Composta	24	113	61	40	14	56	19	17
<i>Total</i>	<i>2.163</i>	<i>7.681</i>	<i>4.261</i>	<i>2.791</i>	<i>2.273</i>	<i>7.125</i>	<i>2.708</i>	<i>2.138</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 20

Número de crianças, adultos e idosos por tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana e rural (em mil pessoas).

Arranjo		1981			2011		
		Nº de Crianças	Nº de Adultos	Nº de Idosos	Nº de Crianças	Nº de Adultos	Nº de Idosos
População Urbana	Unipessoal masculino	-	453	107	-	2.601	627
	Unipessoal feminino	-	424	268	0	2.199	1.601
	Casal s/ filho	2	2.831	627	5	12.295	3.225
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	12.868	11.264	42	15.383	19.243	66
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	7.637	16.720	539	7.246	35.446	1.823
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	659	314	3	2.199	1.374	7
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	893	2.889	164	1.643	9.343	990
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	47	22	2	192	129	5
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	140	445	49	123	1.150	185
	Estendida	6.732	13.213	1.679	9.733	28.223	4.684
	Composta	610	1.261	120	734	2.604	264
<i>Total</i>	<i>29.588</i>	<i>49.835</i>	<i>3.600</i>	<i>37.257</i>	<i>114.608</i>	<i>13.478</i>	
População Rural ¹	Unipessoal masculino	-	178	60	-	390	167
	Unipessoal feminino	-	52	81	-	121	167
	Casal s/ filho	2	785	248	3	1.870	651
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	6.326	4.394	35	2.957	3.223	14
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	5.391	7.524	267	1.771	5.821	373
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	188	71	2	233	116	1
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	276	648	57	194	756	125
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	26	11	1	36	21	2
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	90	222	29	35	177	46
	Estendida	2.270	3.555	619	1.535	3.537	805
	Composta	224	390	39	69	222	44
<i>Total</i>	<i>14.794</i>	<i>17.829</i>	<i>1.439</i>	<i>6.833</i>	<i>16.254</i>	<i>2.395</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. ¹Exclusive os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 21

Número de crianças, adultos e idosos por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população urbana (em mil pessoas).

Estrato	Arranjo	1981			2011		
		Nº de Crianças	Nº de Adultos	Nº de Idosos	Nº de Crianças	Nº de Adultos	Nº de Idosos
10% mais ricos	Unipessoal masculino	-	173	19	-	652	111
	Unipessoal feminino	-	110	29	-	528	296
	Casal s/ filho	-	812	105	-	2.676	499
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1.129	1.291	1	1.037	1.555	8
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	268	1.984	85	321	3.807	254
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	20	14	-	63	57	1
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	14	253	23	22	813	111
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	4	2	-	15	12	0
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	6	75	13	4	154	25
	Estendida	255	1.114	186	229	1.625	386
	Composta	39	181	19	28	242	28
	<i>Total</i>	<i>1.734</i>	<i>6.010</i>	<i>480</i>	<i>1.719</i>	<i>12.123</i>	<i>1.719</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	-	240	47	-	1.579	485
	Unipessoal feminino	-	223	109	0	1.291	1.207
	Casal s/ filho	1	1.637	288	1	7.051	2.183
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	5.602	5.764	12	5.659	8.158	20
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2.841	9.136	292	2.474	18.479	1.085
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	167	105	0	442	358	1
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	258	1.600	90	344	4.689	632
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	20	12	1	67	53	1
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	60	243	25	40	646	113
	Estendida	2.893	7.490	868	3.225	13.365	2.592
	Composta	305	721	64	240	1.174	144
	<i>Total</i>	<i>12.146</i>	<i>27.170</i>	<i>1.797</i>	<i>12.493</i>	<i>56.844</i>	<i>8.463</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	-	36	40	-	284	15
	Unipessoal feminino	-	89	129	-	305	41
	Casal s/ filho	1	365	230	3	2.025	365
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	6.075	4.151	30	8.085	8.763	36
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	4.455	5.370	156	4.069	10.767	337
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	470	194	2	1.643	929	5
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	611	1.010	49	1.211	3.246	168
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	23	8	1	103	60	3
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	74	124	11	75	266	33
	Estendida	3.514	4.434	600	5.632	11.007	1.339
	Composta	262	344	36	412	948	64
	<i>Total</i>	<i>15.484</i>	<i>16.125</i>	<i>1.283</i>	<i>21.233</i>	<i>38.600</i>	<i>2.406</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

TABELA 22

Número de crianças, adultos e idosos por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil, 1981 e 2011 – população rural (em mil pessoas).

Estrato	Arranjo	1981			2011		
		Nº de Crianças	Nº de Adultos	Nº de Idosos	Nº de Crianças	Nº de Adultos	Nº de Idosos
10% mais ricos	Unipessoal masculino	-	92	16	-	103	56
	Unipessoal feminino	-	10	4	-	36	69
	Casal s/ filho	0,3	211	33	-	469	153
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	370	394	1	118	163	1
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	236	930	47	65	535	39
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1	0,3	-	3	2	-
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	11	85	8	-	78	32
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3	1	-	1	-	1
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	7	46	4	2	29	12
	Estendida	164	507	64	53	330	95
	Composta	33	100	8	2	24	3
	<i>Total</i>	<i>823</i>	<i>2.376</i>	<i>185</i>	<i>243</i>	<i>1.768</i>	<i>461</i>
50% intermediários	Unipessoal masculino	-	77	43	-	216	105
	Unipessoal feminino	-	33	71	-	63	93
	Casal s/ filho	1	502	204	1	1.099	486
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2.424	2.032	14	1.041	1.387	8
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2.426	4.037	161	471	2.810	303
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	55	28	2	44	29	1
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	127	398	43	39	425	83
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	13	6	1	13	10	1
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	46	136	22	10	89	28
	Estendida	1.181	2.100	399	726	1.968	596
	Composta	108	202	23	43	129	36
	<i>Total</i>	<i>6.381</i>	<i>9.551</i>	<i>982</i>	<i>2.388</i>	<i>8.225</i>	<i>1.739</i>
40% mais pobres	Unipessoal masculino	-	9	1	-	61	3
	Unipessoal feminino	-	8	6	-	19	4
	Casal s/ filho	0,2	65	11	3	256	2
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	3.507	1.946	20	1.743	1.624	4
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2.701	2.511	56	1.180	2.270	21
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	133	42	0,3	179	83	-
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	138	160	6	150	228	3
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	10	3	0,3	21	11	1
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	37	39	2	22	54	3
	Estendida	896	902	151	695	1.088	83
	Composta	81	83	7	21	50	3
	<i>Total</i>	<i>7.502</i>	<i>5.770</i>	<i>259</i>	<i>4.014</i>	<i>5.743</i>	<i>126</i>

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 23

Composição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana e rural (em R\$ *per capita*).

Estrato	Arranjo	1981				2011			
		Trab.	Apos.	Outras	RDPC	Trab.	Apos.	Outras	RDPC
População Urbana	Unipessoal masculino	1.441	251	166	1.859	1.298	382	62	1.742
	Unipessoal feminino	532	348	175	1.055	700	765	73	1.539
	Casal s/ filho	933	218	93	1.245	1.006	344	32	1.382
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	542	8	17	567	644	15	17	676
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	485	58	30	573	715	111	22	849
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	185	60	48	293	297	64	30	391
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	367	92	42	501	520	202	28	750
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	335	54	77	467	654	69	17	740
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	606	121	69	796	757	225	25	1.007
	Estendida	416	70	30	516	443	167	22	631
	Composta	540	76	51	667	580	134	23	737
	<i>Total</i>	<i>502</i>	<i>60</i>	<i>33</i>	<i>594</i>	<i>644</i>	<i>155</i>	<i>25</i>	<i>823</i>
População Rural ¹	Unipessoal masculino	494	78	16	589	426	285	60	771
	Unipessoal feminino	137	159	37	333	151	604	45	801
	Casal s/ filho	304	53	22	379	396	275	22	693
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	155	2	4	161	232	9	23	265
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	178	6	4	189	261	60	24	346
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	55	21	9	85	84	26	44	154
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	161	36	8	205	169	180	28	377
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	170	4	1	175	146	74	50	270
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	227	22	2	252	291	258	18	567
	Estendida	180	24	6	210	208	142	26	376
	Composta	323	18	10	352	272	115	27	414
<i>Total</i>	<i>179</i>	<i>12</i>	<i>5</i>	<i>197</i>	<i>252</i>	<i>106</i>	<i>26</i>	<i>384</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. ¹Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 24

Composição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população urbana (em R\$ *per capita*).

Estrato	Arranjo	1981				2011			
		Trab.	Apos.	Outras	RDPC	Trab.	Apos.	Outras	RDPC
10% mais ricos	Unipessoal masculino	3.368	488	426	4.282	3.592	961	158	4.712
	Unipessoal feminino	2.014	939	578	3.531	2.239	1.924	182	4.345
	Casal s/ filho	2.413	507	281	3.201	2.887	780	87	3.755
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	2.322	26	103	2.451	2.991	70	70	3.130
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2.017	292	195	2.503	2.677	445	88	3.210
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1.581	298	335	2.215	2.322	293	135	2.750
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	1.555	398	316	2.269	2.189	820	95	3.103
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1.415	34	740	2.190	3.695	88	4	3.787
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	2.265	486	382	3.133	2.613	582	97	3.292
	Estendida	1.784	306	225	2.315	2.029	757	70	2.856
	Composta	1.925	267	271	2.463	2.374	474	90	2.938
<i>Total</i>	<i>2.120</i>	<i>261</i>	<i>205</i>	<i>2.585</i>	<i>2.664</i>	<i>622</i>	<i>91</i>	<i>3.377</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	525	127	35	686	625	222	32	879
	Unipessoal feminino	245	237	110	592	279	488	41	808
	Casal s/ filho	494	121	31	646	574	263	18	854
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	529	8	12	549	730	18	10	758
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	482	49	21	553	680	104	13	797
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	303	110	91	503	547	139	20	706
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	417	96	31	544	548	221	21	790
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	362	94	37	493	606	121	22	749
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	436	76	22	535	613	212	15	840
	Estendida	451	70	22	543	523	194	18	735
	Composta	479	63	30	572	607	152	14	773
<i>Total</i>	<i>481</i>	<i>52</i>	<i>21</i>	<i>554</i>	<i>610</i>	<i>156</i>	<i>16</i>	<i>782</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	32	123	8	163	95	1	22	117
	Unipessoal feminino	24	142	16	181	76	10	45	130
	Casal s/ filho	73	85	6	165	177	78	14	268
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	135	5	2	141	211	5	15	232
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	130	13	3	147	200	24	17	241
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	66	28	16	110	125	30	29	184
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	102	34	7	144	143	52	24	219
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	112	16	1	129	189	27	16	232
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	130	28	3	161	155	78	11	243
	Estendida	120	28	4	152	160	65	19	244
	Composta	127	27	5	159	175	43	18	236
<i>Total</i>	<i>124</i>	<i>19</i>	<i>4</i>	<i>146</i>	<i>181</i>	<i>36</i>	<i>18</i>	<i>235</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada.

TABELA 25

Composição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) e participação do trabalho, aposentadoria e outras fontes por estrato de renda, segundo tipo de arranjo. Brasil 1981 e 2011 – população rural (em R\$ *per capita*).

Estrato	Arranjo	1981				2011			
		Trab.	Apos.	Outros	RDPC	Trab.	Apos.	Outros	RDPC
10% mais ricos	Unipessoal masculino	909	72	31	1.011	900	545	143	1.588
	Unipessoal feminino	1.025	154	246	1.425	299	1.001	47	1.347
	Casal s/ filho	833	75	83	991	997	443	38	1.478
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	696	5	39	740	1.258	45	30	1.332
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	693	17	32	742	1.219	134	32	1.385
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	1.083	-	-	1.083	966	140	196	1.301
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	582	66	38	686	630	519	31	1.180
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	536	-	-	536	50	413	1.250	1.713
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	639	33	8	680	1.004	879	9	1.892
	Estendida	625	37	32	694	955	310	73	1.338
	Composta	997	30	41	1.068	1.060	231	54	1.346
<i>Total</i>	<i>705</i>	<i>27</i>	<i>38</i>	<i>771</i>	<i>1.024</i>	<i>330</i>	<i>50</i>	<i>1.404</i>	
50% intermediários	Unipessoal masculino	155	91	4	249	263	213	28	503
	Unipessoal feminino	35	181	12	228	69	425	46	540
	Casal s/ filho	146	50	3	199	215	253	16	484
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	180	2	2	184	322	14	20	356
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	180	7	2	190	275	97	21	392
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	94	43	14	152	204	67	44	316
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	144	42	5	192	171	219	23	413
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	169	7	-	177	258	123	21	402
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	177	26	2	205	196	197	15	409
	Estendida	161	26	3	191	185	175	22	381
	Composta	177	19	3	199	233	129	27	388
<i>Total</i>	<i>172</i>	<i>15</i>	<i>3</i>	<i>190</i>	<i>243</i>	<i>135</i>	<i>21</i>	<i>399</i>	
40% mais pobres	Unipessoal masculino	52	-	3	55	65	2	13	80
	Unipessoal feminino	31	2	13	47	29	1	29	59
	Casal s/ filho	71	5	1	77	68	-	20	88
	Casal c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	59	1	0	61	82	3	25	111
	Casal c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	57	3	0	60	71	10	26	106
	Mãe c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	31	10	7	47	30	12	41	82
	Mãe c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	49	15	2	66	32	28	34	95
	Pai c/ filho(s) menor(es) de 14 anos	56	-	2	58	67	24	25	117
	Pai c/ pelo menos um filho de 14 ou mais	57	4	-	61	57	22	26	105
	Estendida	49	15	1	65	57	40	22	119
	Composta	55	7	0	62	75	31	18	124
<i>Total</i>	<i>56</i>	<i>4</i>	<i>1</i>	<i>61</i>	<i>69</i>	<i>14</i>	<i>26</i>	<i>109</i>	

Fonte: PNAD. Elaboração da autora. Excluídos os domicílios com renda não declarada. Excluídos os residentes rurais do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.